UFRR
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA (UFRR)
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (PRPPG)
NÚCLEO DE ESTUDOS COMPARADOS DA AMAZÔNIA E DO CARIBE (NECAR)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA AMAZÔNIA (PPGDRA)

DORETE SCHMELING PADILHA

SEGURANÇA ALIMENTAR E O PROGRAMA MESA BRASIL EM BOA VISTA, RR

Boa Vista, RR
2019

DORETE SCHMELING PADILHA

SEGURANÇA ALIMENTAR E O PROGRAMA MESA BRASIL EM BOA VISTA, RR

Dissertação apresentada para banca do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Amazônia (PPGDRA) do Núcleo de Estudos Comparados da Amazônia e do Caribe (NECAR) da Universidade Federal de Roraima (UFRR) como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional da Amazônia. Linha de pesquisa: Desenvolvimento Regional e Urbano e Políticas Públicas

Orientador: Prof. Dr. Haroldo Eurico Amoras dos Santos.

Boa Vista, RR
2019

DORETE SCHMELING PADILHA

SEGURANÇA ALIMENTAR E O PROGRAMA MESA BRASIL EM BOA VISTA, RR

Dissertação de Mestrado apresentado para banca do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Amazônia (PPGDRA) do Núcleo de Estudos Comparados da Amazônia e do Caribe (NECAR) da Universidade Federal de Roraima (UFRR) como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional da Amazônia. Linha de pesquisa: Desenvolvimento Regional e Urbano e Políticas Públicas.

_____

Prof. Dr. Haroldo Eurico Amoras dos Santos
Orientador / PPGDRA / Universidade Federal de Roraima (UFRR)
Presidente da Banca

_____

Prof. Dr. Pedro de Jesus Cerino
Membro Externo / Centro Universitário Estácio Atual

_____

Prof. Dr. Elói Martins Senhoras
Membro Interno / PPGDRA / Universidade Federal de Roraima (UFRR)

Boa Vista, RR
2019

SEGURANÇA ALIMENTAR E O PROGRAMA MESA BRASIL EM BOA VISTA, RR

RESUMO

Esta dissertação é resultado de uma pesquisa exploratória, descritiva e explicativa (quanto a caracterização), desenvolvida a partir da combinação de revisão bibliográfica, revisão documental e revisão integrativa (para levantamento de dados), além da utilização dos métodos de análise hermenêutica, gráfica e geoespacial (para análise de dados) para a consecução finalística de uma investigação realizada em três etapas, a saber: as obras e publicações sobre regime de segurança alimentar em nível nacional e internacional (na primeira etapa); a materialização dos regimes de segurança alimentar em nível nacional e internacional pautado nas ações de instituições e organismos internacionais (segunda etapa) e; um estudo de caso sobre o Programa Mesa Brasil SESC em Roraima, bem como os impactos de sua atuação como instrumento de materialização do Regime de Segurança Alimentar em nível local (terceira etapa). Pesquisa esta, que teve como objetivo analisar os vetores de segurança alimentar e desenvolvimento local no Programa Mesa Brasil, desenvolvido pelo SESC em parceria com uma rede de atores da sociedade civil no município de Boa Vista, onde, por intermédio dos resultados obtidos, constatou-se a relevância do Programa Mesa Brasil Sesc para a cumprimento de uma agenda de segurança alimentar no estado de Roraima, garantindo assim, o acesso a uma alimentação saudável, nutritiva e de qualidade aos cidadãos roraimenses pertencentes às camadas mais vulneráveis da sociedade, bem como sua importância para o desenvolvimento regional do estado, a partir das ações desenvolvidas pelo SESC em parceria com organizações da iniciativa privada (por intermédio das doações de alimentos) e órgãos do poder público (como receptores de alimentos).

Palavras-chave: Boa Vista; Mesa Brasil; Segurança Alimentar; SESC.

SEGURANÇA ALIMENTAR E O PROGRAMA MESA BRASIL EM BOA VISTA, RR

ABSTRACT

This dissertation Is the result of an exploratory, descriptive and explanatory research (regarding characterization), developed from the combination of bibliographic review, documentary review and Integrative review (for data collection), in addition to the use of the methods of hermeneutic, geospace and graphic analysis (for data analysis) for the final achievement of an investigation carried out in three stages, namely: the Works and publications on food safety regime at national and international level (in the first stage) ; The materialisation of food security schemes at national and international level based on the actions of international institutions and bodies (second stage) and; A case study on the Mesa Brazil SESC program in Roraima, as well as the impacts of its performance as an instrument to materialize the food security Regime at the local level (third stage). This research was aimed at: theNalising The vectors of food security and local development in the Mesa Brazil program, developed by SESC in partnership with a network of civil society actors in the municipality of Boa Vista, where, through the results obtained, it was verified the relevance of the Mesa Brazil SESC program for the fulfillment of a food safety agenda in the state of Roraima, thus guaranteeing access to a healthy, nutritious and quality diet to Roraima citizens belonging to the most vulnerable layers of society, as well as their importance for the regional development of the State, from the actions developed by SESC in partnership with private initiative organizations (through the Donations) and organs of the public power (such as food receivers).

Keywords: Boa Vista (RR); Food Safety; Mesa Brasil; SESC.

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Dimensões que justificam o desenvolvimento da Pesquisa.....15
Figura 2 - Recortes teóricos utilizados na pesquisa.....17
Figura 3 - Dimensões de estudo do campo científico.....29
Figura 4 - Ciclo de vida da produção científica sobre segurança alimentar 30
Figura 5 – Densidade Grupos de Pesquisas de Segurança Alimentar por Estado ...42
Figura 6 - O conceito de Segurança Alimentar ao longo do tempo 47
Figura 7 - Estados-membro da FAO 49
Figura 8 - Centros de Distribuição de Alimentos do Programa Mundial de Alimentos no mundo 53
Figura 9 - Etapas da Evolução do Regime de Segurança Alimentar no Brasil.....54
Figura 10 - Abrangência do conceito de Segurança Alimentar 56
Figura 11 - Dimensões da segurança alimentar.....60
Figura 12 -Segurança alimentar e nutricional: fatores de risco e consequências.....61
Figura 13 - O Mesa Brasil no contexto das Políticas do Fome Zero 62
Figura 14 - Programa Mesa Brasil como estratégia do Programa Fome Zero 63
Figura 15 – Fome Zero e Mesa Brasil para Segurança Alimentar.....64
Figura 16 - Publicação do Jornal Gazeta de 5 de setembro de 1945 sobre a criação da CNC.....69
Figura 17 - Organograma do SESC/RR 74
Figura 18 - Logística do Banco de Alimentos do Mesa Brasil SESC.....79
Figura 19 - Mesa Brasil de janeiro a novembro de 2018.....80
Figura 20 - Matriz Ansoff da dinâmica de atuação do Programa Mesa Brasil SESC em Roraima.....82
Figura 21 - Perfil Estratégico de Gestão Adotado no Mesa Brasil em Roraima 84
Figura 22 - Mapa de receptores de alimentos.....107
Figura 23 - Imagens do Programa Mesa Brasil, SESC de Boa Vista 110
Figura 25 - Imagens de alimentos e práticas.....113

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - *Design* da Pesquisa 26
Quadro 2 - Estado da arte das publicações na fase 1 (2008-2012) 32
Quadro 3 - Estado da arte das publicações na fase 2 (2013-2018) 34
Quadro 4 - Categorias temáticas do estado da arte sobre Segurança Alimentar.....38
Quadro 5 - Perfil das Instituições de Pesquisa e Ensino Superior 39
Quadro 6 – Localização das sedes da FAO nos países-membros.....49
Quadro 7 – Objetivos e metas do Programa Mundial de Alimentos 53
Quadro 8 - Primeiro Presidente do Conselho Nacional do Comércio e a primeira marca do SESC no Brasil.....70
Quadro 9 - Dimensões organizacionais do Programa Mesa Brasil SESC 85
Quadro 10 - Ranking dos Top 10 Doadores de Alimentos (2018).....99

LISTA DE BOXES

Box 1 - Objetivos Estratégicos da FAO 50
Box 2 - Fases da Evolução do Regime de Segurança Alimentar no Brasil 54
Box 3 - Missão, Visão e Valores do SESC em âmbito nacional 71
Box 4 – Missão, visão e valores do SESC em Roraima.....73
Box 5 - Missão, visão e valores do Programa Mesa Brasil SESC.....75
Box 6 - Modalidades de atuação do Programa Mesa Brasil SESC 77

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Distribuição socioespacial dos polos doadores ativos do Programa Mesa Brasil em Boa Vista 100
Mapa 2 - Mapa de doadores de alimentos 102
Mapa 3 - Distribuição socioespacial dos polos receptores ativos do Programa Mesa Brasil em Roraima e Boa Vista.....105
Mapa 4 - Sistema de polos doadores receptores ativos do Programa Mesa Brasil em Boa Vista 109

LISTA DE SIGLAS

ABRASCO	Associação Brasileira de Saúde Coletiva
AC	Estado do Acre
AM	Estado do Amazonas
AP	Estado do Amapá
BA	Estado da Bahia
CAISAN	Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional
CE	Estado do Ceará
CNC	Confederação Nacional do Comércio
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar
CRAS	Centros de Referência de Assistência Social
DF	Distrito Federal
DHAA	Direto Humano à Alimentação Adequada
EFZ	Estratégia Fome Zero
EPSJV	Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio
ES	Estado do Espírito Santo
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FECOMÉRCIO	Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FMI	Fundo Monetário Internacional
GO	Estado de Goiás
HD	*Hard Disk*
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IES	Instituição de Ensino Superior
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MA	Estado do Maranhão
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MESA	Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome
MG	Estado das Minas Gerais
MRE	Ministério das Relações Exteriores
MS	Estado do Mato Grosso do Sul
MT	Estado do Mato Grosso
NECAR	Núcleo de Estudos Comparados da Amazônia e do Caribe
NSA	Núcleo de Saúde e Assistência do SESC-RR
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PA	Estado do Pará

PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PB	Estado da Paraíba
PE	Estado de Pernambuco
PI	Estado do Piauí
PIB	Produto Interno Bruto
PIDESC	Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
PMA	Programa Mundial de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PPGDRA	Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Amazônia
PR	Estado do Paraná
PRPPG	Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação
RJ	Estado do Rio de Janeiro
RN	Estado do Rio Grande do Norte
RO	Estado de Rondônia
RR	Estado de Roraima
RS	Estado do Rio Grande do Sul
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SC	Estado de Santa Catarina
SE	Estado de Sergipe
SEAPA	Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
SEDH	Secretaria de Estado dos Direitos Humanos
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem comercial
SESC	Serviço Social do Comércio
SI	Sistema de Informação
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SP	Estado de São Paulo
TO	Estado do Tocantins
UE	União Europeia
UFRR	Universidade Federal de Roraima
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
VEPEMA	Vara de Execuções Penais e Medidas Alternativas
WFP	*World Food Programe*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 12

CAPÍTULO 1 – CAMPO DE ESTUDOS SOBRE SEGURANÇA ALIMENTAR 28

1.1 ANÁLISE EPISTEMOLÓGICA: O CAMPO DE ESTUDOS SOBRE SEGURANÇA ALIMENTAR 30
1.1.1 Ciclo de vida das publicações sobre Segurança Alimentar 30
1.1.2 Perfil das Publicações em Segurança Alimentar 31
1.2 ANÁLISE FENOMENOLÓGICA: REVISÃO INTEGRATIVA SOBRE SEGURANÇA ALIMENTAR 35
1.2.1 Caracterização histórico-evolutiva das publicações sobre Segurança Alimentar 35
1.2.2 Perfil da Comunidade Científica responsável pelas abordagens e discussões no âmbito da Segurança Alimentar 39

CAPÍTULO 2 – REGIME INTERNACIONAL E NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR 44

2.1 EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL 45
2.1 Conceituação sobre os Regimes Internacionais 47

2.2 MATERIALIZAÇÃO DO REGIME DE SEGURANÇA ALIMENTAR EM ÂMBITO INTERNACIONAL 48
2.2.1 Food and Agriculture Organization (FAO) 48
2.2.3 Programa Mundial de Alimentos (PMA) 52

2.3 REGIME SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO BRASIL 54
2.3.1 Indicadores da Segurança alimentar e nutricional no Brasil 57
2.3.2 Dimensões da Segurança Alimentar e Nutricional 59
2.3.3 O Programa Fome Zero 61

CAPITULO 3 – REGIME DE SEGURANÇA ALIMENTAR EM RORAIMA 67

3.1 A CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURIMOS (CNC) E O SERVIÇO SOCIAL DO COMERCIO (SESC) 68
3.1.1 A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) no Brasil 68
3.1.2 O Serviço Social do Comércio (SESC) 69
3.1.1.1 Atuação do SESC em território nacional 70
3.1.3 A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (FECOMÉRCIO) e o SESC em Roraima 72

3.1.3.1 A Fecomércio em Roraima....72
3.1.3.2 O SESC em Roraima....72
3.1.4 Materialização do Regime de Segurança Alimentar em Roraima....75

3.2 O PROGRAMA MESA BRASIL SESC....75
3.2.1 História do Programa Mesa Brasil SESC....76
3.2.2 O Programa Mesa Brasil SESC no Brasil....76
3.2.4 Análise Estática do Programa Mesa Sesc Brasil em Roraima....80
3.2.4.1 Análise Organizacional....82

CAPÍTULO 4 – ESTUDO DE CASO DO PROGRAMA MESA BRASIL NO DESENVOLVIMENTO DA SEGURANÇA ALIMENTAR EM BOA VISTA 93

4.1. EVOLUÇÃO DAS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS SOBRE O PROGRAMA MESA BRASIL 94

4.2 PROGRAMA MESA BRASIL EM BOA VISTA (RR) COMO UM SISTEMA DE FIXOS E FLUXOS....95
4.2.1 Caracterização do polo de doadores de alimentos....96

4.3 CARACTERIZAÇÃO *IN LOCO* DO PROGRAMA MESA BRASIL....110

4.4 Análise de percepção pelos atores envolvidos no Programa Mesa Brasil 114

CONSIDERAÇÕES FINAIS....121

REFERÊNCIAS....132

INTRODUÇÃO

O Serviço Social do Comércio (SESC) abrange um conjunto de programas que contemplam atividades destinadas à promoção da qualidade de vida para os comerciários e a população em geral. Esta instituição no ano de 2003, em uma ação articulada entre os departamentos regionais, implantou o Programa Mesa Brasil SESC – colheita urbana e banco de alimentos, o qual foi referendado pelo Governo Federal, que o incluiu no conjunto de esforços do Programa Fome Zero, em curso no país.

De acordo com a pauta do Governo Federal, do SESC nacional e de organizações da sociedade para a promoção de alimentação saudável, o Brasil saiu do mapa mundial da Fome (FAO 2014) por meio de campanhas para um Brasil saudável e sustentável, seguindo uma agenda internacional pautada em um regime internacional de segurança alimentar.

Nesse cenário o SESC exerce um papel de parceria junto à sociedade civil, de modo que há mais de dez anos desenvolve ações de combate ao desperdício de alimentos e à fome, fomentando junto a entidades sociais o uso de alimentos para a produção de alimentação saudável e balanceada, fazendo, assim, avaliação nutricional para crianças da educação infantil.

Nesse contexto, a presente dissertação pauta-se em uma reflexão sobre a atuação do Sesc na sociedade local por intermédio do Programa Mesa Brasil, bem como seus desdobramentos no contexto social e econômico do Estado de Roraima, considerando que tal atuação conforma a configuração de um regime de segurança alimentar nacional protagonizado pelo SESC.

O programa mesa Brasil tem exercido um papel de articulação estratégica no que tange à implementação de políticas públicas em regime de segurança alimentar no Brasil. Assim, a presente pesquisa está pautada na seguinte temática: “Programa Mesa Brasil SESC - Uma análise da política de segurança alimentar a partir de um enfoque de políticas públicas e seu impacto no desenvolvimento regional de Roraima”.

Diante do limitado alcance das políticas públicas para a erradicação da fome no país, a sociedade civil organizada busca medidas viáveis e assertivas para unir produtores, comerciantes e voluntários em ações sociais de combate à fome e às desigualdades sociais como o Programa Mesa Brasil Sesc, que, de forma educativa, objetiva possibilitar às futuras gerações o atendimento às suas próprias necessidades.

Na esteira dessas preocupações sociais, o presente estudo, partindo da concepção de políticas públicas e visando o desenvolvimento da segurança alimentar, levanta a seguinte questão: quais as contribuições do Programa Mesa Brasil Sesc para o desenvolvimento local da cidade de Boa Vista no estado de Roraima?

Considerando a temática elencada, a pesquisa toma como referência 2 hipóteses previamente estabelecidas, sendo que a primeira, hipótese (H1), exerce o caráter de variável independente com base em uma formulação teórica e a segunda hipótese (H2) apresenta uma natureza empírica como variável dependente da primeira hipótese, ambas possuindo relação de complementaridade para conformação da tese, e, consequentemente, os objetivos da pesquisa.

- Hipótese 1 (H1): As instituições impactam diretamente de modo positivo no desenvolvimento da segurança alimentar e no próprio desenvolvimento local (NORTH, 2018);
- Hipótese 2 (H2): Através da política do programa Mesa Brasil, o SESC gera uma rede articulada de ações na sociedade civil, promovendo um padrão de segurança alimentar em diferentes municípios do Brasil, inclusive em Boa Vista (RR).

A conjugação da hipótese teórica (H1) juntamente com a hipótese derivada de natureza empírica (H2) fornecem substrato para a identificação da tese da pesquisa, a qual apresenta-se na assertiva de que o programa Mesa Brasil desenvolvido pelo SESC-RR gera impactos positivos socioespaciais em termos de materialização de segurança alimentar e desenvolvimento local no tecido urbano de Boa Vista (RR) por meio da projeção funcional de vetores de sinergia entre diferentes atores articulados em rede da sociedade civil.

A identificação dos objetivos desta pesquisa é oriunda diretamente da pergunta que materializa o problema a ser investigado na dissertação, e, das diretrizes das hipóteses, as quais conjugadas formam a tese e direcionam um objetivo geral e três objetivos específicos.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar a política de segurança alimentar do Programa Mesa Brasil desenvolvido pelo SESC, com foco no município de Boa Vista (RR) a fim de identificar os seus impactos no desenvolvimento local como uma política pública materializada pela sociedade civil.

O *primeiro objetivo específico*, fundamenta as linhas de discussão do capítulo 1, tendo como finalidade desenvolver uma análise sistemática sobre o campo de estudos sobre Segurança Alimentar a partir de uma caracterização da evolução das discussões e de um mapeamento das principais publicações, identificadas como estado da arte.

O *segundo objetivo específico* da dissertação, diretamente ligado à estruturação do capítulo 2, finda analisar e caracterizar o Programa Mesa Brasil, desenvolvimento nacionalmente pelo SESC, com base em uma revisão da literatura, de modo a identificar sua dinâmica de funcionamento e sua inserção no regime nacional de segurança alimentar.

O *terceiro objetivo específico*, identificado na elaboração dos capítulos 3 e 4 da dissertação, visa analisar empiricamente os impactos do Programa Mesa Brasil no município de Boa Vista (RR) na materialização de vetores de segurança alimentar e de desenvolvimento local no tecido urbano do município por meio de um estudo de caso com trabalho de campo.

O Sesc iniciou suas atividades no ano de 1947 objetivando realizar estudos sobre as características demográficas, sociais e econômicas da população comerciária brasileira. Esses primeiros levantamentos definiram que as ações prioritárias deveriam ser na área de serviços de saúde.

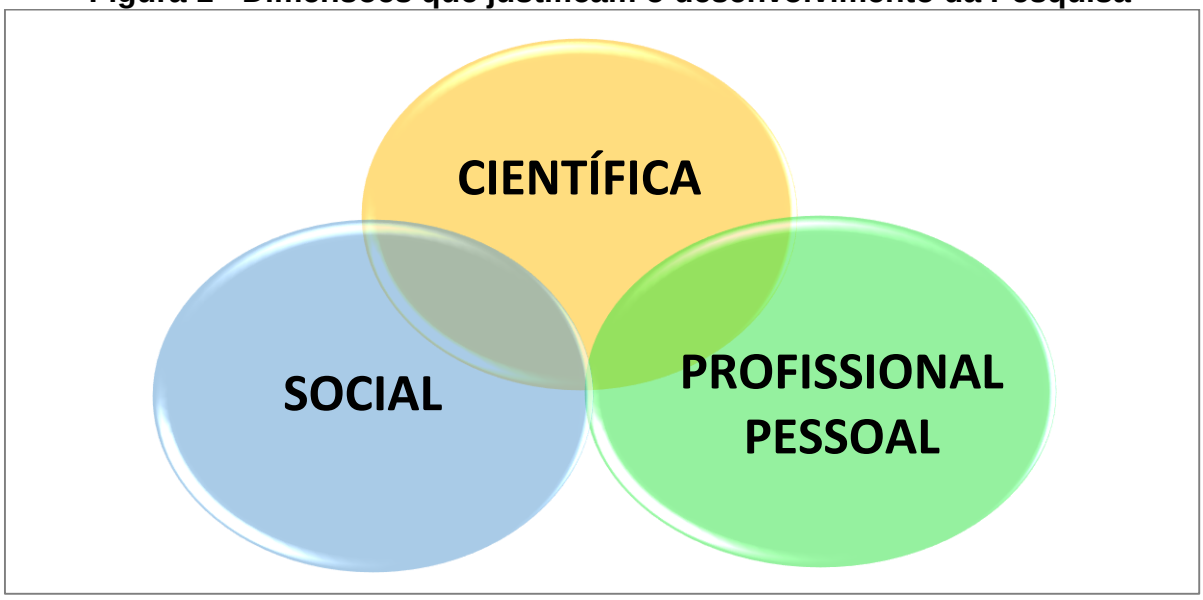
A partir do desenvolvimento dos serviços médicos oficiais desdobraram-se as atividades na área de serviço social e reduziu-se a atuação na área de saúde. Decidiu-se também dar preferência à criação e desenvolvimento de obras recreativas, associativas e culturais de longo prazo.

Esse modelo de atuação da sociedade civil objetiva a diminuição da fome e o aumento da sensibilização quanto ao aproveitamento dos alimentos, tanto os mais adequados aos padrões de comercialização quanto os excedentes da produção agrícola, bem como o fomento ao voluntariado e às parcerias com vistas à diminuição das desigualdades sociais.

Nesse sentido, o Programa Mesa Brasil Sesc torna-se aliado propondo medidas segurança alimentar, utilizando os recursos e alimentos de maneira sustentável e adequada do ponto de vista nutricional. Em função da relevância deste Programa e da ampla prestação de serviços em termos de políticas públicas em diferentes municípios brasileiros, a presente pesquisa justificou o seu desenvolvimento em função de três razões.

O tripé de *justificativas* para o desenvolvimento desta pesquisa fundamenta-se na complementaridade das dimensões social, científica e pessoal/profissional (figura 1), uma vez que o planejamento da pesquisa parte de fundamentações gerais de natureza macro (justificativa social) passando por fundamentações intermediárias (justificativa científica) até se chegar a motivações de nível micro (justificativa pessoal/profissional).

Figura 1 - Dimensões que justificam o desenvolvimento da Pesquisa



Fonte: Elaboração própria.

Relativamente à *justificativa social*, desde a década de 1950, a temática de segurança alimentar tem adquirido crescente relevância no âmbito internacional e no Brasil, a qual tem passado por uma evolução significativa em seus diversos campos de abordagem, em especial a partir dos marcos da redemocratização, adquirindo uma nova dinâmica de relevância com o surgimento de diversas iniciativas governamentais e não-governamentais

Neste sentido, a presente pesquisa busca ainda, com o foco de investigação e mensuração, demonstrar a ação educativa permanente e o papel do programa Mesa Brasil no que tange à orientação e fornecimento de informações nutricionais, para que se faça um melhor aproveitamento dos alimentos.

No que tange à *justificativa científica*, em virtude da constatação de um significativo aumento da produção científica sobre a temática da segurança alimentar

no Brasil desde a década de 1990, esta pesquisa vem, de maneira pertinente, contribuir para a produção de uma análise sistemática oriunda da combinação de revisão integrativa e revisão bibliográfica a respeito de tal quadro evolutivo das produções.

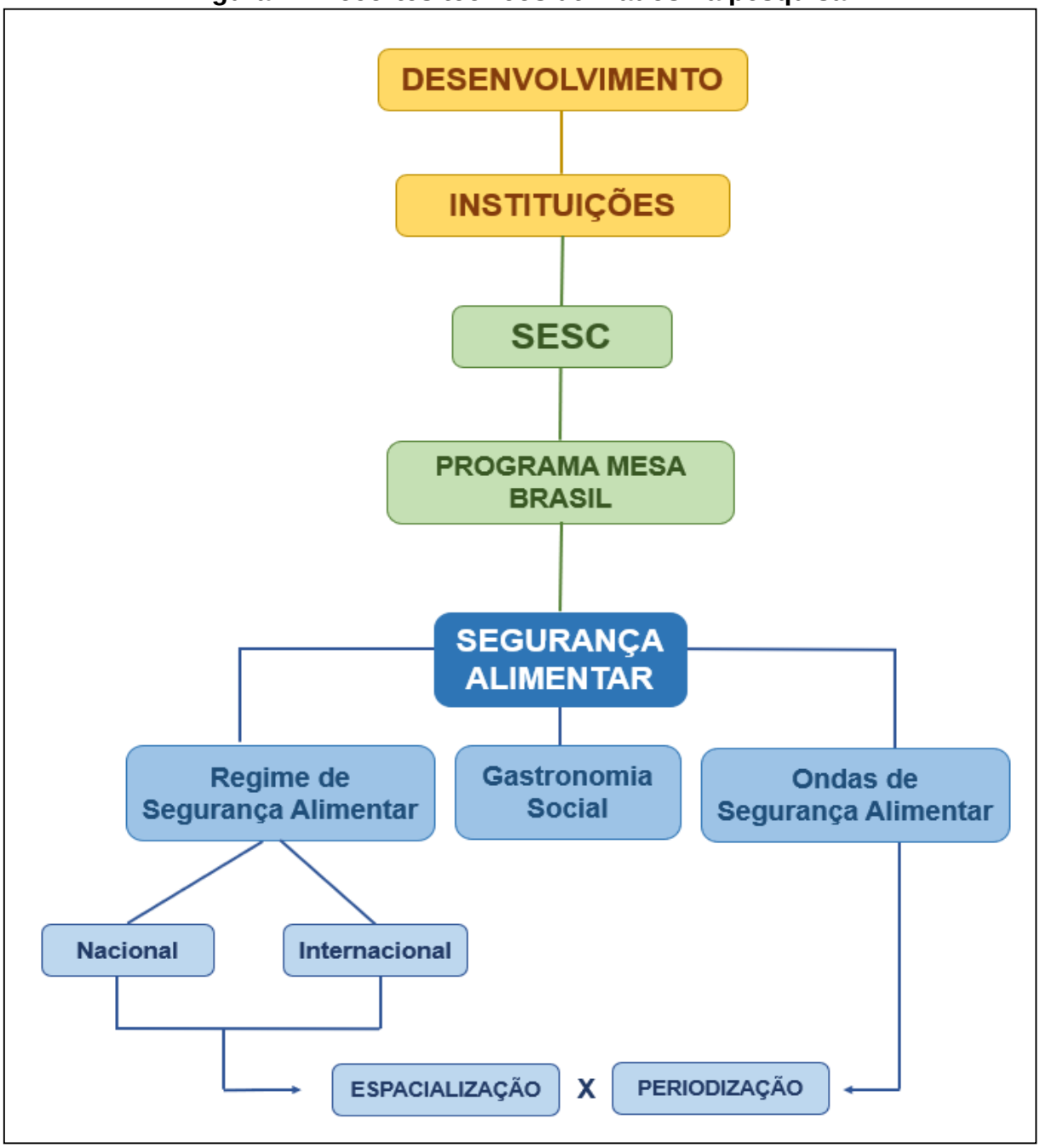
Ademais, a pesquisa busca desenvolver uma análise empírica inédita sobre o Programa Mesa Brasil no estado de Roraima, corroborando assim com a linha de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Amazônia da Universidade Federal de Roraima, intitulada como “Desenvolvimento Regional e Urbano e Políticas Públicas”.

Inicialmente, o interesse *pessoal/profissional* se dá pelo fato de a pesquisadora ter pertencido ao quadro de servidores do Sesc Roraima e ter se tornado profunda admiradora dos projetos sociais desenvolvidos pela instituição e em especial o programa Mesa Brasil como instrumento de desenvolvimento local para o município de Boa Vista-RR.

Evoca-se ainda o fato de a pesquisadora possuir ascendência familiar alemã, com bisavós que migraram para o estado do Rio Grande do Sul durante a segunda Guerra, onde, por bastante tempo, praticaram a agricultura, de modo que em seu histórico de vida a pesquisadora compreendeu a importância da terra como fonte de trabalho, sustento, união familiar, liberdade e prosperidade.

O encadeamento lógico dos conceitos balizadores é apresentado a partir de um fluxograma conceitual que pretende promover uma análise funcional da realidade empírica do Programa Mesa Brasil Sesc, por meio de dois principais módulos teóricos de neoinstitucionalismo e regimes de segurança alimentar, dos quais derivam os módulos conceituais expressos na figura a seguir.

Figura 2 - Recortes teóricos utilizados na pesquisa



Fonte: Elaboração própria.

O Serviço Social do Comércio (SESC) é uma instituição brasileira criada em 1946 privada, mantida pelos empresários do comércio de bens, serviços e turismo, cuja atuação projeta-se em âmbito nacional prioritariamente áreas da Educação, Saúde, Esporte, Lazer, Cultura e Assistência visando o bem-estar social dos colaboradores e ainda voltado à comunidade em geral.

O Programa Mesa Brasil Sesc desenvolve ações que possibilitam uma disponibilidade maior de alimentos e criando uma cultura de tratamento diferenciado

ao alimento que sobra no mercado, na feira e na lavoura. Conforme a proposta do Programa a ideia é contribuir para uma segurança alimentar e nutricional das pessoas em situação de maior vulnerabilidade, além de atuar na redução do desperdício, mediante a doação de alimentos, desenvolvimento de ações educativas e promoção de solidariedade social em todo o país.

Considerando o aporte teórico indispensável à realização da pesquisa quanto ao primeiro módulo teórico,

foram tomadas como referência as teorias que derivam do neoinstitucionalismo econômico, por meio do qual é possível compreender a relevante implicação do papel das instituições para o desenvolvimento, bem como das teorias a respeito da Segurança Alimentar, aludindo à construção da concepção a respeito da formação do Regime de Segurança Alimentar.

A figura ilustra o encadeamento dos conceitos conscritos nas abordagens teóricas, por meio dos quais entende-se que o desenvolvimento econômico não orbita exclusivamente na esfera econômica, mas projeta-se como uma questão multifacetada com uma dimensão transversal e multitemática, onde entram os elementos sociais, econômicos e culturais, atrelados ao papel importante das instituições na noção de desenvolvimento.

A partir de tais pressupostos, o desencadeamento da pesquisa dar-se-á com base em uma leitura multidisciplinar norteada, sobretudo, pelas fundamentações de periodização dos estudos históricos e de espacialização das ciências geográficas a fim de analisar o Programa Mesa Brasil Sesc a partir de sua caracterização no tempo e no espaço.

No âmbito nacional, o programa Mesa Brasil Sesc é elemento integrante de uma agenda de Segurança Alimentar, porém seguindo um padrão de desenvolvimento que desencadeia a construção de políticas públicas de baixo pra cima, ou seja, um padrão *bottom-up*.

Nessa discussão a respeito da Segurança Alimentar observa-se que os principais debates são construídos tanto por um regime internacional de Segurança Alimentar, principalmente por intermédio da FAO, quanto por um regime nacional de segurança alimentar, que no Brasil foi mais recentemente desenvolvido pelo programa Fome Zero.

A partir de tal encadeamento nota-se a construção de uma agenda de espacialização que perpassa os níveis internacional e nacional até cristalizar-se no

nível local. Observa-se ainda a construção de marcos de periodização compreendidos a partir da noção das ondas de segurança alimentar.

Um referencial escolhido para o desenvolvimento da pesquisa elencada baseia-se na teoria do neoinstitucionalismo econômico. Nesta perspectiva, enquanto primeiro módulo teórico, destaca-se o neoinstitucionalismo econômico enquanto instrumento por intermédio do qual evoca-se a observância da importância das instituições para o desenvolvimento.

A discussão de caráter neoinstitucionalista possui como expoentes teóricos as contribuições de Geoffrey M. Hodgson, Warren J. Samuels, Malcolm Rutherford e John K. Galbraith. Tal vertente institucional deriva do vigor teórico da tradição evolucionária, reafirmando a relevância do resgate da natureza dinâmica evolucionária da economia. Tais estudos possuem uma abrangência oriunda da teoria geral institucionalista, desenvolvimento econômico, sistemas econômicos comparados, economia do trabalho, organização industrial, entre outros, como registra.

O núcleo basilar sobre o neoinstitucionalismo econômico adotado nesta pesquisa fundamenta-se no prêmio Nobel, Douglas North, o qual apresenta a assertiva de que as instituições produzem impactos positivos e negativos nas relações sociais, de modo que as instituições criam historicamente trajetórias autodependentes (*path dependence)* com repercussão normativa de modo formal ou informal, guiando as ações humanas e o próprio desenvolvimento (NORTH, 1995).

Conceitualmente, instituição é entendida como o conjunto de normas, hábitos, valores e regras, e sua evolução. O pensamento neoinstitucionalista é marcado por lançar críticas ao tradicional pensamento mainstream e construir uma alternativa a este. Conforme a concepção neoinstitucionalista, os agentes econômicos possuem relação de interdependência cultural e social.

Nesta perspectiva, as instituições desempenham o papel de alocação, cabendo ao Estado dar suporte a elas. Outras características da vertente neoinstitucionalista são sua multidisciplinaridade e o conceito de *path dependence*, por meio dos quais se entende, respectivamente, a relevância de múltiplos conhecimentos para o desenvolvimento e a importância da história para compreensão da evolução econômica.

Outro referencial escolhido para o desenvolvimento da pesquisa baseou-se nos Regimes Internacionais entendidos como conjunto de normas, regulamentos, valores

e processos de decisão, os quais configuram o componente de decisão de pessoas e instituições. Via de regra, os regimes internacionais têm grande influência sobre tomadas de decisão sobre determinadas áreas específicas, levando em conta que determinados temas da agenda internacional derivam de consensos generalizados precedendo o processo de regulamentação.

Os regimes são muitas vezes associados com questões relacionadas às fontes do direito internacional conforme o costume internacional, resultando em rodadas e acordos que geram organizações ou sua atuação no campo internacional (KRASNER, 1982). O autor alude à contextualização dos regimes internacionais ao aponta-los como a forma em que os “princípios, normas, regulamentos e procedimentos decisórios nos quais um determinam as ações de um ator convergindo para uma determinada área”.

Puchala & Hopkins (1982) elencam cinco características inerentes a um regime, como adesão ao padrão comportamental dos atores (princípios, normas, regulamentos, códigos legais, procedimentos) referentes às tomadas de decisão que guiam condutas e políticas a serem alcançadas; caracterização da maioria dos princípios em uma hierarquia e as respectivas normas, deixando aberto a possibilidade de transformações; possuir um conjunto de elites, ou seja, atores puramente estatais ou não; existência sob determinada área das relações internacionais onde exista um modelo de comportamento.

O papel dos regimes internacionais no cenário da segurança alimentar possui suas raízes nos modelos de cooperação entre os países no sistema internacional fundamentada em pressupostos de cunho sustentável como mecanismo de atuação na manutenção no fornecimento de alimentos.

A inserção do conceito de "Segurança Alimentar" se dá após o fim da Primeira Guerra Mundial, conjuntura de desastrosa experiência da guerra, cujos efeitos perpassaram, principalmente, a Europa, projetando a compreensão da possibilidade de dominação de um país sobre o outro a partir do controle do fornecimento de alimentos. A alimentação passou a ser encarada como poderosa arma sobretudo cuja aplicação se direcionaria com potencialidade principalmente sobre um país com incapacidade de produção de seus alimentos.

Tal panorama permite compreender que tal problematização enseja efeitos a respeito da segurança nacional para os países, aludindo à necessidade de formação de estoques "estratégicos" de alimentos e, paulatinamente, corroborando à

concepção de que a soberania de um país se atrela à sua capacidade de auto suprimento de alimentos.

Com a Primeira Conferência Mundial de Segurança Alimentar, promovida pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), em 1974, dada a escassez dos estoques mundiais de alimentos, foi fortalecida a visão de que a Segurança Alimentar vinculava-se quase exclusivamente à produção agrícola, potencializando o argumento a respeito do papel da indústria química na defesa da Revolução Verde a partir do emprego de insumos químicos (fertilizantes e agrotóxicos).

Apesar da recuperação da produção mundial, na década de 1970, não foi alcançada a erradicação da desnutrição e da fome, conformando a percepção de que a questão de centralidade para a Segurança Alimentar reside no acesso aos alimentos por parte dos povos em todo o mundo, e não propriamente à capacidade de produção de alimentos.

A Segurança Alimentar e Nutricional, portanto, é concebida como garantia aos povos de direito de acesso a alimentos de qualidade, com suficiência em quantidade suficiente e em caráter permanente, a partir da adoção de práticas alimentares saudáveis e com o devido respeito às características culturais peculiares aos povos, cujas manifestações projetam-se sobre os atos de se alimentar. Além disso, tal dinâmica deve pautar-se em prerrogativas de sustentabilidade, cuja responsabilidade atribui-se aos estados nacionais em obrigatória articulação com a sociedade civil.

Por fim, elencam-se ainda os marcos conceituais relativos à espacialização e periodização são inerentes à pesquisa, considerando de tais abordagens derivará a compreensão do Mesa Brasil Sesc no cenário de regime de segurança alimentar no Brasil.

Quanto à abordagem relativa à *espacialização* dos fenômenos, sob o prisma dos estudos geográficos, pode ser compreendida a partir dos conceitos de espaço, o qual é concebido como uma totalidade material ou simbólica conformada por um sistema de ações e objetos (SANTOS, 2006), bem como de território, cuja compreensão relaciona-se à escala de manifestação histórica em que distintos atores atuam, contribuindo para configuração de um campo de poder e produção de diferentes percepções de territorialidade (RAFFESTIN, 1993; BECKER, 1991; HAESBERT, 2014).

A respeito da abordagem de *periodização*, a partir dos estudos da historiografia francesa, é possível se fazer determinar uma concepção metodológica dos fenômenos ao longo do tempo por intermédio da formação de periodizações as quais aludem tanto às forças profundas de caracterização estrutural dos fatos na longa duração quanto às forças rasas, por meio das quais se identifica conjunturalmente a curta duração (FARAGE, 1991; SANTILLE, 1994; SENHORAS, 2015).

O delineamento metodológico da presente pesquisa se baseia em três dimensões distintas a saber: a *caracterização metodológica* (quanto aos fins: a identificação de um estudo exploratório, descritivo e explicativo); *levantamento de dados* (quanto aos meios: a partir da realização de revisão integrativa, revisão bibliográfica e estudo de caso) e; *análise de dados* (intercalando um enfoque de apreciação qualitativa com misto de elementos quantitativos através de análise hermenêutica, espacial e gráfica).

A *caracterização metodológica* da presente pesquisa tem por natureza a identificação de um estudo pautado no modelo de pesquisa exploratória, descritiva e explicativa, nas quais busca-se uma maior compreensão do fenômeno a partir de uma investigação *in loco* para uma apreciação mais detalhada do objeto de pesquisa.

A pesquisa exploratória é definida por Gil (2017, p.41) como aquela que têm como objetivo o “proporcionamento de uma maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses, o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições através do contato direto”, sendo possível observar, portanto, que seu planejamento apresenta uma característica flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado.

Para Ramos *et al.* (2005), a pesquisa descritiva apresenta peculiaridades no intuito de descrever as características de determinada população ou fenômeno, registrando a maneira de como este ocorre e assim pretende-se verificar a relação da realidade com o objeto de estudo, obtendo várias interpretações de uma análise indutiva por parte do pesquisador.

Quanto à pesquisa explicativa, Gil (2002) afirma ser o “tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas”. Tal modelo de pesquisa configura-se como mais complexo e delicado, levando em consideração o risco se de cometer erros aumenta consideravelmente. Assim, entende-se que o conhecimento científico está assentado nos resultados oferecidos pelos estudos explicativos (2002, p. 42).

Quanto aos procedimentos metodológicos de *levantamento de dados* foi desenvolvido: 1 - revisão integrativa (livros, dissertações/teses, artigos publicados em periódicos, revistas científicas e jornais); 2 - revisão bibliográfica (pesquisa desenvolvida em fontes primárias e secundárias como: documentos, legislações, artigos e estatísticas relacionadas à segurança alimentar em âmbito federal, estadual e local) e; 3 – estudo de caso (utilizando-se de instrumentos tais como: entrevistas e questionários semiestruturados, registros fotográficos e observação).

A revisão integrativa pode ser definida como “um método de revisão que combina as evidências de múltiplos estudos primários a partir do emprego de instrumentos estatísticos, a fim de aumentar a objetividade e a validade dos achados” (SOUZA, SILVA e CARVALHO, 2010, p. 102). Os autores ainda destacam:

> A revisão integrativa, finalmente, é a mais ampla abordagem metodológica referente às revisões, permitindo a inclusão de estudos experimentais e não-experimentais para uma compreensão completa do fenômeno analisado. Combina também dados da literatura teórica e empírica, além de incorporar um vasto leque de propósitos: definição de conceitos, revisão de teorias e evidências, e análise de problemas metodológicos de um tópico particular. (SOUZA, SILVA e CARVALHO, 2010, p. 103)

Já o modelo de pesquisa baseado em revisão bibliográfica, é entendido por (MARCONI E LAKATOS, 2003, p. 158) como aquele que traz “um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema”. As autoras destacam que a partir da revisão bibliográfica:

> [...] o estudo da literatura pertinente pode ajudar a planificação do trabalho, evitar publicações e certos erros, e representa uma fonte indispensável de informações, podendo até orientar as indagações. A soma do material coletado, aproveitável e adequado variará de acordo com a habilidade do investigador, de sua experiência e capacidade em descobrir indícios ou subsídios importantes para seu trabalho. (MARCONI e LAKATOS, 2003, p. 108).

As autoras classificam ainda os respectivos graus de fonte de informações, a saber: fontes primárias - dados históricos, bibliográficos e estatísticos; informações, pesquisas e material cartográfico; arquivos oficiais e particulares; registros em geral; documentação pessoal (diários, memórias, autobiografias); correspondência pública ou privada etc., e; fontes secundárias - imprensa em geral e obras literárias (MARCONI E LAKATOS, 2003).

Segundo (GIL, 2017, p. 54) o estudo de caso consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, o qual pode ser utilizado como “estudo-piloto para esclarecimento do campo da pesquisa em seus múltiplos aspectos quanto para a descrição de síndromes raras”.

O estudo de caso pode ser compreendido como o delineamento metodológico mais adequado para a investigação de um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto real, onde os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente percebidos pelo pesquisador segundo (YIN, 2001).

Quanto aos procedimentos de *análise de dados*, a presente pesquisa está fundamentada em: 1 - análise hermenêutica (interpretação do fenômeno a partir de sua evolução teórico-conceitual); 2 - análise espacial (impactos socioambientais e econômicos sobre o espaço em que o objeto está localizado) e; 3 - análise gráfica (interpretação de dados com ilustrações gráficas elaboradas a partir do *software Microsoft Office Excel 2016* e mapas temáticos utilizando os softwares *ArcGIS* 5.1 e *Inkscape 0.92.4*)

Para Mantzavinos (2016) a análise hermenêutica refere-se a uma metodologia de interpretação relativa aos problemas que surgem quando se lida com ações humanas significativas, bem como com os produtos de tais ações, sobretudo textos. Para o autor, a hermenêutica oferece ainda:

> [...] uma caixa de ferramentas para o tratamento eficiente de problemas de interpretação de ações humanas [...] remete a uma longa tradição, já que o conjunto de problemas que ela aborda tem prevalecido na vida humana, e tem repetidamente e constantemente chamado à interpretação. (MANTZAVINOS, 2016, s/p)

Já com relação à análise espacial, Rosa (2011) afirma que a análise espacial estabelece conexão entre o domínio essencialmente cartográfico e as áreas de análise aplicada, estatística e a modelagem, viabilizando a combinação de variáveis georreferenciadas e, consequentemente, criação e análise de novas variáveis.

Em se tratando de análise gráfica, tem-se a análise técnica desenvolvida pelo jornalista Charles Henri Dow pautada em uma concepção econômica, concebendo que a variação dos índices de demanda e oferta do mercado é refletida na política de preços desenvolvida pela empresa ou organização (MARTINS, 2010).

A pesquisa segue o método de abordagem mista, intercalando elementos de análise qualitativa, que segundo (GIL, 2002) pode ser caracterizado como uma

“sequência de atividades, que envolve a redução dos dados, a categorização desses dados, sua interpretação e a redação do relatório” e; quantitativa, a qual pode ser compreendida (MARCONI e LAKATOS, 2003, p. 133) como aquela que visa a “demonstração factual de números, índices quantitativos, indicadores e valores absolutos ou relativos referentes aos dados coletados sobre o objeto de pesquisa.

A título de ilustração é possível identificar metodologicamente o roteiro de desenvolvimento da pesquisa a partir de um sintético quadro de *design da pesquisa*, no qual há a caracterização do passo-a-passo desde o tema e as respectivas justificativas, passando pelo problema com as hipóteses e tese de trabalho, até se chegar ao objetivo geral e os correspondentes objetivos específicos, os quais fundamentam a razão da caracterização metodológica e dos procedimentos metodológicos de levantamento e análise de dados (quadro 1).

Quadro 1 - *Design* da Pesquisa

TEMA	• Programa Mesa Brasil: Uma análise da política de segurança alimentar a partir de um enfoque de políticas públicas e seu impacto no desenvolvimento regional de Roraima.					
PROBLEMA	• Quais as contribuições do Programa Mesa Brasil Sesc para o desenvolvimento local da cidade de Boa Vista no estado de Roraima?					
OBJETIVO GERAL	• Analisar os vetores de segurança alimentar e desenvolvimento local no Programa Mesa Brasil, desenvolvido pelo SESC em parceria com uma rede de atores da sociedade civil no município de Boa Vista.					
ORDEM	**OBJETIVOS ESPECÍFICOS**	**TIPO DE PESQUISA**	**TIPO DE ABORDAGEM**	**TÉCNICAS**	**INDICADORES**	**INSTRUIMENTOS DE COLETA DE DADOS**
1	Compreender o processo de desenvolvimento teórico-evolutivo e a regulamentação da segurança alimentar em âmbito internacional;	Descritiva e Explicativa	Quantitativa e Qualitativa	Análise hermenêutica	Evolução teórico-conceitual da Segurança Alimentar e o papel das organizações internacionais	Revisão Integrativa e Revisão Bibliográfica
2	Discutir acerca da dinâmica de funcionamento e importância da segurança alimentar e o programa Mesa Brasil em âmbito nacional;	Descritiva	Qualitativa	Análise hermenêutica e espacial	Difusão do conceito de segurança alimentar no Brasil	Revisão Bibliográfica
3	Desenvolver uma análise institucional do Programa Mesa Brasil SESC em Roraima a partir da realização de um estudo de caso para compreender seus impactos e contribuições para o desenvolvimento local.	Descritiva e Exploratória	Quali-Quantitativa	Análise gráfica e espacial, e, Fotografia	Gráficos sobre a curva de desenvolvimento ciclo de vida do Programa Mesa Brasil em Roraima	Registro fotográfico; questionários semiestruturados; entrevistas e observação

Fonte: Elaboração própria. Baseada em OAIGEN e BATISTA (2017).

1. ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Esta dissertação foi construída com base em um método histórico-dedutivo, utilizando-se de procedimentos metodológicos mistos que combinaram uma análise sistemática da literatura e um estudo de caso da aplicação do Programa Mesa Brasil SESC no município de Boa Vista, o que resultou em um trabalho com quatro capítulos, incluídas esta introdução e as conclusões.

O primeiro capítulo da presente dissertação, intitulado *"Campo de Estudos sobre Segurança Alimentar"*, promove uma análise sistemática sobre o campo de estudos sobre Segurança Alimentar por intermédio de uma caracterização da evolução das discussões bem como mapeamento das principais publicações, identificadas como estado da arte.

O segundo capítulo, intitulado "*Regime Internacional e Nacional de Segurança Alimentar",* traz uma análise e caracterização do Programa Mesa Brasil, promovendo breve esboço acerca do desenvolvimento nacional SESC, com base em uma revisão da literatura, de modo a identificar sua dinâmica de funcionamento e sua inserção no regime nacional de segurança alimentar

O terceiro capítulo, intitulado *"Regime de Segurança Alimentar em Roraima",* promoveu uma análise empírica dos impactos do Programa Mesa Brasil no município de Boa Vista (RR) na materialização de vetores de segurança alimentar e de desenvolvimento local no tecido urbano do município, análise esta derivada de um estudo de caso com trabalho de campo.

O quarto capítulo, por fim, intitulado "*Estudo de Caso do Programa Mesa Brasil no Desenvolvimento da Segurança Alimentar em Boa Vista***"** viabilizou a construção de um mapeamento do sistema reticular de atores envolvidos no Programa, por intermédio de uma caracterização *in loco* viabilizadora da análise de percepção do programa por parte de uma amostra de atores diretamente envolvidos.

CAPÍTULO 1 – CAMPO DE ESTUDOS SOBRE SEGURANÇA ALIMENTAR

Tal qual um estudo sistemático, o capitulo 1 desta dissertação propõe o desenvolvimento de uma abordagem discursiva pautada em estudos a respeito de segurança alimentar, considerando a relevância da temática tanto no que diz respeito ao conhecimento, quanto para compreensão do cenário de produções científicas sob um viés objetivo e subjetivo.

O objetivo do capítulo ora proposto foi o desenvolvimento de uma análise sistemática sobre o campo de estudos de Segurança Alimentar a partir de uma caracterização da evolução das discussões e de um mapeamento das principais publicações, identificadas como estado da arte.

Propôs ainda a apresentação do estado da arte nos debates e discussões existentes no âmbito do referido tema, apresentado a construção, o mapeamento e a caracterização do campo das publicações científicas a respeito dos regimes de segurança alimentar durante o período compreendido entre os anos de 2008 e 2018, tomando como diretrizes três dimensões identificadas como fenomenológica, ontológica e epistemológica.

Nesta perspectiva, o presente capítulo promove uma discussão a respeito da evolução fenomenológica das publicações científicas relativas a segurança alimentar por intermédio de uma caracterização do campo científico, além de, por um lado desenvolver uma abordagem epistemológica do campo de estudos oriundo da identificação do estado da arte, e, por outro lado, uma reflexão ontológica no que tange aos eixos temáticos e conceituais deste campo científico.

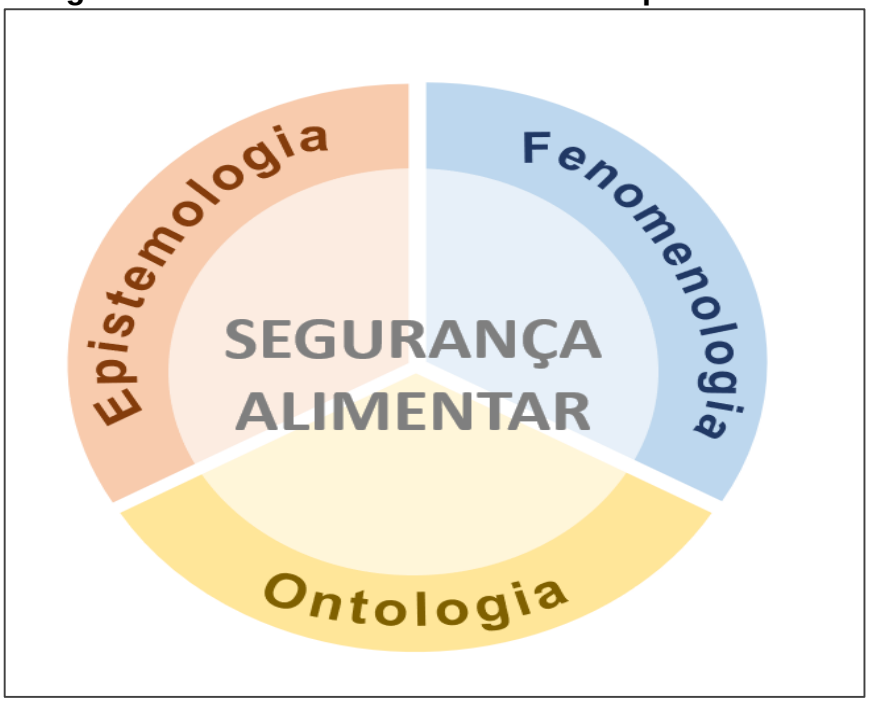
Também são apresentados os resultados obtidos a partir do estudo bibliométrico que foi desenvolvido alicerçado na produção científica total e específica dos textos mais citados sobre segurança alimentar, derivando deste estudo a identificação e apresentação do fluxo anual e o estoque acumulado das produções, além do ciclo de vida da produção científica a respeito da temática.

A presente dissertação toma três dimensões como parâmetro de articulação de discussão para compreender o campo de estudos sobre segurança alimentar, sendo elas identificadas, pela dimensão de análise empírica comparada a respeito dos estudos e identificação de suas características na comunidade científica (dimensão fenomenológica), evoluindo sequencialmente ao mapeamento bibliométrico dos principais eixos temáticos estruturantes do arcabouço teórico sobre

o segurança alimentar (dimensão epistemológica), chegando à identificação de conceitos-base essenciais de uma convergência das diferentes proposições (dimensão ontológica).

A conjugação destas três dimensões viabilizará a compreensão do campo científico de estudos sobre Segurança Alimentar, ao promover a caracterização do perfil comparado das pesquisas acumuladas, bem como do conjunto de relações de referência científica institucionalizada por pesquisadores renomados e grupos de pesquisa de destaque na comunidade científica da área (fenomenologia), finalizando com a identificação dos principais eixos temático-teóricos (epistemologia) e da apreensão de conceitos-base da área (ontologia).

Figura 3 - Dimensões de estudo do campo científico



Fonte: Elaboração própria. Baseada em SENHORAS (2015).

Assim, identificou-se o estado da arte com um perfil convergente quanto aos aspectos metodológicos, com análise das publicações que tratam exclusivamente sobre Segurança Alimentar, reverberando na consolidação de um campo científico predominantemente pautado em discussões regimentais, conceituais e desenvolvimento de políticas públicas.

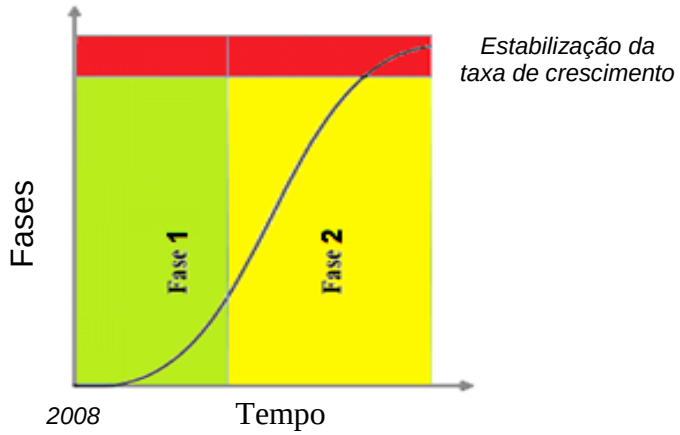
1.1 ANÁLISE EPISTEMOLÓGICA: O CAMPO DE ESTUDOS SOBRE SEGURANÇA ALIMENTAR

Primeiramente, a *dimensão epistemológica* da pesquisa sobre **Segurança Alimentar** está relacionada ao estudo da construção dos marcos de teorização a respeito do tema, a qual é identificada a partir de amplo mapeamento dos principais eixos temáticos de estudo disponibilizados e auto referenciados pela comunidade científica. Tais estes eixos configuram premissas auxiliares à consolidação do núcleo ontológico da análise.

1.1.1 Ciclo de vida das publicações sobre Segurança Alimentar

Com relação as publicações no âmbito da segurança alimentar, identifica-se a existência de um ciclo de vida dividido em duas fases, ilustrado na figura 2, onde observa-se uma primeira fase apresentando um padrão embrionário (com acentuada aceleração evolutiva nos primeiros anos) e uma segunda fase apresentando um padrão de crescimento maturado (com consequente desaceleração cumulativa das publicações nos anos finais).

Figura 4 - Ciclo de vida da produção científica sobre segurança alimentar



2008 a 2010	Fase 1	*Crescimento embrionário*	Crescimento com baixa taxa de crescimento na produção científica e sem diversificação do escopo das publicações científicas
2011 a 2018	Fase 2	*Maturação do crescimento*	Crescimento com taxa acelerada na produção científica com maturação quali-quantitativa em escala e escopo.

Fonte: Elaboração própria. Baseada em Senhoras e Senhoras (2018).

Deste modo, conforma-se um perfil de maturação deste campo científico como foco de investigação e o consequente estabelecimento de pesquisas e objetos de estudos relacionados à segurança alimentar, tal que eixo teórico das ciências sociais e naturais, contribui de maneira pertinente para o desenvolvimento da região a qual é pesquisado, discutido, sistematizado e aplicado.

1.1.2 Perfil das Publicações em Segurança Alimentar

Em se tratando das publicações no âmbito da segurança alimentar durante a fase 1 é possível identificar o estado da arte caracterizado a partir de um perfil científico predominantemente pautado na publicação de artigos das revistas científicas: Caderno de saúde pública; Estudos avançados; Ciência cultural; Ciência e saúde coletiva e a revista Economia e política, dos quais destacam-se 10 obras principais, os quais contemplam discussões em âmbito social, agrícola, de políticas públicas e saúde (quadro 1).

Entre as principais obras da agenda de pesquisa sobre segurança alimentar destaca-se como principal publicação o artigo “A desnutrição e obesidade no Brasil” dos autores Coutinho, Gentil e Total (2008) com 290 citações, o qual desenvolve uma abordagem crítica sobre o enfrentamento da obesidade como questão de saúde pública com base na agenda única de nutrição.

Em segundo lugar figura o artigo de José Galizia Tundisi (2008) Intitulado “Recursos hídricos: problemas e soluções” com 224 citações que traz uma abordagem crítica sobre o uso inadequado dos recursos hídricos e naturais, bem como seus efeitos sociais e ambientais.

O terceiro e o quarto artigos mais citados, trazem como temática respectivamente o “Modelo Brasileiro de Proteção Social não Contributiva: concepções fundantes” (de 2009 e com 212 citações) de autoria de Aldaíza Sposati e; a obra “Integração lavoura-pecuária” (também de 2009 e apresentando 199 citações na plataforma) de autoria dos pesquisadores Junior, Moraes, Veiga Pelissari e Dieckow.

Quadro 2 - Estado da arte das publicações na fase 1 (2008-2012)

Pesquisadores	Publicação	Ano	Obra	Citações
Janine Giuberti Coutinho; Patrícia Chaves Gentil; Natacha Toral	Artigo	2008	"A desnutrição e obesidade no Brasil: o enfrentamento com base na agenda única da nutrição". Caderno de Saúde Pública, n. 24, 2008.	290
José Galizia Tundisi	Artigo	2008	"Recursos hídricos no futuro: problemas e soluções". Revista Estudos Avançados, vol. 22, n. 63, 2008.	224
Aldaíza Sposati	Artigo	2009	"Modelo Brasileiro de Proteção Social não Contributiva: concepções fundantes". In: Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. Brasília: MDS/Unesco, 2009	212
Alvadi Antonio Balbinot Junior; Anibal de Moraes; Milton da Veiga; Adelino Pelissari; Jeferson Dieckow	Artigo	2009	"Integração lavoura-pecuária: intensificação de uso de áreas agrícolas". Ciência Rural, vol. 39, n. 6, 2009.	199
Alane Cabral de Oliveira; Iara Barros Valentim; Marília Oliveira Fonseca Goulart; Cícero Alexandre Silva; Etelvino José Henriques Bechara; Maria Teresa Salles Trevisan	Artigo	2009	"Fontes vegetais naturais de antioxidantes". Revista Química Nova, vol. 32, n. 3, 2009.	197
Renata Bertazzi Levy; Inês Rugani Ribeiro de Castro; Letícia de Oliveira Cardoso; Letícia Ferreira Tavares; Luciana Monteiro Vasconcelos Sardinha; Fabio da Silva Gomes; André Wallace Nery da Costa	Artigo	2010	"Consumo e comportamento alimentar entre adolescentes brasileiros: Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), 2009". Revista Ciência & Saúde Coletiva, vol. 15, 2010.	181
Paulo A. Z. Suarez; André L. F. Santos; Juliana P. Rodrigues; Melquizedeque B. Alves	Artigo	2009	"Biocombustíveis a partir de óleos e gorduras: desafios tecnológicos para viabilizá-los". Revista Química Nova, vol. 32, n. 3, 2009.	179
Anne Walleser Kepple; Ana Maria Segall-Corrêa	Artigo	2010	"Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional". Revista Ciência & Saúde Coletiva, vol. 16, n. 1, 2011.	161
Sergio Schneider	Artigo	2010	"Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate". Revista de Economia Política, vol. 30, n. 3, 2010	159
Oswaldo Hajime Yamamoto; Isabel Fernandes de Oliveira	Artigo	2010	"Política Social e Psicologia: Uma Trajetória de 25 Anos". Revista *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, vol. 26, 2010.	155

Fonte: Elaboração própria. Base de dados: Google Scholar (2018).

Respectivamente posicionadas como quinta, sexta e sétima publicações mais citadas na plataforma estão as obras: "Fontes vegetais naturais de antioxidantes" de

Oliveira, Valentim, Goulart, Silva, Brechara e Trevisan (2009) com 197 citações; “Consumo e comportamento alimentar entre adolescentes brasileiros” de Levy, Castro, Cardoso, Tavares, Sardinha, Gomes e Nery (2010) com 181 citações; e “Biocombustíveis a partir de óleos e gorduras” (2009) de autoria de Suarez, Santos, Rodrigues e Alves, com 179 citações.

E por fim, respectivamente em oitavo, nono e décimo estão os artigos: “Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional” publicado em 2010, de autoria de Kepple e Segall-Correa com 161 citações; “Situando o desenvolvimento rural no Brasil” de Schneider (2010) com 159 citações e a obra; “Política Social e Psicologia: Uma Trajetória de 25 Anos” também publicada em 2010 e dispondo de 155 citações.

Com relação as publicações científicas da fase 2 do ciclo de vida, identifica-se o estado da arte sobre segurança alimentar apresenta-se sob uma dinâmica predominantemente caracterizada pela publicação de livros das Editoras: Brasiliense, EPSJV e Artmed, além de artigos científicos das revistas: Ciência $ saúde coletiva; Direitos difusos e Revista *Pan Americana de Salud Publica*.

A primeira publicação intitulada “o que é agricultura sustentável?” é de autoria de Eduardo Ehlers (2017) com 777 citações e que desenvolve uma abordagem crítico-explicativa sobre o uso de agrotóxicos nas lavouras e seu impacto na saúde. E em segundo, estão Carneiro, Silva, Rigotto, Friedrich e Búrigo (2015) com 335 publicações na plataforma do *google scholar*.

No âmbito da terceira, quarta e quinta posições referentes a segunda fase do ciclo de vida das publicações sobre segurança alimentar estão os autores: Damodaran e Parkin (2018, 286 publicações) com a obra “Química de alimentos de Fennema”; Grisa e Schneider (2014) com o artigo “Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar” que apresenta 130 citações e; Vandenplas, Huys e Daube (2015) com o artigo *“Probiotics: an update. Jornal de Pediatria”* com 124 citações, publicado em 2015.

Em sexto, sétimo e oitavo estão respectivamente as obras “Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar” (Saraiva *et al.* de 2013 com 124 citações); o livro “Diagnóstico das Pastagens no Brasil” de Dias-Filho (2014) com 117 citações e; “A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010” da pesquisadora Albaneide Maria Lima Peixinho (2013) com 103 citações.

E finalmente na nona e décima posições estão Dias e Oliveira (2017) com a publicação do artigo “Educação ambiental: a agricultura como modo de sustentabilidade para a pequena propriedade rural” com 95 citações e; Cotta e Machado (2013) com a seguinte obra “Programa Bolsa Família e segurança alimentar e nutricional no Brasil” datada de 2013 e dispondo também de um total de 95 citações.

Quadro 3 - Estado da arte das publicações na fase 2 (2013-2018)

Pesquisadores	Publicação	Ano	Obra	Citações
Eduardo Ehlers	Livro	2017	O que é agricultura sustentável. São Paulo: Editora Brasiliense, 2017.	777
Fernando Ferreira Carneiro; Lia Giraldo da Silva Augusto; Raquel Maria Rigotto; Karen Friedrich; André Campos Búrigo	Livro	2015	Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Rio de Janeiro: EPSJV, 2015.	335
Srinivasan Damodaran; Kirk Parkin	Livro	2018	Química de alimentos de Fennema. 4ª edição. Porto Alegre: Artmed, 2018.	286
Catia Grisa; Sergio Schneider	Artigo	2014	“Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil”. Revista de Economia e Sociologia Rural, vol. 52, 2014.	130
Yvan Vandenplas; Geert Huys; Georges Daube	Artigo	2015	“Probiotics: an update”. Jornal de Pediatria, vol. 91, n. 1, 2015.	124
Elisa Braga Saraiva; Ana Paula Ferreira da Silva; Anete Araújo de Sousa; Gabrielle Fernandes Cerqueira; Carolina Martins dos Santos Chagas; Natacha Toral	Artigo	2013	“Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar”. Revista Ciência & Saúde Coletiva, vol. 18, n. 4, 2013.	124
Moacyr Bernardino Dias-Filho	Livro	2014	Diagnóstico das Pastagens no Brasil. Belém: Embrapa, 2014.	117
Albaneide Maria Lima Peixinho	Artigo	2013	“A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional”. Revista Ciência & Saúde Coletiva, vol. 18, n. 4, 2013	103
Antonio Augusto Souza Dias; Marialice Antão de Oliveira	Artigo	2017	“Educação ambiental: a agricultura como modo de sustentabilidade para a pequena propriedade rural”. Revista de Direitos Difusos, vol. 68, julho-dezembro, 2017.	95
Rosângela Minardi Mitre Cotta; Juliana Costa Machado	Artigo	2013	“Programa Bolsa Família e segurança alimentar e nutricional no Brasil: revisão crítica da literatura”. Revista Panamericana de Salud Publica, vol. 33, n. 1, 2013.	92

Fonte: Elaboração própria. Base de dados: Google Scholar (2018).

1.2 ANÁLISE FENOMENOLÓGICA: REVISÃO INTEGRATIVA SOBRE SEGURANÇA ALIMENTAR

Em um segundo momento, a *dimensão fenomenológica* da pesquisa é caracterizada pelo modo como os estudos sobre **Segurança Alimentar** são realizados na prática, conformando a definição do perfil de pesquisas a respeito da realidade concreta, além da análise do modo específico e diferenciado pelo qual os grupos de pesquisa existentes no país se caracterizam ontologicamente frente à fundamentação teórica para estruturação de pesquisas.

1.2.1 Caracterização histórico-evolutiva das publicações sobre Segurança Alimentar

Com relação ao processo de evoluções de publicações referentes à segurança alimentar observa se um acentuado grau de desenvolvimento durante o período compreendido entre os anos 2008 a 2018, pois, somente no ano de 2008 verifica-se a existência de 3.270 publicações referentes a temática em que estão, enquanto que no ano de 2018 este número apresentou índices na ordem de 67.170 obras, o que demonstra um aumento cumulativo de respectivamente 2000%.

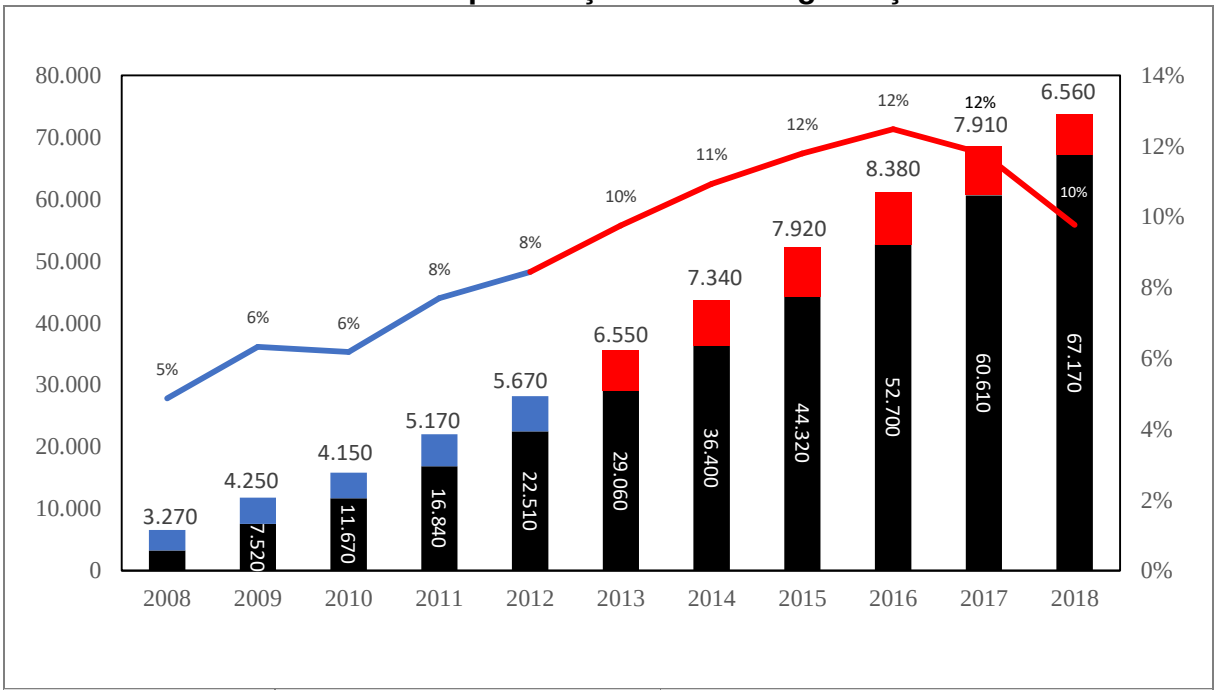
Em se tratando do ciclo de vida das publicações sobre segurança alimentar, são observados dois momentos distintos, a saber a primeira fase (que compreende os anos entre 2008 e 2012 e como uma acentuada evolução no quantitativo publicações e é ilustrada pela linha azul do gráfico 1) e; a segunda fase (referente ao período relativo aos anos de 2013 a 2018 que apresenta uma certa maturação e consequentemente uma redução na ascensão evolutiva que é ilustrado pela linha vermelha do gráfico 1).

Na primeira fase observa-se que o ano de 2009 apresenta um índice de 7.520 obras (um aumento de 30% em relação a 2008), enquanto que em 2010 este número alcança 11.670 publicações. Entretanto nos anos seguintes de 2011 e 2012 este número volta a alcançar considerável índice de desenvolvimento (com 16.840 e 22.510 publicações respectivamente).

Com relação a segunda fase o ano de 2013 (com 29.060 obras publicadas) apresenta uma elevação cumulativa de cerca de 10% em relação a 2012 (com 22.510), já em 2014, 2015 e 2016 este número manteve um índice de crescimento

contínuo, apresentado uma maturação natural com índices respectivamente absolutos de 36.400, 44.320 e 52.700 publicações.

Gráfico 1 - Fases das publicações sobre Segurança Alimentar



ETAPAS	PERÍODO	PADRÃO DE CARACTERIZAÇÃO
FASE 1	2008 a 2012	Padrão de gestação embrionária
FASE 2	2013 a 2018	Padrão de crescimento maturado

Fonte: Elaboração própria. Base de dados: Google Scholar (2008-2018).

Ainda na segunda fase, em se tratando do biênio 2017 e 2018 observou-se uma pequena redução no índice de evolução cumulativa (ilustrado pelo último terço linha vermelha do gráfico 1) de publicações em relação aos anos anteriores, a saber o ano de 2017 com 60.610 obras (aumento de 11,5% em relação a 2016) e 2018 com 67.170 publicações científicas (aumento de 10,8% em relação a 2017).

O quadro sintético a seguir configura-se como uma disposição visual derivada do cruzamento dos eixos da revisão integrativa, por intermédio do qual foi possível identificar à luz da estrutura do estado da arte das publicações científicas na temática da Segurança Alimentar sob o critério de citação, um recorte epistemológico de categorias temáticas centrais, as quais estão hierarquizadas em três polos com alta, média e baixa recorrência refletindo um posicionamento central (verde), recorrente (amarelo) ou acessório (vermelho) nos estudo da temática em evidência.

Em primeiro lugar, a categoria *tema*, exprime que a Segurança Alimentar é explorada pelo estado da arte, gerando um critério de corte ou de foco de análise pela literatura científica nacional, ora posicionando-se como objeto-fim das pesquisas na qual é explorada como *tema central* (15%), ora posicionando-se como objeto-meio das pesquisas, onde é explorada como um *tema secundário* dentro de outros temas (85%).

Em segundo lugar, a categoria *eixos de discussão*, expõe que os principais estudos a respeito da Segurança Alimentar estão alicerçados em cinco abordagens que refletem que as discussões são apresentadas com alta predominância em *Políticas Públicas* (60%) e *Saúde / Nutrição* (60%), em comparação a uma média recorrência nas discussões a respeito da questão *Social (55%), Agronegócio (50%) e Economia (40%)*.

Em quarto lugar, a categoria *recorte metodológico de levantamento de dados*, exprime que os estudos são predominantes oriundos de *Estudos Bibliográficos* (80%), expressando uma baixa recorrência de abordagens oriundas de *Estudos de Caso* (10%) em contrapartida aos estudos derivados de Análise Experimental (5%).

Em quinto lugar, a categoria *recorte metodológico de análise de dados* demonstra que os estudo a respeito da Segurança Alimentar são fundamentados sobretudo em análise hermenêutica (90%) e os estudos fundamentados em análise esquemática são minoria (10%), o que demonstra uma abordagem marcadamente tradicional mesmo no que tange a uma temática fundamentada em inovação.

Com base na revisão integrativa do estado da arte das publicações sobre Segurança Alimentar viabilizou-se assinalação de que as categorias temáticas originam uma compreensão do perfil eclético da produção científica no que tange aos aspectos metodológicos, seja com foco central ou complementar no que tange à temática.

Quadro 4 - Categorias temáticas do estado da arte sobre Segurança Alimentar

NÚCLEO ONTOLÓGICO	%	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]	[15]	[16]	[17]	[18]	[19]	[20]
TEMA																					
Tema Primário	15%																				
Tema Secundário	85%																				
EIXOS DE DISCUSSÃO																					
Política Pública	60%																				
Saúde / Nutrição	60%																				
Social	55%																				
Agronegócio	50%																				
Economia	40%																				
RECORTE METODOLÓGICO: LEVANTAMENTO DE DADOS																					
Estudo Bibliográfico	80%																				
Estudos de Caso	10%																				
Análise experimental	5%																				
RECORTE METODOLÓGICO: ANÁLISE DE DADOS																					
Hermenêutica	90%																				
Análise esquemática	10%																				

Legenda: [1] Coutinho, Gentil e Total (2008); [2] Tundisi (2008); [3] Sposati (2009); [4] Balbinot Junior et. al. (2009); [5] Oliveira et. al. (2009); [6] Levy et. al. (2010); [7] Suarez et.al (2009); [8] Kepple e Segall-Corrêa (2011); [9] Schneider (2010); [10] Oliveira e Yamamoto (2010); [11] Ehlers (2017); [12] Carneiro (2015); [13] Damodaran e Parkin (2018); [14] Grisa e Schneider (2014); 15] Daube e Vandenplas (2015); [16] Saraiva et. al. (2013); [17] Dias-Filho (2014); [18] Peixinho (2013); [19] Dias e Oliveira (2017); [20] Cotta e Machado (2013).

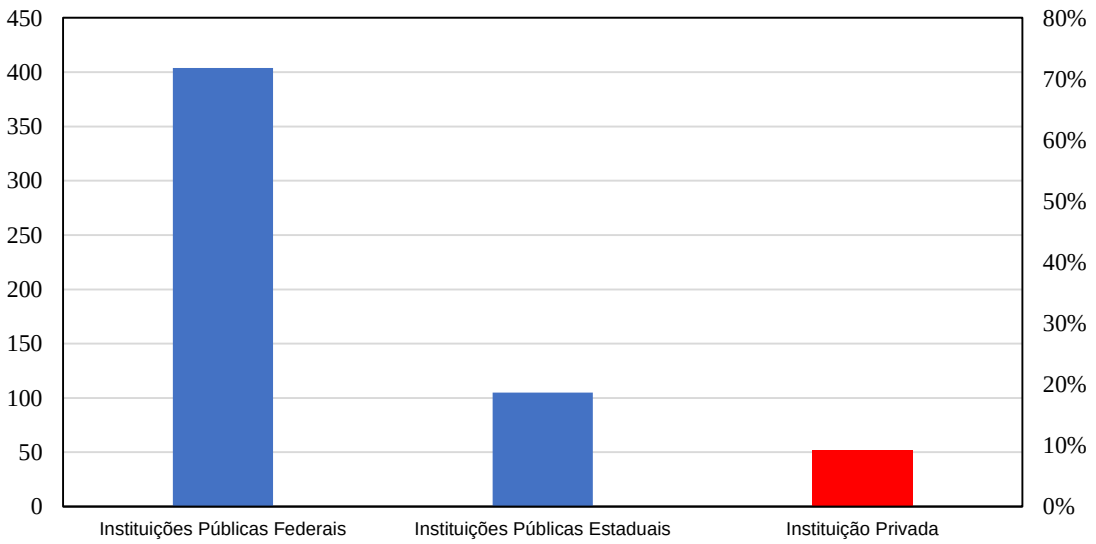
Fonte: Elaboração própria.

1.2.2 Perfil da Comunidade Científica responsável pelas abordagens e discussões no âmbito da Segurança Alimentar

Em se tratando da caracterização Instituições de Ensino Superior (IES) que possuem grupos de pesquisa na área de segurança alimentar observa-se um universo de 561 instituições das quais 72% por cento são instituições públicas federais, 19% são instituições públicas estaduais e 9% são instituições da iniciativa privada.

Deste modo, conforma-se um considerável índice de grupos de pesquisa relacionados ou especificamente direcionados as discussões m âmbito de segurança alimentar no Brasil, no qual a partir de tal recorte é possível perceber a existência destes grupos predominantemente em IES de nível federal.

Quadro 5 - Perfil das Instituições de Pesquisa e Ensino Superior que possuem Grupos de Pesquisa na área de Segurança Alimentar



CLASSIFICAÇÃO DA INSITUIÇÃO	ÍNDICE ABSOLUTO	ÍNDICE RELATIVO
Instituição Pública Federal	404	72,0%
Instituição Pública Estadual	105	19,0%
Instituição Privada	52	9,0%
TOTAL	561	100,0%

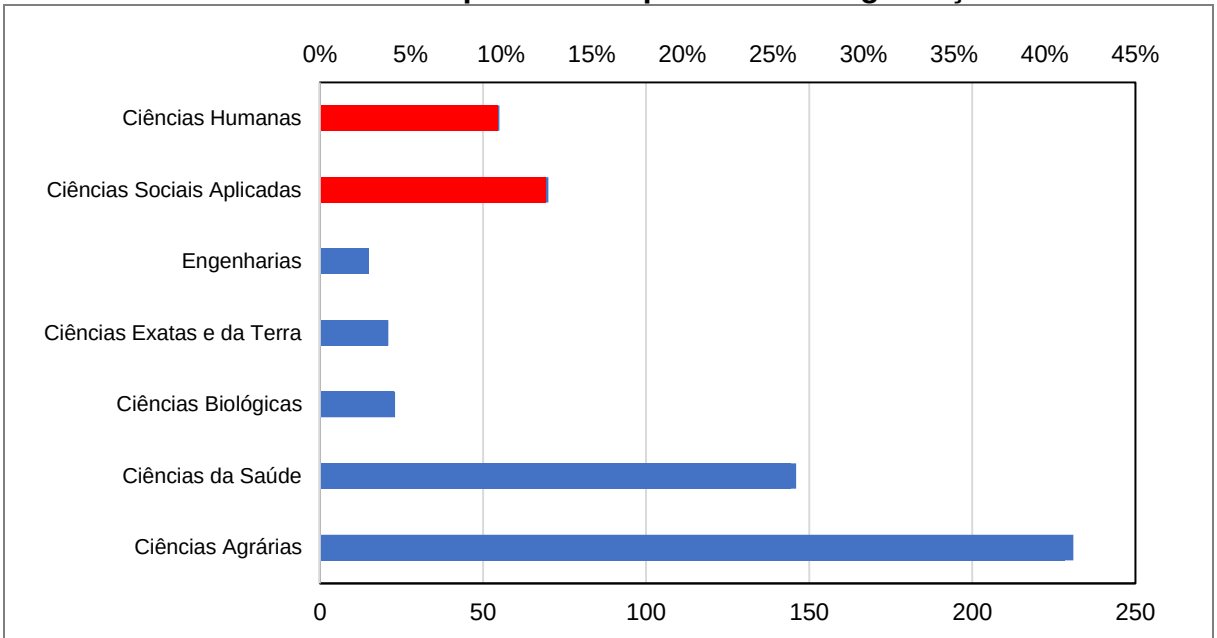
Fonte: Elaboração própria. Base de dados: Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq (2018)

Já em se tratando do enfoque de abordagem sobre segurança alimentar nas diversas áreas do conhecimento cientifico por parte dos grupos de pesquisa, observa-se um acentuado destaque no campo das ciências agrárias, perfazendo um

percentual de 41% do total de grupos, seguido pelas ciências da saúde com um índice relativo de 26% e pelas Ciências Sociais aplicadas com 12%.

Todavia outros 10% dispensam um enfoque discursivo no âmbito das ciências humanas, outros 4% levantam debates com foco nas ciências biológicas, mesmo percentual dos grupos que desenvolvem pesquisas voltadas para as ciências exatas e da terra, o qual coincide com os mesmos 4% que focam discussões nas ciências da engenharia.

Gráfico 2 - Áreas dos Grupos de Pesquisa sobre Segurança Alimentar



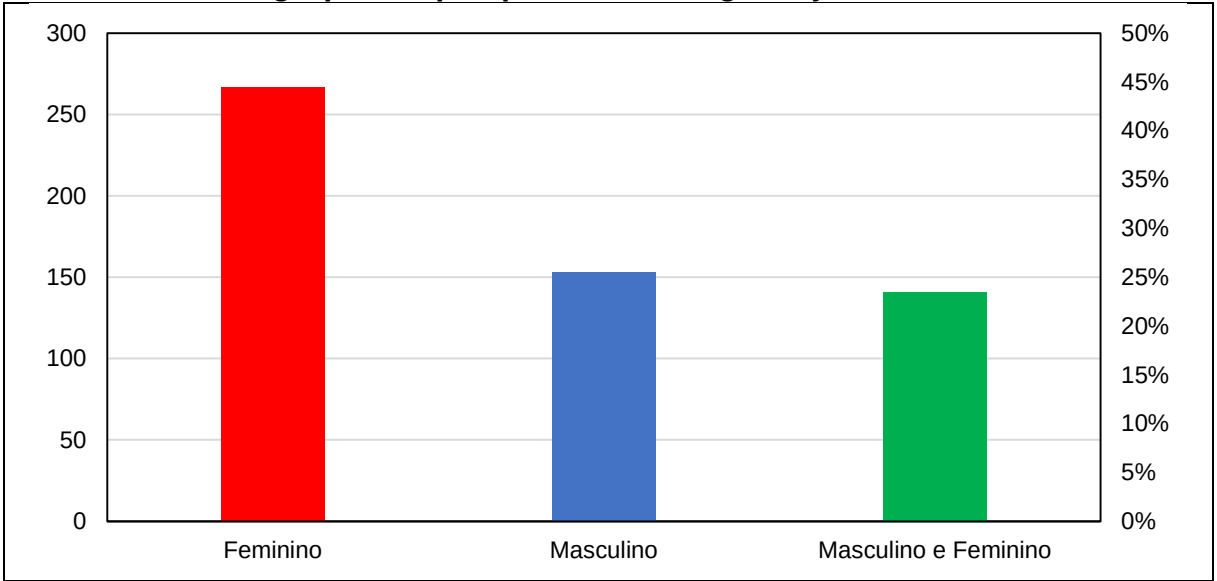
ENFOQUE CIENTÍFICO	ÍNDICE ABSOLUTO	ÍNDICE RELATIVO
Ciências Agrárias	231	41%
Ciências da Saúde	146	26%
Ciências Sociais Aplicadas	70	12%
Ciências Humanas	55	10%
Ciências Biológicas	23	4%
Ciências Exatas e da Terra	21	4%
Engenharias	15	3%

Fonte: Elaboração própria. Base de dados: Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq (2018)

Quando realizado um recorte comparativo por gênero sobre a composição dos 561 grupos de pesquisa relacionados a segurança alimentar, conforme o **gráfico 3** verifica-se que 48% destes grupos de pesquisa são compostos apenas por

pesquisadores do sexo feminino, enquanto 27% dos grupos são compostos apenas por pesquisadores do sexo masculino, restando destes, outros 25% que possuem uma composição mista (com a presença mulheres e homens).

Gráfico 3 - Gênero dos pesquisadores líderes em grupos de pesquisa sobre Segurança Alimentar



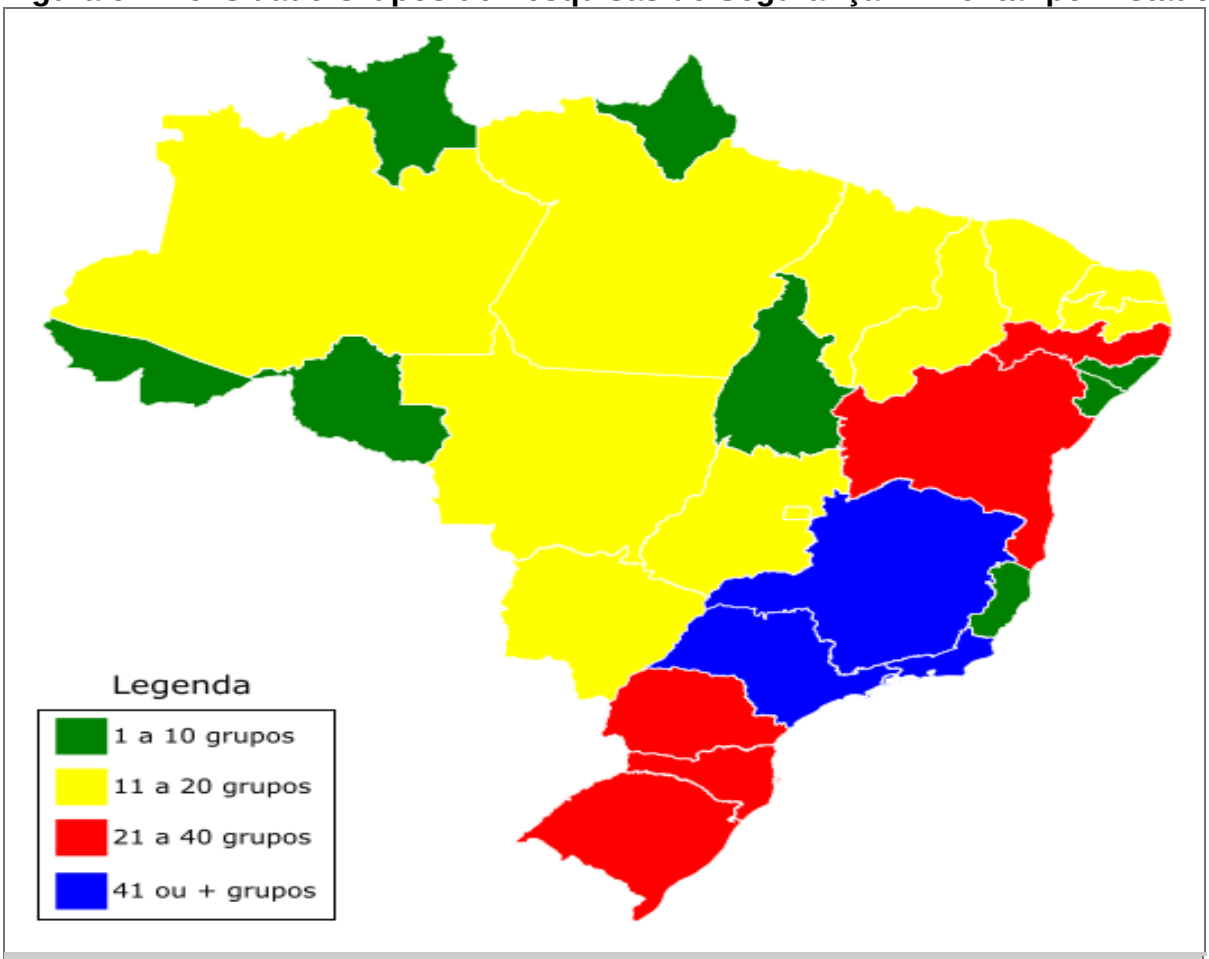
GÊNERO	ÍNDICE ABSOLUTO	ÍNDICE RELATIVO
Feminino	267	48%
Masculino	153	27%
Masculino e Feminino	141	25%
TOTAL	561	100%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq (2018)

Quanto a presença dos grupos de pesquisa nos estados brasileiros em valores absolutos, foi realizada uma distribuição das unidades da federação em uma matriz de 4 grupos de cores identificadas por nível de densidade a saber: verde (com a presença de 1 a 10 grupos); amarelo (com a presença 11 a 20 grupos); vermelho (21 a 40 grupos e; azul (com a presença de mais de 41 grupos) conforme Figura 3.

Assim observou-se uma caracterização de presença de grupos de pesquisa relativamente proporcional ao índice populacional dos estados, sobretudo no eixo sul-sudeste, com destaque para os estados de São Paulo (com 79 grupos), Minas Gerais (60 grupos), Rio de Janeiro (56) e Rio Grande do Sul (40 grupos de pesquisa).

Figura 5 – Densidade Grupos de Pesquisas de Segurança Alimentar por Estado



DENSIDADE /QUANTIDADE									
PADRÃO DE DENSIDADE POR ESTADO	AP	3	GO	11	PE	24	RJ	56	
	RR	4	MA	11	SC	28	MG	60	
	RO	5	MS	11	BA	32	SP	79	
	AC	6	PI	12	PR	36			
	ES	6	MT	13	RS	40			
	SE	8	AM	14					
	TO	8	PB	16					
	AL	10	RN	16					
			CE	17					
			DF	17					
			PA	18					
TOTAL		50		156		160		195	**561**

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq (2018)

O mapeamento sobre a densidade de grupos de pesquisa por estados brasileiros demonstra positivamente todos os estados brasileiros possuem ao menos 1 grupo de pesquisa, embora exista uma clara assimetria na pesquisa, haja vista que existe uma clara concentração nos 3 maiores estados da região Sudeste, equivalente a 35% do total de grupos de pesquisa no país.

É particularmente interessante observar que os estados com maior incidência de bolsões de pobreza e de insegurança alimentar no país, nas regiões Norte e Nordeste, acabam apresentando um significativo baixo número de grupos de pesquisa *vis-à-vis* aos estados da região Sul e Sudeste, os quais concentram a produção científica na temática.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A partir do presente capítulo, intitulado “Campo de Estudos sobre Segurança Alimentar”, foi possível observar, primeiramente, quanto à análise epistemológica do campo de estudos sobre segurança alimentar que com relação às publicações científicas da fase 1 do ciclo de vida, identifica-se o estado da arte cuja dinâmica é caracterizada pela publicação de artigos científicos das revistas: Ciência e Saúde Coletiva; Caderno de Saúde Pública; Estudos Avançados e revista química nova.

Na fase 2 do ciclo de vida, o estado da arte está materializado, tanto nas publicações de livros das editoras: Brasiliense, EPSJV, Artmed e Embrapa, quanto nas publicações de artigos das revistas científicas: Economia e Sociologia Rural, Ciência e saúde coletiva, Direitos difusos e Revista *Pan-Americana del Salud*.

Quanto à análise fenomenológica observa-se a manifestação de dois padrões distintos durante o ciclo de vida das publicações sobre a temática em questão: um padrão de gestação embrionária (na fase 1) e; um padrão de crescimento maturado (na fase 2).

Quanto ao perfil da comunidade científica, e consequentemente dos grupos de pesquisas responsáveis pelas publicações sobre segurança alimentar, constata-se um predomínio de grupos existentes em IES púbicas federais, cujos grupos de pesquisa possuem foco nas ciências agrárias e da saúde, com um perfil de pesquisadores do sexo feminino em comparação ao sexo masculino. Constata-se, por fim, um predomínio de grupos de pesquisa na região sudeste do Brasil: São Paulo (com 79 grupos), Minas Gerais (com 60 grupos) e o Rio de Janeiro (com 56 grupos).

CAPÍTULO 2 – REGIME INTERNACIONAL E NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR

O segundo capítulo da presente dissertação promoveu a construção de uma análise teórico-normativa a respeito da construção, estruturação e atuação dos Regimes de Segurança Alimentar tanto sob a perspectiva internacional quanto sob a perspectiva nacional, no caso do Regime de Segurança Alimentar no Brasil.

O objetivo do presente capítulo pautou-se no esforço em analisar e caracterizar o Programa Mesa Brasil e seu desenvolvimento nacional pelo SESC, com base em uma revisão da literatura, de modo a identificar sua dinâmica de funcionamento e sua inserção no regime internacional e nacional de segurança alimentar.

Inicialmente o capítulo traz uma revisão conceitual acerca de segurança alimentar e nutricional ao longo da história, perspectiva de Direitos Humanos desde da gênese da discussão no período das grandes guerras, onde a Segurança Alimentar era entendida sob o viés da segurança nacional, até o delineamento mais atual e abrangente do conceito, por intermédio do qual se realiza uma sob o viés de Direitos Humanos.

Em seguida o capítulo engendra a construção de uma caracterização dos Regimes de Segurança Alimentar tanto nacional quanto internacionalmente. Na perspectiva internacional observa-se o papel da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), da Aliança Internacional Contra a Fome e a Desnutrição, bem como do Programa Mundial de Alimentos.

Já na perspectiva nacional, é possível identificar as diferentes vertentes de abordagem conceitual em torno da Segurança Alimentar, além do papel de inciativas governamentais para promoção da Segurança Alimentar, como é o caso da Estratégia Fome Zero.

A Segurança Alimentar e Nutricional é encarada como um conceito em construção, tendo em vista que a questão alimentar se atrela a diversos perfis de interesses e, consequentemente, configura-se como palco de múltiplas disputas. O conceito de Segurança Alimentar, nessa perspectiva, vai sendo moldado segundo as alterações de organização social e as relações de poder dinamizadas na sociedade.

2.1 EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

A abordagem acerca de Segurança Alimentar perpassa o contexto das guerras (primeira e segunda), pós-guerra, Revolução Verde, anos de 1970, 1980, 1990 até ser ampliada para uma percepção da Segurança Alimentar na perspectiva de Direitos Humanos.

No contexto da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) ocorre a gênese do uso do termo segurança alimentar na Europa, momento no qual a abrangência do termo basicamente restringia-se às questões de "segurança nacional e com a capacidade de cada país produzir sua própria alimentação, de forma a não ficar vulnerável a possíveis embargos, cercos ou boicotes devido a razões políticas ou militares" (BURITY, p. 11, 2010).

Anos depois, já durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), especialmente a contar da estruturação da ONU, em 1945. Paralelamente à emergência das organizações intergovernamentais era possível perceber a tensão política permeando as relações entre os organismos que concebiam o acesso ao alimento de qualidade como um direito humano (como a FAO) e aqueles que acreditavam que a segurança alimentar poderia ser garantida por mecanismos de mercado (como FMI e o Banco Mundial) (PAIXÃO, MOURÃO E SENHORAS, 2013).

No período pós-guerra, a questão da segurança alimentar passou a orbitar em torno da insuficiência da disponibilidade de alimentos, desencadeando empreendimentos de promoção de assistência alimentar, estruturadas, sobretudo, no uso de excedentes de produção dos países ricos, pois entendia-se que a insegurança alimentar era decorrente da produção insuficiente de alimentos nos países pobres.

Nesta perspectiva, foram projetadas iniciativas para elevar a produtividade de determinados alimentos, conexo ao emprego de novas variedades genéticas, altamente dependentes de insumos químicos, conhecida como Revolução Verde[1], reverberando em um considerável aumento da produção de alimentos, porém sem efetivo impacto sobre a redução da fome, como é o caso da Índia.

Em meados da década de 1970 ocorreu a Conferência Mundial de Alimentação (1974), desencadeada em razão da crise mundial de produção de alimentos. Adotou-se a visão de que a segurança alimentar seria garantida por intermédio do emprego

[1] Entre as consequências da Revolução Verde pode-se citar: redução da biodiversidade, menor resistência a pragas, êxodo rural e contaminação do solo e dos alimentos com agrotóxicos.

de uma “política de armazenamento estratégico e de oferta de alimentos, associada à proposta de aumento da produção de alimentos” (BURITY, p. 11, 2010), conformando uma estrutura garantidora da regularidade do abastecimento.

Semelhantemente ao ocorrido nas décadas anteriores, a segurança alimentar alicerçava-se na questão do alimento e não no ser humano, marginalizando a visão do acesso ao alimento enquanto direito humano, como no Brasil, onde a Revolução Verde impulsionou a produção de soja e, consequentemente, potencializou a produção de alimentos, porém, ilogicamente, fomentou o crescimento do número de famintos e de excluídos.

A partir dos anos 1980 pôde-se observar que a otimização de produtividade na agricultura manteve a geração de excedentes de produção e elevação do volume de estoques, provocando queda dos preços dos alimentos. Tais excedentes escoaram para o mercado na condição de alimentos industrializados, não gerando eliminação da fome.

Neste período identificou-se que uma das causas mais importantes da insegurança alimentar da população relacionava-se à falta de garantia de acesso físico e econômico aos alimentos, em “decorrência da pobreza e da falta de acesso aos recursos necessários para a aquisição de alimentos, principalmente acesso à renda e à terra/território” (BURITY, p. 12, 2010).

No limiar início dos anos 1990, o conceito de segurança alimentar sofreu incorporação também da noção de acesso a alimentos seguros (imunes de contaminação biológica ou química) e de qualidade (tanto nutricional e biológica quanto sanitária e tecnológica), cuja produção tenha se pautado em prerrogativas de sustentabilidade e equilíbrio, culturalmente aceitas, incorporando a dimensão de acesso à informação.

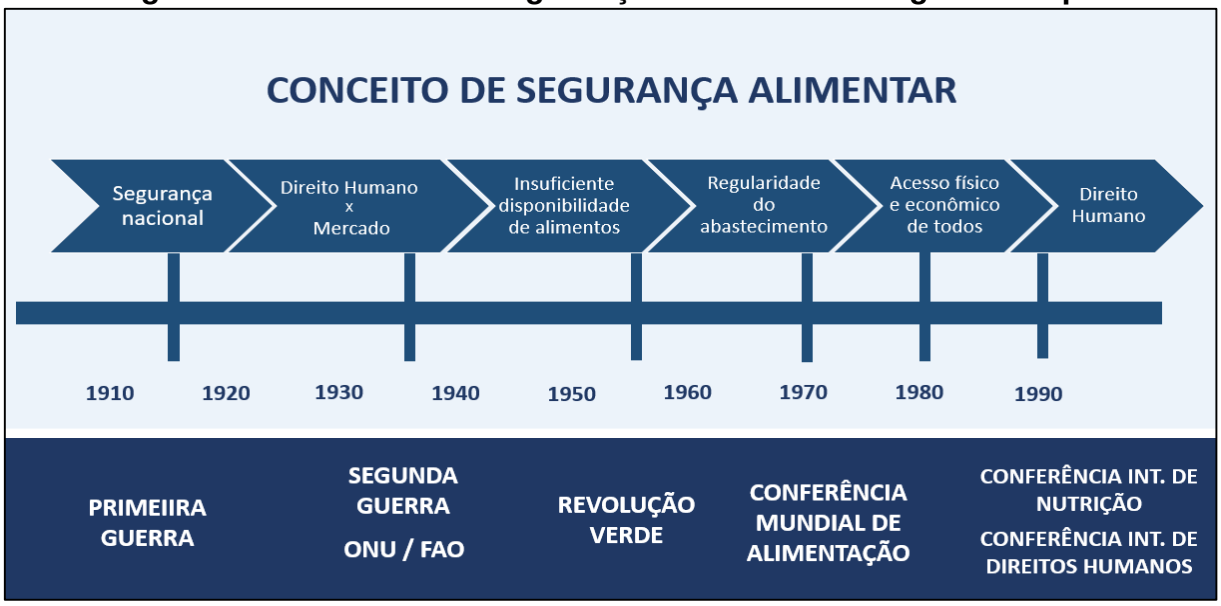
A consolidação de tal percepção cristalizou-se nas declarações da Conferência Internacional de Nutrição (Roma em 1992), pela FAO e Organização Mundial da Saúde (OMS), incorporando categoricamente o aspecto nutricional e sanitário e originando o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional.

Ainda neste período emerge um intenso movimento destinado à reafirmação do Direito Humano à Alimentação Adequada, preconizado na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais - PIDESC de 1966, como a Conferência Internacional de Direitos Humanos em 1993 (Viena) e a Cúpula Mundial da Alimentação em 1996 (Roma)

organizada pela FAO. Progressivamente, portanto, a Segurança Alimentar e Nutricional passa a ser encarada como uma possibilidade estratégica de garantir a todos o Direito Humano à Alimentação Adequada.

Foi possível então observar que abordagem acerca de Segurança Alimentar se origina no contexto das guerras e vai sofrendo aperfeiçoamento no pós-guerra, Revolução Verde, anos de 1970, 1980, 1990 até ser ampliada para uma percepção da Segurança Alimentar na perspectiva de Direitos Humanos, conforme sintetizado na figura a seguir.

Figura 6 - O conceito de Segurança Alimentar ao longo do tempo



Fonte: Elaboração própria.

No que tange às discussões sobre regime de segurança alimentar, é importante destacar que no âmbito das relações internacionais existe um consenso no contexto das conceituações quanto à definição de regimes internacionais, bem como sua importância para as instituições e o estabelecimento de políticas em nível internacional.

2.1 Conceituação sobre os Regimes Internacionais

Sob uma concepção de instrumento de participação, cooperação e regulação, os regimes internacionais podem ser definidos a partir de uma junção de variáveis intervenientes entre os fatores causais básicos, de um lado, e resultados e

comportamentos, de outro por parte dos envolvidos nesta dinâmica de relações Krasner (2012). Assim:

> Os regimes internacionais são entendidos como uma forma de ordem internacional [...], definidos como princípios, normas, regras e procedimentos de tomada de decisões de determinada área das relações internacionais em torno dos quais convergem as expectativas dos atores. (KRASNER, 2012, p. 93)

Embora haja uma discussão que remonta a três dimensões de abordagens críticas sobre regimes (estruturais convencionais[2]; estruturalistas modificadas[3] e; as orientações grocianas[4]), Krasner faz uma síntese destas três visões sobre regime internacional, nos quais, sobre uma concepção crítica, tratam de aspectos relativos acerca de definição, conceituação, estruturação, função e caracterização dos regimes.

2.2 MATERIALIZAÇÃO DO REGIME DE SEGURANÇA ALIMENTAR EM ÂMBITO INTERNACIONAL

Neste sentido, a concepção de regime de segurança alimentar é materializada a partir da dinâmica de atuação, funcionamento e estruturação da *Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO),* a qual contribui significativamente para a compreensão, estabelecimento e difusão das políticas de segurança alimentar em nível internacional.

2.2.1 Food and Agriculture Organization (FAO)

Fundada em 16 de outubro de 1945 na cidade de Québec, a FAO, constitui um organismo internacional ligado à *Nations United* (ONU), que trata exclusivamente do estabelecimento de políticas e ações voltadas a integração, participação e

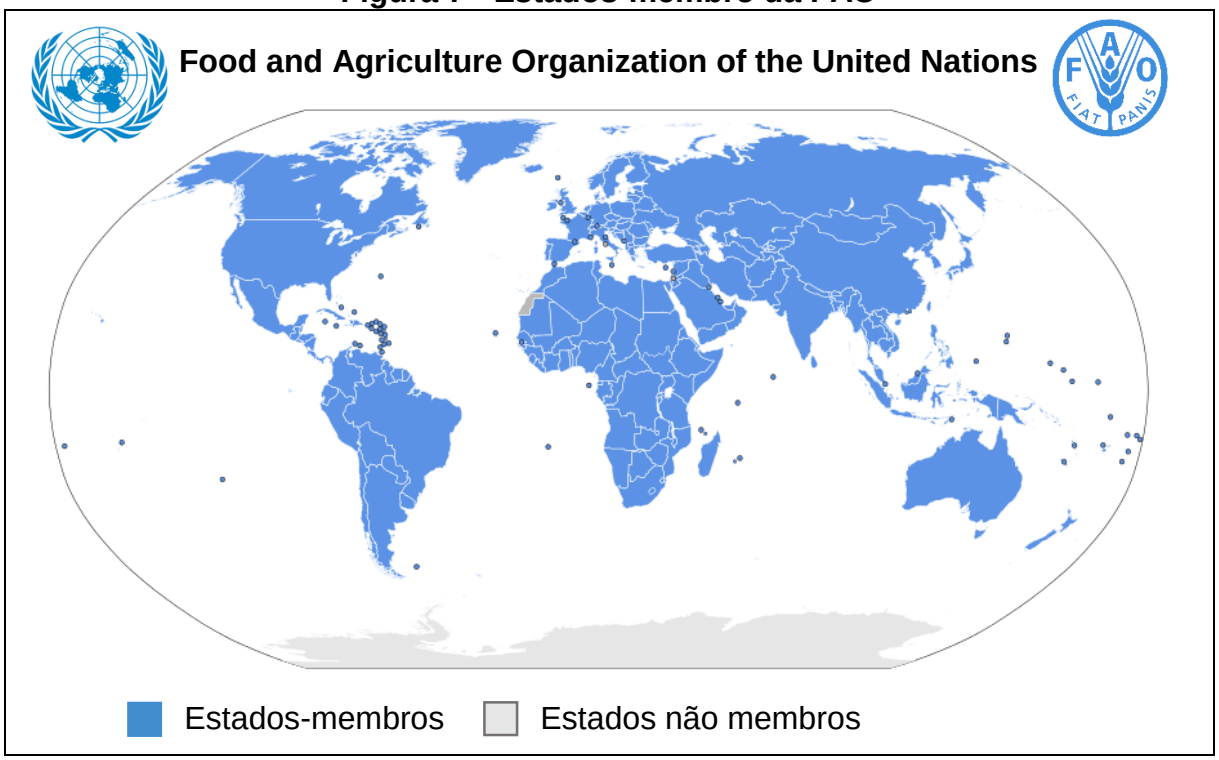
[2] Concebe a ideia de inutilidade do conceito de regime, se não enganoso. O rótulo de 'regime' pode ser facilmente perturbado quando o equilíbrio do poder ou a percepção de interesse nacional (ou ambos em conjunto) mudam entre os estados que os negociam. Strange (1982) e Waltz (1979)

[3] Sugere que os regimes podem ter importância, mas somente sob condições muito restritas, pois em um mundo de estados soberanos, a função básica dos regimes é coordenar o comportamento dos estados no sentido de alcançar os resultados desejados em áreas particulares de interesse. Keohane (1982) e Stein (1982)

[4] Considera os regimes como uma estrutura mais disseminada, inserindo de fato o mercado como um regime, além de atributo inerente a qualquer padrão de comportamento humano complexo e persistente. Puchala, Hopkins (1982), Young (1982) e Ruggie (1982)

colaboração internacional para o desenvolvimento da agricultura, erradicação da fome e combate à desnutrição e a pobreza.

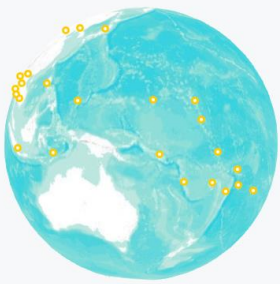
Figura 7 - Estados-membro da FAO



Fonte: ONU (2016)

A FAO é composta por 194 Estados-membros, União Europeia (UE) e está presente em mais de 130 países, funcionando como um fórum neutro, onde todas as nações que a compõe possuem peso igualitário no que tange a estratégias e decisões, pois proporciona à todos os seus integrantes oportunidades para elaborarem e discutirem políticas ligadas à agricultura e alimentação FAO (2018).

Quadro 6 – Localização das sedes da FAO nos países-membros

Américas	Europa e África	Ásia	Oceania
			

Fonte: FAO (2018)

A FAO fornece assistência aos países-membros na elaboração de estratégias para o desenvolvimento econômico, político e social sustentável, uma vez que a partir de tais perspectivas, recomenda, acompanha e implementa técnicas de produção e armazenagem aos seus signatários, por meio do *Technical Cooperation Programme* (TCP), fomentando o acesso à tecnologia.

> To meet the demands posed by major global trends in agricultural development and challenges faced by member nations, FAO has identified key priorities on which it is best placed to intervene. A comprehensive review of the Organization's comparative advantages was undertaken which enabled strategic objectives to be set, representing the main areas of work on which FAO will concentrate its efforts in striving to achieve its vision and global goals. FAO (2018, s/p)

Assim a FAO estabeleceu objetivos estratégicos a partir das demandas e prioridades oriundas dos seus países-membros, com vistas aos desafios enfrentados pelos países signatários em função das políticas e ações a serem desenvolvidas no âmbito do combate à fome e a desnutrição. São objetivos estratégicos da FAO:

Box 1 - Objetivos Estratégicos da FAO

- ✓ **Ajudar a eliminar a fome, a insegurança alimentar e a desnutrição**

Apesar dos progressos alcançados nas duas últimas décadas, 821 milhões de pessoas ainda sofrem de fome crônica. Entre as crianças, estima-se que 155 milhões com menos de cinco anos de idade são cronicamente desnutridas (raquíticas) e mais de 52 milhões são agudamente desnutridas (desperdiçadas). Nosso mandato é apoiar os membros em seus esforços para garantir que as pessoas tenham acesso regular a alimentos de alta qualidade suficientes. Podemos ajudar apoiando políticas e compromissos políticos que promovam a segurança alimentar e uma boa nutrição e garantindo que informações atualizadas sobre os desafios e soluções para a fome e a desnutrição estejam disponíveis e acessíveis.

- ✓ **Tornar a agricultura, a silvicultura e a pesca mais produtivas e sustentáveis**

Prevê-se que a população mundial aumente para 9 bilhões de pessoas até 2050 e que algumas das maiores taxas de crescimento populacional do mundo ocorram em áreas altamente dependentes do setor agrícola (culturas, pecuária, silvicultura e pesca) e tenham altas taxas. de insegurança alimentar. O crescimento no setor agrícola é um dos meios mais eficazes para reduzir a pobreza e alcançar a segurança alimentar.

- ✓ **Reduzir a pobreza rural**

A maioria dos pobres do mundo vive em áreas rurais. A fome e a insegurança alimentar, sobretudo, são expressões da pobreza rural. Reduzir a pobreza rural, portanto, é fundamental para a missão da FAO. Muitos que vivem em áreas rurais foram retirados da pobreza nas últimas décadas. Em 1990, 54% das pessoas que viviam em áreas rurais em países em desenvolvimento viviam com

menos de US $ 1,25 por dia e eram consideradas extremamente pobres. Em 2010, essa participação caiu para 35%. A pobreza rural continua generalizada, especialmente no sul da Ásia e na África. Essas regiões também tiveram menos progresso na melhoria dos meios de subsistência rurais. A FAO se esforça para ajudar os pequenos proprietários a melhorar a produtividade agrícola, visando também aumentar as oportunidades de emprego fora da fazenda e, por meio da proteção social, encontrar maneiras melhores para as populações rurais administrarem e lidarem com os riscos em seus ambientes.

- ✓ **Permitir sistemas agrícolas e alimentares inclusivos e eficientes**

Com o aumento da globalização, a agricultura como um setor independente deixará de existir, tornando-se apenas uma parte de uma cadeia de valor integrada. A cadeia de valor sai tanto a montante como a jusante, ou desde a produção até ao processamento e vendas, em que o todo é agora altamente concentrado, integrado e globalizado. Isto representa um enorme desafio para os pequenos agricultores e produtores agrícolas em muitos países em desenvolvimento, onde até os pequenos agricultores economicamente mais válidos podem ser facilmente excluídos de partes importantes da cadeia de valor.

- ✓ **Aumentar a resiliência dos meios de subsistência a ameaças e crises**

Todos os anos, milhões de pessoas que dependem da produção, comercialização e consumo de culturas, gado, peixe, florestas e outros recursos naturais são confrontados por desastres e crises. Eles podem atacar repentinamente - como um terremoto ou um violento golpe de Estado - ou desdobrar-se lentamente - como ciclos de enchente seca. Eles podem ocorrer como um único evento, um pode acionar outro ou vários eventos podem convergir e interagir simultaneamente com efeitos em cascata e ampliados. Essas emergências ameaçam a produção e o acesso a alimentos nos níveis local, nacional e, às vezes, regional e global. A missão da FAO é ajudar os países a governar, prevenir e mitigar riscos e crises e apoiá-los na preparação e resposta a desastres.

Fonte: FAO (2018)

2.2.2 Regime Internacional de Segurança Alimentar

O principal regime internacional de segurança alimentar é oriundo da Aliança Internacional Contra a Fome e a Desnutrição[5], que procura tratar como as organizações e os Estados podem aprimorar suas ações, na proteção e cumprimento de atividades no combate a fome.

Esta Aliança interage mundialmente com instituições de todo o mundo, além de agências e governos que possuem os mesmos objetivos para lutar contra a fome a desnutrição por intermédio das diretrizes e políticas estabelecidas pelo *World Food*

[5] Criada em 2002 pela FAO, estabeleceu o Programa Mundial de Alimentos. (FAO, 2018)

Programme[6]*,* o qual configura-se como instrumento de materialização do regime internacional de segurança alimentar.

2.2.3 Programa Mundial de Alimentos (PMA)

Criado em 1963 (como um experimento para fornecer ajuda alimentar através do sistema da ONU) e estabelecido em 1965, o *World Food Programme* é o principal projeto da FAO para atingir a meta de reduzir a quantidade de pessoas com fome em todo o mundo, o qual busca resolver com eficácia o problema da fome, da pobreza e da desnutrição com a participação efetiva de mais de 102 países no qual 30 já deixaram de ser programas-piloto, para atuar como programas estratégicos nacionais.

> A longa experiência do Programa Mundial de Alimentos em contextos humanitários e de desenvolvimento posicionou bem a organização para apoiar a construção de resiliência, a fim de melhorar a segurança alimentar e nutricional. O PMA ajuda as pessoas mais vulneráveis a fortalecer suas capacidades para absorver, adaptar e transformar diante de choques e estressores de longo prazo. WFP (2018)

O PMA é governado por seu comitê executivo que consiste em 36 estados membros e seu diretor executivo, apontado conjuntamente pelo secretário geral da ONU e pelo diretor geral do FAO para um mandato de cinco anos *World Food Programme* (2018).

Assim o Programa Mundial de alimentos segue uma rigorosa agenda (especialmente após a convenção de 2015) de ações desenvolvidas em parceria pelos países membros para atender casos que demandem emergências ou situações de risco que envolvam a necessidade de ajuda alimentar em todo o mundo até 2030 e conta com cerca de 80 pontos de distribuição fixa e emergencial de alimentos.

---

[6] Programa Mundial de Alimentos (PMA) - é a maior agência humanitária do mundo que fornece em média a cada ano, alimentos a 90 milhões de pessoas em 80 países, incluindo 58 milhões de crianças. Adotou 17 objetivos globais em 2015 com o intuito de acabar com a fome até 2030, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável. (FAO, 2018)

Figura 8 - Centros de Distribuição de Alimentos do Programa Mundial de Alimentos no mundo

Fonte: WFP (2018)

O diretor executivo, em conjunto com o secretariado do PMA tem a responsabilidade de cumprir a agenda de ações do programa em consonância ao objetivo de erradicação da fome e combate à desnutrição, no intuito de eliminar a própria necessidade de ajuda alimentícia. Assim, as principais estratégias do PMA, conforme indicado em sua missão, são:

Quadro 7 – Objetivos e metas do Programa Mundial de Alimentos

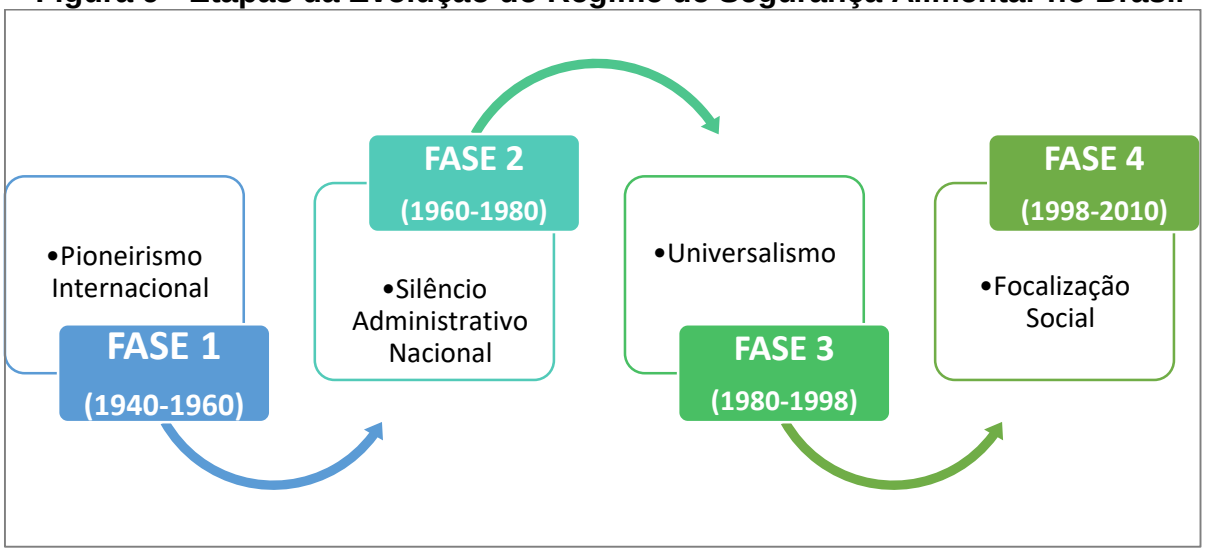
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	METAS ESTRATÉGICAS	RESULTADOS ESTRATÉGICOS
1. Apoiar os países para atingir a fome zero	1. Acabar com a fome, protegendo o acesso aos alimentos 2. Melhorar a nutrição 3. Alcançar a segurança alimentar	1. Todos têm acesso a comida 2. Ninguém sofre de desnutrição 3. Pequenos produtores melhoraram a segurança alimentar e a nutrição através de maior produtividade e renda 4. Os sistemas alimentares são sustentáveis

Fonte: WFP (2018).

2.3 REGIME SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO BRASIL

Em se tratando da evolução histórica das ações de segurança alimentar, o Brasil sempre esteve presente nas diferentes contextualizações, por meio de uma periodização em 4 fases sequenciais, caracterizada pelos padrões de: a) pioneirismo internacional, b) silêncio administrativo nacional, c) universalismo da segurança alimentar, e, d) focalização social (PAIXÃO, MOURÃO e SENHORAS, 2013).

Figura 9 - Etapas da Evolução do Regime de Segurança Alimentar no Brasil



Fonte: Elaborado com base em Paixão, Mourão e Senhoras (2013)

Box 2 - Fases da Evolução do Regime de Segurança Alimentar no Brasil

- **Na primeira fase**, o Brasil se insere na vanguarda internacional da temática da segurança alimentar entre as décadas de 1940 e 1960, quando o país adquiriu indiretamente proeminência internacional no assunto em função dos trabalhos e pesquisas de vanguarda do médico, geógrafo e diplomata, Josué de Castro, na presidência do Conselho Executivo na FAO e como embaixador na ONU.

- **Na segunda fase**, entre as décadas de 1960 e 1980, o regime militar trouxe um relativo silêncio administrativo na temática, momento em que as discussões são esvaziadas nacionalmente e na projeção internacional do país frente a uma agenda desenvolvimentista comandada pela revolução verde na qual o país buscou modernizar a exploração e produção no setor primário.

- **Na terceira fase**, entre meados da década de 1980 e meados da década de 1990, com a redemocratização a agenda de segurança alimentar e nutricional adquire nova relevância dentro do país não apenas em função da Constituição Federal de 1988 com um perfil de políticas sociais universais, mas também em função da

crescente participação de atores da sociedade civil e da formação de conselhos nacionais específicos na temática alimentar e nutricional.

- **Na quarta fase**, entre meados da década de 1990 até o final da década de 2010, a agenda da segurança alimentar no país adquiriu uma clara natureza de política focalizada, com base nos princípios de *targeting social* difundidas pelo Banco Mundial, bem como apresentou protagonismo internacional dentro de uma agenda multilateral de cooperação sul-sul, constituída entre 2003 a 2010, durante a gestão do governo Lula.

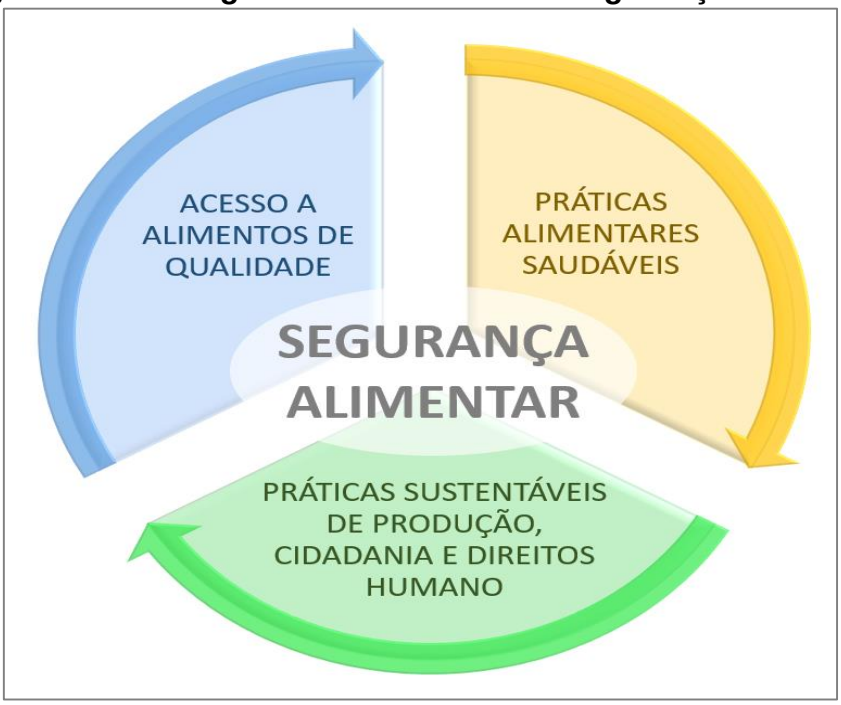
Fonte: Adaptado de Paixão, Mourão e Senhoras (2003

Já marco conceitual de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) parte dos pressupostos definidos pela II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e incorporado à Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN - Lei no 11.346, de 15 de julho de 2006). Nestes termos, segundo o Art. 3º da referida lei, entende-se a Segurança Alimentar e Nutricional como

> [...] a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (BRASIL, 2004).

É possível observar que tal conceituação possui elevado grau de abrangência, compondo-se de dimensões que vão desde o acesso a alimentos de qualidade, perpassando por práticas de alimentação saudável, até chegar a um padrão que garanta sustentabilidade na produção, cidadania e direitos humanos.

Figura *10* - Abrangência do conceito de Segurança Alimentar



Fonte: Elaboração própria.

Por um lado, a ênfase aos aspectos de qualidade e quantidade de alimentos adequadas para toda a população, abrangendo a todas as classes sociais, inclusive as classes menos carentes, configura a abordagem difundida no Brasil a respeito da Segurança Alimentar e Nutricional. Por outro lado, existe uma abordagem multidisciplinar que marcadamente apresenta desafio quanto à compreensão e utilização de tal conceito, tendo em vista a abordagem particular que cada área do conhecimento, como saúde economia, sociologia, nutrição, entre outras, propõe.

Nesta perspectiva, apesar das múltiplas abordagens em torno da conceituação de Segurança Alimentar e Nutricional, pode-se considerar que, entre os marcos conceituais e disciplinares, ampla relevância elenca-se no que tange aos indicadores da SAN. O baixo peso configurou-se como um dos indicadores indiretos mais relevantes entre os critérios de avaliação da insegurança alimentar até o primeiro quartil dos anos 1990 (KEPPLE e SEGALL-CORRÊA, 2011).

Assim, credita-se a relevância da medida antropométrica na avaliação da SAN, porém, quando utilizado como indicador singular, tal elemento ofusca os aspectos conjunturais e as consequências psicossociais do caso em questão, além de desprezar as dimensões de direitos humanos, bem-estar e saúde. Existem discussões que se referem à insegurança alimentar moderada aludindo ao sobrepeso ou obesidade. Tal abordagem propõe observância de aspectos como:

> [...] aumento no consumo de alimentos de baixo custo com alta densidade calórica [...], transtornos alimentares decorrentes da ansiedade e incerteza associadas à restrição alimentar involuntária [...], adaptações metabólicas a períodos de jejum constantes, até mesmo no período intrauterino, em situação de desnutrição da gestante. Em vez de conceituar o problema de sobrepeso como sendo um problema oposto à fome, deve-se considerar a possibilidade de que seja, em populações de baixos rendimentos, uma consequência dela (KEPPLE e SEGALL-CORRÊA, 2011, p. 188).

Evoca-se, ainda, a participação da produção agrícola para a Segurança Alimentar ao levar em consideração que a ampliação da produção, a otimização da distribuição e a incorporação de novas tecnologias agrícolas refletiriam na resolução da problemática da insegurança alimentar, porém a trajetória histórica expressa nas últimas décadas manifesta que a escassez de alimentos, isoladamente, não se configura como o problema que se apresenta na maioria dos casos de carência alimentar.

Além de tais elementos a serem analisados, propõe-se a dimensão das relações de poder como interveniente no contexto da falta de acesso dos mais pobres à abundância que já existe, conforme proposto na II Conferência Nacional de SAN, a qual elencou aspectos relacionados à equidade, inclusão social e sustentabilidade como elementos inerentes à política de produção agrícola destinada à SAN das populações.

2.3.1 Indicadores da Segurança alimentar e nutricional no Brasil

A história demonstra que a segurança alimentar é avaliada por intermédio dos elementos ora propostos (baixo peso, desnutrição, questão agrícola, sobrepeso, relações de poder) além de ouros critérios que pretendem quantificar o número de indivíduos em situação de carência alimentar ou fome.

Usualmente o indicador de medida de disponibilidade calórica média diária per capita é aplicado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação (FAO) para estabelecer e acompanhar o grau de vulnerabilidade e/ou carência alimentar em diferentes países.

O indicador de disponibilidade calórica per capita tomo como referência o volume alimentos produzidos, exportados e as estimativas de desperdício, cujo valor resultante é convertido em calorias e dividido pela população de um determinado país. Tais valores passam por uma avaliação para serem cotejados aos padrões mínimos,

estabelecidos a partir sexo e idade, para cada país. Levando em consideração esse indicador, a disponibilidade média per capita por dia para a população brasileira era de 3.110 Kcal (FAO, 2006).

No Brasil, não diferentemente de diversos outros países, estima-se, recorrentemente, a amplitude da insegurança alimentar ou da fome por intermédio de parâmetros de renda necessária ao consumo alimentar e não alimentar básicos da população, dando origem às linhas de pobreza e de indigência.

Tal indicador justifica-se em razão de o grau de carência alimentar relacionar-se diretamente ao nível de renda da família ou do indivíduo. São utilizados diversos procedimentos e parâmetros na definição de tal linha, de modo que alguns são estimados por intermédio de dados empíricos ou medidas normativas dada a indisponibilidade de informações de despesas familiares ou consumo.

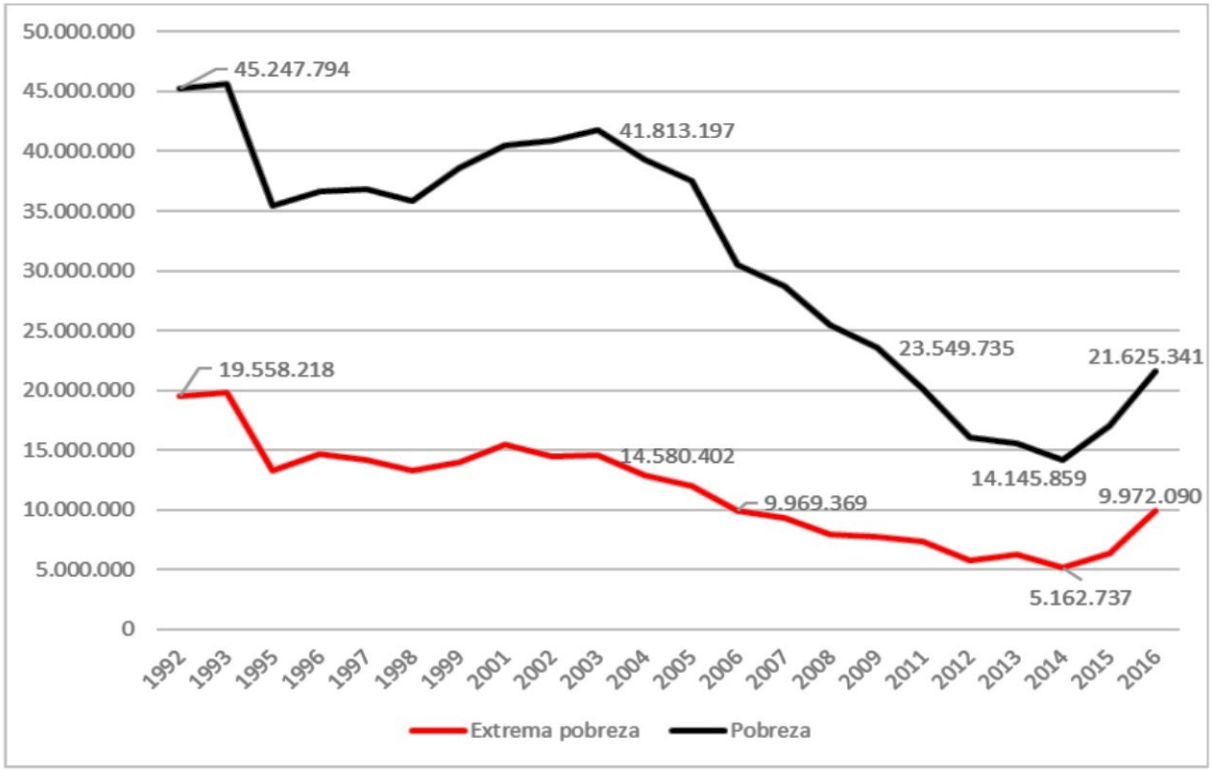
Em termos gerais, convenciona-se o estabelecimento de um valor monetário mínimo per capita necessário para a compra de uma cesta básica de alimentos, bem como outros produtos essenciais à sobrevivência (saúde, educação, transporte e vestuário) os quais configuram a totalização de um valor de rendimento mínimo garantidor os indivíduos de um consumo calórico previamente estabelecido. Aceita-se, normalmente, a recomendação da FAO de consumo calórico ideal, para um adulto, de 2.200 Kcal ou percentual relativo.

Entende-se como condição de indigência e, consequentemente, em risco de insegurança alimentar ou fome, aqueles indivíduos ou famílias com renda per capita inferior ao valor mínimo necessário para garantir o consumo estabelecido. Conforme as estimativas, é possível aludir a números variantes de brasileiros em situação de miséria e, portanto, de carência alimentar.

A estimativa de 2017 apontou para cerca de 5,2 milhões de brasileiros passando fome, uma mudança marginal se comparada aos números apresentados nos últimos anos. Em 2014, essa taxa era de cerca de 5,1 milhões e 5 milhões em 2012. O ponto mais baixo foi atingido em 2010, quando observou-se um total de 4,9 milhões de brasileiros considerados famintos.

É possível verificar que atuais dados apresentam considerável distanciamento da realidade percebida em 1999, quando 20,9 milhões de brasileiros eram considerados desnutridos. No ano de 2004 tal volume foi reduzido para 12,6 milhões e, em 2007 caiu para um total de 7,4 milhões.

Gráfico 4 - População em pobreza e extrema pobreza no Brasil (1992-2016)



Fonte: Menezes e Januzzi (2018).

Tal mecanismo de medir SAN gera informações agregadas, que homogenizam grupos populacionais distintos, tornando nebulosa a análise do impacto das políticas. Todavia, tais estimativas permitem identificar a magnitude do contingente populacional sob risco de fome no país, além de estabelecer a soma de recursos indispensáveis à implementação de políticas públicas inerentes ao problema.

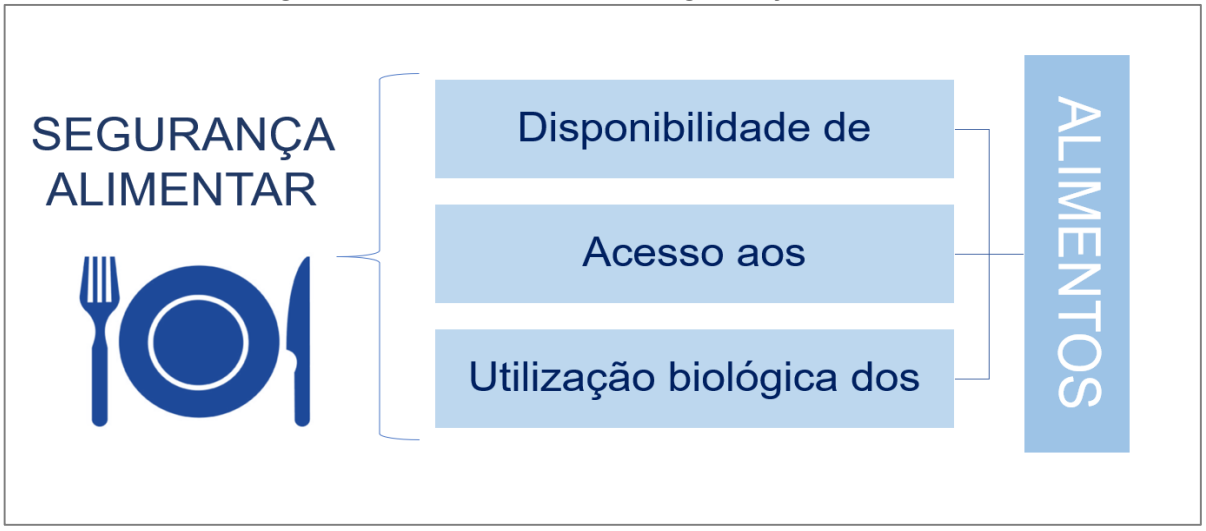
Existem outros indicadores aplicados no Brasil e internacionalmente para tecer estimativas sobre a Segurança Alimentar tendo em vista a necessidade de medir o consumo alimentar por intermédio de recordatórios quantitativos de consumo alimentar nas últimas 24 horas (recordatórios de 24 horas), constância de consumo de alimentos em dado lapso temporal, como a semana anterior, ou gastos familiares com compra de alimentos.

2.3.2 Dimensões da Segurança Alimentar e Nutricional

Apesar de se configurarem indicadores adjuntos ao fenômeno de segurança alimentar, os elementos dimensionais configuram-se como dados qualitativos, passíveis de elevada variabilidade, oriunda da habilidade e padronização do

entrevistador, bem como da capacidade de informação do entrevistado. Nesta perspectiva, uma estrutura instrumental à conceituação de segurança alimentar relaciona-se à distinção entre as dimensões de “disponibilidade” de alimentos, o “acesso” aos alimentos e a “utilização biológica” dos alimentos (FAO, 1996).

Figura 11 - Dimensões da segurança alimentar



Fonte: Elaboração própria. Baseada em FAO (1996).

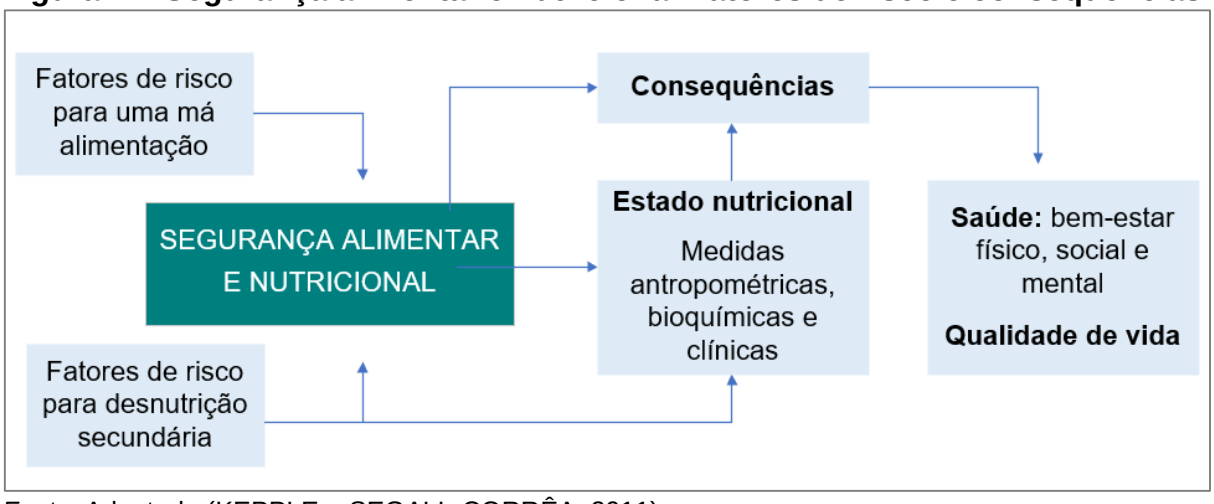
Conforme sintetizado na figura anterior, o método proposto pela FAO a respeito da estimativa de disponibilidade calórica per capita representa, exemplificativamente, uma perspectiva relacionada à disponibilidade de alimentos, ao passo que as medidas da carência alimentar possivelmente exprimem a restrição de acesso e problemas na utilização biológica dos alimentos, tanto pelas consequências das condições precárias de saneamento básico para a saúde quanto no que tange a outros aspectos relativos à qualidade de vida.

Assim, considerando a avaliação da dimensão de acesso aos alimentos, os procedimentos mais usualmente aplicados pautam-se na análise de renda ou consumo alimentar, todavia, nos últimos anos, observa-se que as escalas psicométricas da percepção de insegurança alimentar têm se destacado enquanto importantes instrumentos para aferir as perspectivas de acesso aos alimentos.

Tais instrumentos possuem caráter quantitativo, os quais dependem de recursos estatísticos as estimativas propostas, porém, tendo em vista a necessidade de medir um fenômeno de natureza subjetiva, são eventualmente intitulados como indicadores “qualitativos” ou “subjetivos”.

Observa-se que conforme o critério de consequências físico-biológicas, o estado de carência nutricional repetidamente é apontado como fator associado à segurança alimentar, elencando-se as consequências potenciais, mas não suficientes, da segurança alimentar.

Figura 12 -Segurança alimentar e nutricional: fatores de risco e consequências



Fonte: Adaptado (KEPPLE e SEGALL-CORRÊA, 2011).

O quadro de insegurança alimentar e nutricional pode afetar a saúde, seja por aspectos relacionados à exclusão social, perda de autoestima, estresse e o consequente sofrimento emocional, seja por aspectos críticos do estado nutricional propriamente dito.

2.3.3 O Programa Fome Zero

O programa Mesa Brasil emerge em um contexto de expansão das agendas voltadas à segurança alimentar no limiar dos anos 2000, configurando-se com participação elementar na rede nacional de solidariedade contra a fome e o desperdício de alimentos. Neste sentido, o Mesa Brasil SESC surgiu com o objetivo de contribuir para a promoção da saúde e nutrição, por intermédio do Banco de Alimentos e em consonância com o Programa Fome Zero do Governo Federal, mais precisamente a partir do ano de 2003.

A década de 2003 a 2013 foi marcada por relevantes avanços no que tange à governança de SAN no Brasil, considerando que uma estratégia de Governo ganhou institucionalidade e refletiu-se em uma Política Nacional de SAN. Assim em 2003 foi lançada a Estratégia Fome Zero, com a criação do Ministério Extraordinário de

Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA), transformado em Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em 2004.

A Estratégia Fome Zero (EFZ) pautou-se em “políticas estruturais direcionadas às causas básicas da fome, e políticas específicas visando combater diretamente a fome e a desnutrição dos grupos populacionais mais vulneráveis” Brasil (2014, p. 36). As ações da Estratégia Fome Zero pautaram-se em quatro eixos: 1) Acesso aos alimentos; 2) Fortalecimento da agricultura familiar; 3) Geração de renda; e 4) Articulação, mobilização e controle social.

Conforme o entendimento do programa, os diversos grupos da população demandam políticas específicas no enfrentamento da questão da fome. Nesta perspectiva, foi apresentado um conjunto de propostas para cada um desses grupos, de modo que algumas caracterizaram-se por seu cunho estrutural enquanto outras por seu cunho emergencial, ambas visando o aumento da disponibilidade de alimentos de baixos preços, bem como maior acesso da população vulnerável a uma alimentação saudável, conforme sintetizado na figura a seguir.

Figura 13 - O Mesa Brasil no contexto das Políticas do Fome Zero

Fonte: Elaboração própria baseada em Brasil (2014)

No rol das Políticas locais, o *Banco de Alimentos* encontra-se tanto na categoria de Programas locais para as regiões metropolitanas onde o Banco de Alimentos compreende a “doação, para organizações beneficentes e população carente, de alimentos que seriam desperdiçados, envolve propostas que vão desde a captação de alimentos até sua distribuição” (BRASIL, 2014, p. 30) quanto na categoria de Propostas locais para áreas urbanas não metropolitanas (pequenas e médias cidades), onde o Banco de Alimentos “trata de uma escala de atuação menor, é possível que os produtos sejam entregues com algum tipo de processamento, dando maior atenção ao aspecto e à qualidade dos alimentos” Silva, Grossi e França (2010, p. 31).

Em colaboração à proposta de Banco de Alimentos insere-se o Programa Mesa Brasil SESC, cuja funcionalidade se alicerça exatamente no combate ao desperdício e redução da insegurança alimentar, materializando-se na ação de busca onde sobra e entrega onde falta, refletindo uma convergência nas agendas tanto governamental quanto da inciativa privada, conforme expresso na figura a seguir.

Figura 14 - Programa Mesa Brasil como estratégia do Programa Fome Zero

Fonte: Elaboração própria com base em Brasil (2014)

Portanto, os Programas de alimentação (como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), distribuição de Vitamina A e ferro, e alimentos) combinados a equipamentos públicos promovidos pelo Governo (como bancos de

alimentos, cozinhas comunitárias e restaurantes populares) foram traçados com a finalidade de combater a fome e a desnutrição diretamente.

Figura 15 – Fome Zero e Mesa Brasil para Segurança Alimentar

Fonte: Elaboração própria. Baseada em: Silva, Grossi e França (2010)

É possível observar que o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) possuía como prerrogativa a formulação e coordenação da implementação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, visando a garantia do direito humano à alimentação no território nacional, bem como promover a articulação entre as políticas e programas dos governos federal, estaduais e municipais e as ações da sociedade civil ligadas à produção alimentar, alimentação e nutrição.

Nesta dimensão o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) foi instituído em 2006 tendo em vista a promoção e proteção do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), considerando a promoção da SAN como obrigação de Estado e evidenciando a participação efetiva de diversos atores de forma a promover a transparência e a exigibilidade do direito.

> Baseado na perspectiva do DHAA, o SISAN visa à execução e monitoramento de políticas de SAN por meio da gestão descentralizada e integração de ações de governo e sociedade civil. Para garantir a articulação e integração das várias ações pertencentes aos diversos setores, o SISAN conta com duas instâncias de coordenação na esfera nacional: (...) o CONSEA e a (...) CAISAN (p.37).

O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) configura-se como um sistema público, instituído pela Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, cuja gestão intersetorial e participativa viabiliza a articulação entre os três níveis de governo como meio de assegurar implementação e execução da Política de Segurança Alimentar e Nutricional.

Compete à Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) a responsabilidade de articular, monitorar e coordenar a Política Nacional de SAN, além de promover articulação entre as instâncias do SISAN nos estados e municípios.

Nesta conjuntura o Programa Mesa Brasil configura-se como banco de alimentos, de modo que recebeu certificação oficial de parceiro do Programa Fome Zero (CNC, 2008). O Mesa Brasil compõe uma rede de recolhimento de distribuição reconhecida pela própria CAISAN.

> Muitos alimentos em feiras e supermercados são deixados de lado pelo consumidor porque a aparência não é considerada muito agradável. Ainda assim, estão próprios para o consumo e hoje muitos deles chegam às mesas de famílias por conta das ações desenvolvidas pelos Bancos de Alimentos. O Programa Mesa Brasil é formado por uma rede que busca alimentos onde sobra e entrega onde falta, além de atuar do atendimento de vítimas de eventos naturais, como as fortes chuvas que deixaram dezenas de desabrigados na região Sul do país, em 2008 (BRASIL, 2014, s/p).

Assim, é possível observar no Brasil uma trajetória de esforço para construção e fortalecimento do SISAN nos estados e municípios por meio de atuação conjunta da CAISAN e do CONSEA, aliados a parceiros como o Programa Mesa Brasil SESC, cuja protagonização se dá desde 2003. Além de tais elementos, no ano de 2013, o Sesc filiou-se ao Global Foodbanking Network, órgão internacional, sem fins lucrativos, que apoia bancos de alimentos em todo o mundo. O Mesa Brasil mantém a renovação da certificação do programa até 2019.

2.4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Este segundo capítulo da dissertação, intitulado "*Regime Internacional e Nacional de Segurança Alimentar*" viabilizou a construção uma análise teórico-normativa relativa aos Regimes de Segurança Alimentar tanto sob a perspectiva internacional quanto sob a perspectiva nacional, no caso do Brasil.

O objetivo do capítulo pautou-se em analisar e caracterizar o Programa Mesa Brasil e seu desenvolvimento nacional pelo SESC, com base em uma revisão da literatura viabilizadora da identificação da dinâmica de funcionamento e sua inserção no regime internacional e nacional de segurança alimentar.

O conceito de Segurança Alimentar sofreu variações no período da Primeira Grande Guerra (segurança nacional), na Segunda Guerra (incompatibilidade da perspectiva de Direito Humano e do papel do mercado como promotor do equilíbrio), na Revolução Verde (insuficiência da disponibilidade de alimentos), década de 1970 (regularidade do abastecimento), década de 1980 (garantia de acesso físico e econômico a todas as populações) até se conformar, na década de 1990 enquanto Direito Humano.

Os Regimes Internacionais de Segurança Alimentar possuem como principais normatizadores a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), da Aliança Internacional Contra a Fome e a Desnutrição, bem como do Programa Mundial de Alimentos.

Na perspectiva do Regime Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil constatou-se que a evolução histórica das ações de segurança alimentar desenvolveu-se em 4 fases sequenciais, caracterizada pelos padrões de pioneirismo internacional, silêncio administrativo nacional, universalismo da segurança alimentar e focalização social.

O programa Mesa Brasil emergiu em dada conjectura de ampliação das agendas de segurança alimentar, dando origem a iniciativas governamentais ligadas ao Regime Internacional de Segurança Alimentar, especialmente o Programa Fome Zero no Brasil.

Assim, o Programa Mesa Brasil SESC configura-se como materialização da proposta de Banco de Alimentos do Fome Zero, configurando-se como instrumento de combate ao desperdício e redução da insegurança alimentar, materializando-se na ação busca onde sobra e entrega onde falta, refletindo, assim, uma convergência nas agendas tanto governamental quanto da inciativa privada.

CAPITULO 3 – REGIME DE SEGURANÇA ALIMENTAR EM RORAIMA

O terceiro capítulo da presente dissertação de mestrado evoca a construção de uma análise empírica da Segurança Alimentar no estado de Roraima por intermédio de um estudo de natureza estática e dinâmica a respeito Programa Mesa Brasil SESC no município de Boa Vista (RR).

O objetivo do capítulo ora proposto pautou-se em analisar empiricamente os impactos do Programa Mesa Brasil no município de Boa Vista (RR) na materialização de vetores de segurança alimentar e de desenvolvimento local no tecido urbano do município por meio de um estudo de caso com trabalho de campo.

Nesta perspectiva o capítulo traz, incialmente, uma revisão dos marcos institucionais da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo e, consequentemente, do Serviço Social do Comércio (SESC), criado em 1946 com papel de instituição brasileira privada como proposta para conter as tensões entre trabalhadores e empregadores.

O capítulo traz ainda uma breve caracterização de natureza institucional da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (FECOMÉRCIO) e o SESC no estado de Roraima, bem como a caracterização em termos estruturais do SESC no estado.

Em seguida o capítulo promove a construção de uma análise alusiva à Materialização do Regime de Segurança Alimentar em Roraima a partir do iniciativa do Serviço Social do Comércio (SESC) em parceria com o Governo Federal por intermédio do Programa Fome Zero cristalizada no Programa Mesa Brasil SESC.

Assim o capítulo promove uma abordagem de natureza e institucional do programa em evidência tanto em perspectiva nacional, no Brasil, quanto em perspectiva local, no estado de Roraima. O capítulo traça uma caracterização e categorização procedimental do Programa Mesa Brasil SESC, em termos de parceiros, doações e beneficiários.

Sob a perspectiva da Análise Estática do Programa Mesa Sesc Brasil em Roraima, o capítulo desenvolve uma análise organizacional do Programa Mesa Brasil SESC em Roraima, por meio do qual constrói uma Análise do Modelo de Gestão do Programa Mesa Brasil e das dimensões organizacionais do Programa Mesa Brasil SESC (Estrutura, Tarefas, Pessoas, Ambiente e Tecnologia).

3.1 A CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURIMOS (CNC) E O SERVIÇO SOCIAL DO COMERCIO (SESC)

O Serviço Social do Comércio (SESC) está vinculado a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) que foi criada em 4 de setembro de 1945 e reconhecida pelo Decreto-Lei Nº 20.068/1945 pós a 2ª Guerra Mundial e o fim do Estado Novo em 1945

3.1.1 A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) no Brasil

Com o fim do Estado Novo, o país se encontrava em um período de democratização, e assim, existiam diversos problemas de ordem social que necessitariam de uma reformulação das relações entre capital e trabalho, sobretudo de uma ação conjunta entre representantes comerciais e sindicais.

Para o enfrentamento destes problemas, as lideranças empresariais do comércio, indústria e agricultura reuniram-se na cidade de Teresópolis na Primeira Conferência das Classes Produtoras (I CONCLAP), na qual foi aprovada a Carta da Paz Social (que deu forma à filosofia e ao conceito de serviço social custeado pelo empresariado) e assim a CNC foi criada em 4 de setembro de 1945, tendo João Daudt d'Oliveira sido nomeado como seu primeiro presidente. FGV (2009), Sesc (2012) e CNC (2018).

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) foi reconhecida como entidade máxima do empresariado comercial brasileiro no dia 30 de novembro de 1945, a qual desenvolveu seu próprio sistema de desenvolvimento social criando o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) [7] e o Serviço Social do Comércio (SESC).

[7] Principal agente de educação profissional voltado para o Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Brasil e está presente em mais de 2.200 municípios, de Norte a Sul do país, onde mantém infraestrutura de ponta composta por mais de 600 unidades escolares, empresas pedagógicas e unidades móveis, e, em seu portfólio contempla cursos presenciais e a distância, em diversas áreas do conhecimento, que vão da Formação Inicial e Continuada à Pós-graduação e permitem ao aluno planejar sua carreira profissional em uma perspectiva de educação continuada. (SENAC, 2018)

Figura 16 - Publicação do Jornal Gazeta de 5 de setembro de 1945 sobre a criação da CNC

Quarta-feira, 5-9-1945 GAZETA

Fundada a Confederação Nacional do Comércio

Fonte: Portal da CNC (2018)

Com o início do ano de 1946, elevou-se o número de movimentos sindicais que lutavam pela garantia dos direitos trabalhistas e a nova constituição promulgada no mesmo ano conferia o direito de voto a todos os brasileiros e brasileiras maiores de 18 anos. Estes dois fatores contribuíram primordialmente para a criação do SESC e do SENAC (CNC, 2018).

3.1.2 O Serviço Social do Comércio (SESC)

O SESC foi criado no dia 13 de setembro de 1946 pelo Decreto-Lei n° 9.853/1946, em que o Presidente Eurico Gaspar Dutra autorizou a Confederação Nacional do Comércio (CNC) a criar o Serviço Social do Comércio como instituição brasileira privada como proposta para conter as tensões entre trabalhadores e empregadores (SESC, 2018).

O Sesc é mantido por empresários do comércio de bens, serviços e turismo, com atuação em todo âmbito nacional nas áreas da Educação, Saúde, Lazer, Cultura e Assistência, voltado prioritariamente para o bem-estar social dos seus empregados e familiares, porém aberto à comunidade em geral.

Quadro 8 - Primeiro Presidente do Conselho Nacional do Comércio e a primeira marca do SESC no Brasil

A	B
João Daudt d'Oliveira[8], o primeiro presidente do CNC	Marca do Sesc em 1946

Fonte: Portal SESC (2018)

A primeira unidade do Sesc do Brasil surgiu na cidade do Rio de Janeiro, no bairro Engenho de Dentro, a qual promovia ações de assistência à maternidade, infância e combate à tuberculose para diminuir os índices de mortalidade e atualmente o Sesc possui mais de 500 unidades fixas e móveis e a sua atuação ampliou-se com a demanda da sociedade (SESC, 2018).

3.1.1.1 Atuação do SESC em território nacional

As ações do Sesc propagam princípios, humanísticos e universais, promovendo melhor condição de vida para os comerciários e seus familiares em todo o Brasil, e oferece serviços que fortalecem o exercício da cidadania e contribuem com o desenvolvimento socioeconômico e cultural.

As atividades do Sesc seguem modelos de ação construídos por especialistas em diversas áreas, garantindo que a atuação seja adequada as necessidades da sociedade. São mais de 19 mil funcionários, em todas as regiões brasileiras, produzindo e recebendo informação para a melhoria dos serviços (SESC, 2018). E seu arcabouço institucional pode ser identificado no **Box 1**.

[8] João Daudt de Oliveira (1886-1965) foi um escritor, advogado, político e empresário brasileiro. Em 1946, quando da fundação do SENAC, foi nomeado o primeiro presidente do Conselho Nacional do Comércio (CNC). Foi presidente da Federação das Associações Comerciais do Brasil (1945), do Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (1945-1946) e da Federação das Câmaras de Comércio Exterior (1950). FGV (2018); CNC (2018)

Box 3 - Missão, Visão e Valores do SESC em âmbito nacional

Missão: Promover ações socioeducativas que contribuam para o bem-estar social e a qualidade de vida dos trabalhadores do comércio de bens, serviços e turismo, de seus familiares e da comunidade, para uma sociedade justa e democrática.

Visão: Ampliar o reconhecimento do Sesc pela sociedade, como instituição inovadora e propositiva na promoção de ações para o desenvolvimento humano e social.

Valores:

- Transparência→ atuação íntegra com respeito às pessoas, à diversidade e à legislação, nas atitudes, na utilização dos recursos e na comunicação institucional.
- Excelência→ desenvolvimento e aperfeiçoamento de processos e métodos de trabalho, nas atividades e serviços, tendo como referência os princípios e práticas que fortaleçam a identidade institucional.
- Atuação em rede→ fortalecimento do pensamento sistêmico e da identidade institucional, respeitando a diversidade regional.
- Ação educativa transformadora→ contribuição para o desenvolvimento do ser humano, visando a melhor compreensão de si mesmo, das suas potencialidades, do contexto em que vive, de sua capacidade de realizar escolhas e de colaborar para a coletividade.
- Sustentabilidade→ incorporação de práticas sustentáveis, transversais e integradas, às ações institucionais.
- Acolhimento→ adoção de atitudes e condições para materializar o adequado acesso e permanência dos diversos públicos, considerando aspectos socioeconômicos, estruturais e culturais.
- Respeito à diversidade→ tratamento digno para todos, na promoção da acessibilidade, da inclusão sociocultural e recusa a qualquer forma discriminatória.
- Protagonismo→ referência na idealização e execução de ações socioeducativas para o cumprimento de suas finalidades.
- Inovação→ promoção de um ambiente favorável à criação e experimentação de novas ideias e iniciativas que propiciem o aperfeiçoamento e/ou mudanças estruturais, contribuindo para o reconhecimento da instituição.

Fonte: Adaptado com base em SESC (2018).

Atualmente o Serviço Social do comércio possui instalações que atendem cerca de 2.250 municípios em todas as regiões do Brasil, contando com unidades de atendimento fixas ou móveis, nas quais funcionam centenas de centros de atividades, unidades móveis, meios de hospedagem, sedes educacionais e consultórios (SESC, 2018).

3.1.3 A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (FECOMÉRCIO) e o SESC em Roraima

O SESC foi instalado no Estado de Roraima em 1º de março de 1988, como Delegacia Executiva, subordinado ao Departamento Nacional e somente dez anos depois (1998) recebeu o *status* de Departamento Regional, passando a integrar o Sistema FECOMÉRCIO[9].

3.1.3.1 A Fecomércio em Roraima

Fundada em 10 de abril de 1991, a Fecomércio Roraima tem como principal objetivo: estudar, propor e adotar medidas para solução das questões relativas ao desenvolvimento dos segmentos das categorias econômicas por ela coordenadas e representadas, a nível municipal, estadual, regional, nacional e internacional. Conta com os serviços de consultoria jurídica e sindical (FECOMÉRCIO RORAIMA, 2018).

A Fecomércio Roraima reúne as dimensões operacionais dos setores de comércio e serviços, SESC-RR e SENAC-RR e é defensora de categorias nas convenções coletivas de trabalho e representação parlamentar e possui atualmente 13 sindicatos filiados e representa mais de 5.600 empresas, geradoras de aproximadamente 6 mil empregos formais FECOMERCIO RORAIMA (2018).

O Sistema conta ainda com o Instituto Fecomércio de Pesquisa e Desenvolvimento (IFPD/RR), o qual desenvolve um trabalho de promoção de ações que propiciam o desenvolvimento sustentável, preservação do meio ambiente, modernização de procedimentos, melhoria da renda e da qualidade de vida de Roraima.

3.1.3.2 O SESC em Roraima

O Serviço Social do Comércio (SESC) recebeu autonomia no Estado de Roraima no dia 1º de julho de 1998 por intermédio da Resolução Nº 897/97 a qual transformou a Delegacia Executiva (até então vinculada ao Departamento Nacional) em Departamento Regional (SESC, 2016).

[9] Representante da Categoria de Bens, Serviços e Turismo no Estado de Roraima e integra o Sistema Confederativo de Representação Sindical do Comércio (SICOMERCIO) da CNC.

Desde então, o Sesc Roraima contribui para o desenvolvimento do Estado, com consideráveis conquistas para a classe comerciária, investindo para melhoria da qualidade dos bens e aumentando o leque de serviços oferecidos à sua clientela e à sociedade roraimense. Além de atuar como um dos principais incentivadores da cultura no Estado, tendo ajudado a projetar diversos artistas locais no cenário regional e até mesmo nacional (SESC, 2016).

Como uma entidade privada, mantida por empresários do ramo de bens, turismo e serviços, o SESC tem em seu arcabouço institucional como principal objetivo em âmbito nacional: proporcionar o bem-estar e qualidade de vida aos trabalhadores deste setor e sua família. Já em nível estadual a missão, visão e valores do SESC são respectivamente:

Box 4 – Missão, visão e valores do SESC em Roraima

Missão: Atender nossos clientes com excelência proporcionando-lhes qualidade de vida e valorização da sua cidadania.

Visão: Ser a melhor instituição na promoção da qualidade de vida

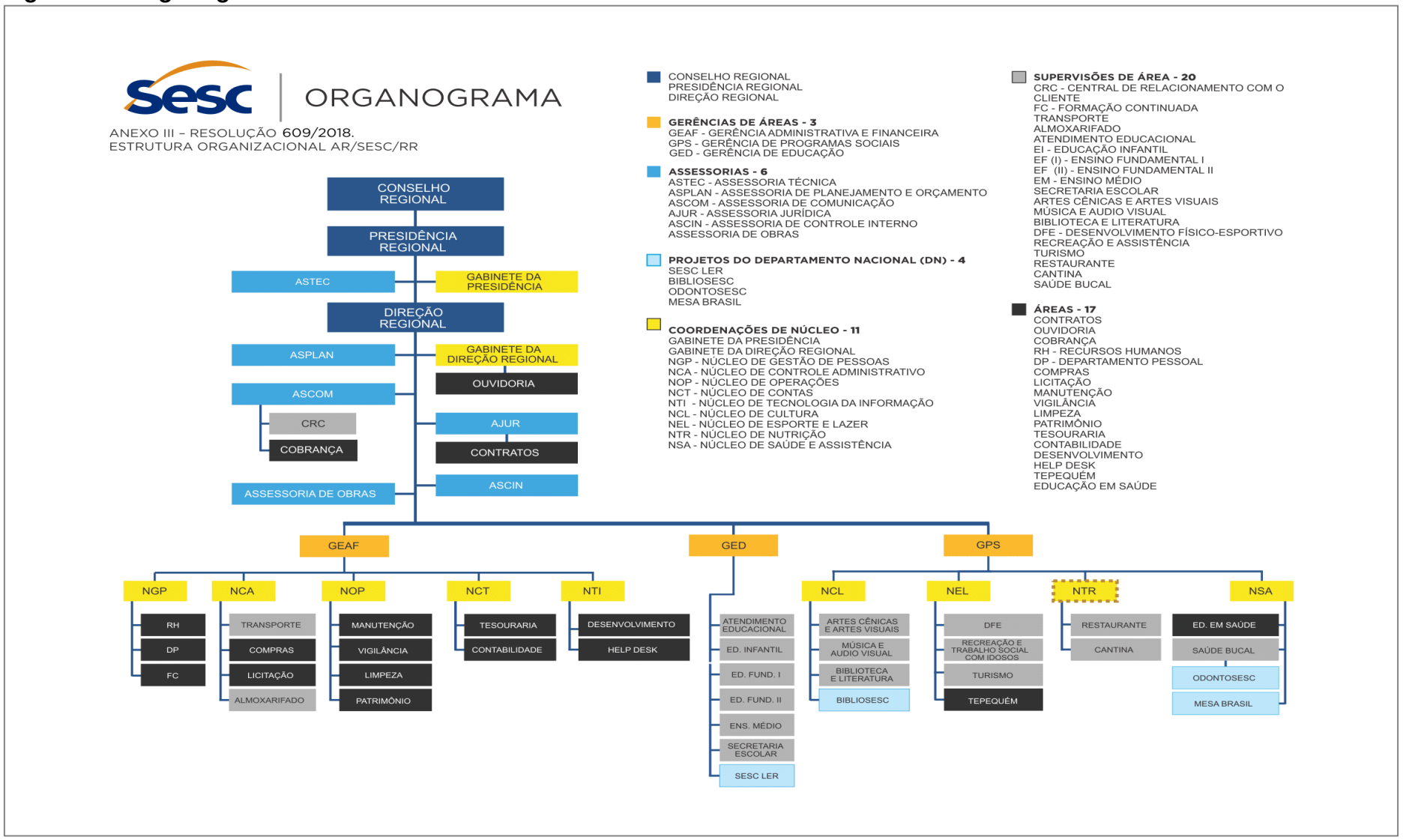
Valores:

- Transparência;
- Integração;
- Ética;
- Qualidade de vida;
- Parcerias;
- Compromisso Social.

Fonte: Adaptado com base em SESC/RR (2018)

Neste sentido, o Sesc Roraima contribui significativamente para o desenvolvimento do estado, sobretudo com relação ao atendimento e prestação de serviços de saúde às famílias de baixa renda, em especial ao desenvolvimento das ações de Regime de Segurança Alimentar em nível local.

Figura 17 - Organograma do SESC/RR



Fonte: Portal SESC (2018)

3.1.4 Materialização do Regime de Segurança Alimentar em Roraima

O regime de segurança alimentar em nível estadual encontra-se materializado no Programa Mesa Brasil (criado em 2004) que como uma iniciativa do Serviço Social do Comércio (SESC) em parceria com o Governo Federal por intermédio do Programa Fome Zero atua no estado de Roraima no intuito de garantir uma alimentação saudável e de qualidade às famílias de baixa renda de Roraima.

3.2 O PROGRAMA MESA BRASIL SESC

O Programa Mesa Brasil SESC foi criado em 2003 e basicamente constitui uma rede nacional de bancos de alimentos contra a fome e o desperdício com o objetivo de contribuir para a promoção da cidadania e a melhoria da qualidade de vida de pessoas em situação de pobreza, em uma perspectiva de inclusão social.

Neste sentido, o Mesa Brasil materializa-se essencialmente como um Programa de Segurança Alimentar e Nutricional, baseado em ações educativas e de distribuição de alimentos excedentes ou fora dos padrões de comercialização, mas que ainda podem ser consumidos. Sua missão, visão e valores estão dispostos no box a seguir.

Box 5 - Missão, visão e valores do Programa Mesa Brasil SESC

Missão → Contribuir para Segurança Alimentar e Nutricional dos indivíduos em situação de maior vulnerabilidade e atuar na redução do desperdício, mediante a doação de alimentos, desenvolvimento de ações educativas e promoção de solidariedade social em todo o país.

Visão → Tornar-se referência nacional como rede de solidariedade na área de segurança alimentar e nutricional.

Valores → Responsabilidade | Compromisso | Solidariedade | Equidade | Integração | Transparência | Qualidade

Fonte: Adaptado com base em (SESC, 2016).

3.2.1 História do Programa Mesa Brasil SESC

O Programa Mesa Brasil SESC atua em todos os estados do país e no Distrito Federal desde 2003. Porém, seu histórico se inicia com o Projeto Sopa e Pão (modelo primário de combate à fome e a desnutrição) desenvolvido em 1991 no estado no Paraná, onde os restaurantes do SESC preparavam refeições que eram distribuídas a entidades sociais voltadas ao atendimento de crianças, idosos e famílias de baixa renda (SESC, 2016).

Em 1994, o SESC lançou em São Paulo um novo Programa contra a fome, desta vez por meio do combate ao desperdício de alimentos. Já entre os anos de 1994 e 1997, a Unidade Carmo, na capital paulista, criou o modelo Cozinha Central: nele, o alimento excedente das empresas era utilizado na produção de uma refeição composta por arroz, feijão e um tipo de carne cuja refeição era encaminhada às entidades sociais cadastradas no Programa.

> A partir de julho de 1997, o modelo Cozinha Central foi substituído pela Colheita Urbana, no qual os alimentos excedentes e ainda próprios para o consumo eram coletados nas empresas doadoras e distribuídos às entidades sociais para preparação de suas próprias refeições, sob orientação e monitoramento permanente (SESC, 2016, s/p).

Aos poucos, as ações desenvolvidas foram estendidas para outros estados do país e em 2000, o SESC implantou no Rio de Janeiro um novo modelo, chamado Banco de Alimentos, no qual as doações recolhidas nas empresas onde há excedentes, armazenadas eram disponibilizadas às entidades sociais. Em 2001, esse modelo foi lançado no Ceará, denominado Amigos do Prato e em 2002 o Banco de Alimentos foi implementado no estado de Pernambuco (SESC, 2016).

Em 2003 (ano de lançamento do Programa, foram distribuídos quase 4,6 milhões de quilos de alimentos, beneficiando mais de 173 mil pessoas) as experiências acumuladas ao longo de uma década auferiram uma dimensão nacional dando início ao Mesa Brasil SESC: uma rede presente em todos os estados brasileiros, para combater a fome e promover a cidadania.

3.2.2 O Programa Mesa Brasil SESC no Brasil

O Mesa Brasil SESC é um Programa de Segurança Alimentar e Nutricional dedicado à inclusão social, constituindo-se numa rede Nacional de Solidariedade

contra a fome e o desperdício. O programa configura-se como um trabalho de compromisso social pautado na parceria, englobando diversos segmentos da sociedade, a base de sustentação de todas suas ações.

A estrutura e os resultados demonstram que a integração de diferentes organismos sociais pode responder de maneira eficaz às dificuldades que afligem o país. O trabalho do Mesa Brasil SESC vai além da distribuição de alimentos, pois, além de atuar na medição de alimentos, o programa desenvolve ações educativas nas áreas de Nutrição e Serviço Social com o objetivo de promover a alimentação adequada, a reeducação alimentar e fortalecer as instituições assistidas.

> [...] o Mesa Brasil SESC busca onde sobra e entrega onde falta. De um lado, contribui para a diminuição do desperdício, e de outro reduz a condição de insegurança alimentar de crianças, jovens, adultos e idosos. Em ambos os polos desse percurso, as estratégias de mobilização e as ações educativas incentivam a solidariedade e o desenvolvimento comunitário. [...] o Programa promove atividades como cursos, oficinas e palestras para difusão de conhecimentos, troca de informações e experiências junto aos profissionais, voluntários e beneficiários das entidades sociais, bem como às empresas doadoras. (SESC, 2016, s/p)

O Mesa Brasil possui duas modalidades de atuação a saber: o banco de alimentos e a Colheita urbana conforme o **Box 6**, nos quais prevalece o princípio da complementação alimentar como forma de agregar valor nutricional às refeições servidas pelas instituições cadastradas.

Box 6 - Modalidades de atuação do Programa Mesa Brasil SESC

Modalidade colheita urbana→ os alimentos são coletados no doador e entregues diretamente as entidades beneficiadas, sem formação de estoque.

Modalidade banco de alimentos→ as doações são coletadas no doador e transportadas para os espaços de armazenagem do Programa, onde as entidades realizam a retirada dos produtos.

Fonte: Editado com base em Sesc (2016).

Em termos operacionais, o Programa mesa Brasil envereda no combate tanto da fome e quanto do desperdício. Nesta perspectiva, o programa possui um rol de parceiros (fornecedores), uma ementa de produtos a serem doados e um público-alvo, a quem se destinam as doações.

Iniciando a cadeia encontram-se os doares, ou seja, os parceiros do Mesa Brasil SESC são as empresas exercitam a responsabilidade social e sensibilizam seus colaboradores para engajamento no combate ao desperdício de alimentos e redução da fome no país.

Os doadores exercitam a responsabilidade social por meio de ações que reduzem o desperdício de alimentos no Brasil, os quais são indústrias de alimentos, centrais de distribuição, supermercados, armazéns, redes varejistas, associações de produtores rurais, postos de combustíveis, gráficas, empresas de embalagens, empresas de transporte etc.

Entre as vantagens obtidas pelos parceiros podem ser destacados a ampliação das ações de responsabilidade social e cidadania corporativa, diminuição de custos com descarte de produtos fora dos padrões de comercialização, porém ainda próprios para o consumo, isenção do ICMS (CONFAZ – Decreto n° 41.374 de 30 de janeiro de 2002, Art.1) para os produtos e serviços doados ao Programa Mesa Brasil SESC divulgação das ações sociais desenvolvidas nos canais de mídia do SESC e demais parceiros, acesso a relatórios e informativos de prestação de contas, além de participação em ações educativas sobre temas de interesse do doador (SESC, 2018).

Pautando-se em um trabalho de captação de parcerias, a equipe técnica opera por meio da sensibilização das empresas para participarem do Programa, as quais podem disponibilizar gêneros alimentícios, perecíveis, não perecíveis e semiperecíveis, produtos de limpeza, higiene e serviços, como transporte e pessoal de apoio.

Assim, podem ser doados *alimentos em geral* (águas, sucos, carnes e derivados, enlatados e conservas, frutas, legumes e verduras, frios e laticínios, grãos e cereais, pães e massas), *produtos em geral* (produtos de limpeza e higiene pessoal, utensílios culinários, roupas, brinquedos, descartáveis) *serviços* (combustível, cessão de espaços, divulgação, embalagens, serviços gráficos, transporte, trabalho voluntário em atividades operacionais, administrativas e educativas).

Cabe ressaltar que no processo de doação existem algumas restrições, de modo que refeições prontas, doces e pães com recheios cremosos e alimentos com embalagens danificadas e data de validade vencida não podem fazer parte dos produtos a serem doadas aos beneficiários.

Figura 18 - Logística do Banco de Alimentos do Mesa Brasil SESC

Fonte: Elaboração própria. Adaptada de SESC (2016).

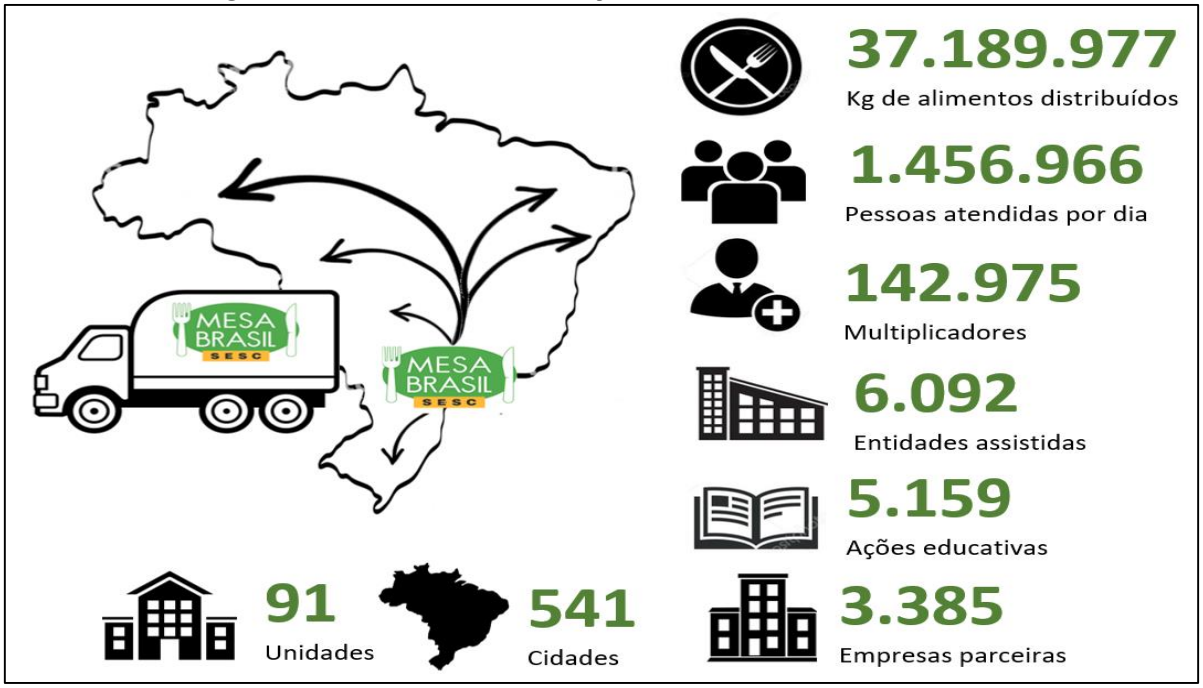
Finalmente, o público-alvo do Mesa Brasil configura-se prioritariamente por pessoas assistidas por entidades sociais em situação de vulnerabilidade social e nutricional. Existe um esforço vigente ampliação da atuação do programa para atendimento a famílias e comunidades em situação de extrema pobreza, as quais são pessoas que não estão inseridas em programas de proteção social e que são atendidas pelo Mesa Brasil SESC por intermédio de uma entidade responsável pelo cadastro, monitoramento e distribuição dos alimentos.

O programa Mesa Brasil SESC atende ainda, em caráter emergencial, a populações vítimas de enchentes e alagamentos, por intermédio de um trabalho de logística humanitária que se pauta na arrecadação e distribuição de donativos para desabrigados e desalojados em todo o país.

Pautado em tais prerrogativas e procedimentos, no ano de 2018 o Programa Mesa Brasil SESC por intermédio de 3.385 empresas parceiras (doadores sistemáticos) e 6.092 entidades assistidas permanentemente distribuiu um total de 37.189.977 quilos de alimentos para cerca de 1.456.966 pessoas diariamente.

Ainda nesta perspectiva, o programa desenvolveu 5.159 ações educativas por intermédio de 142.975 multiplicadores treinados nas ações educativas e 377 voluntários em 91 unidades em funcionamento, conforme sintetizado na figura a seguir.

Figura 19 - Mesa Brasil de janeiro a novembro de 2018



Fonte: Elaboração própria. baseada em SESC (2018)

A respeito do procedimento de doação, o Mesa Brasil SESC determina juntamente com o doador qual local, dias e horários para a recolhimento da doação. O Programa preocupa-se com a avaliação da qualidade dos alimentos, bem como com as condições adequadas para o os transporta dos produtos até o público beneficiário.

Para tal finalidade o programa destina uma equipe técnica e operacional devidamente qualificada, visando a execução com eficaz tanto da retirada quanto do transporte e distribuição da doação, atentando-se para os processos de acompanhamento e monitoramento das ações.

3.2.4 Análise Estática do Programa Mesa Sesc Brasil em Roraima

Seguindo o perfil nacional de ação, a rede do Programa de segurança alimentar e nutricional Mesa Brasil SESC também se estende ao estado de Roraima desde

2003, tendo em vista o objetivo de contribuir para assegurar à pulação local o acesso diário a complementação de uma alimentação adequada, garantindo-lhes uma existência digna.

O Programa Mesa Brasil SESC possui em Roraima uma rede de solidariedade composta por um total de 31 parceiros que atuam processo de doação de alimentos, além da participação da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, por intermédio do Programa de Aquisição de Alimentos.

> Cabe ressaltar, a força das parcerias, uma vez que o objetivo principal do Programa é a de criar uma rede de solidariedade contra a fome e o desperdício de alimentos, contribuindo para que parcelas carentes da população, atendidas por entidades sociais, tenham acesso à alimentação adequada. Em 2018, ressaltamos o crescimento do volume de doações através do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, programa do Governo Federal, viabilizado através da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB (SESC, 2018, p. 2).

A atuação do Mesa Brasil SESC em Roraima se estende ainda às comunidades indígenas. Assim, existe uma atuação tanto no recebimento de produtos, por intermédio do Programa de Aquisição de Alimentos, com a promoção de orientações a pequenos produtores, quanto no armazenamento e transporte dos produtos, que são entregues ao Programa.

> No ano de 2018 colocamos em prática o Projeto Rede de Solidariedade, onde realizamos a parceria com produtores locais, para que os produtos que não tenham valor comercial sejam colhidos pelos voluntários das entidades cadastradas no Mesa Brasil, aumentando em 10% o volume de doações. Salientamos que além do público atendido pelo Programa, estabelecemos parceria com a Vara de Execuções Penais e Medidas Alternativas (VEPEMA) para atender 18 (dezoito) pessoas que cumprem medida sócio educativa e com a UNICEF para atendimento aos 13 (treze) abrigos de migrantes (SESC, 2018)

O Programa oferece ainda suporte da equipe técnica nas reuniões do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, colaborando com as plenárias, prestando informações aos agricultores fornecedores de alimentos a respeito do destino dos produtos, o processo de distribuição, entre outros, buscando expandir os projetos para atender o público do Programa.

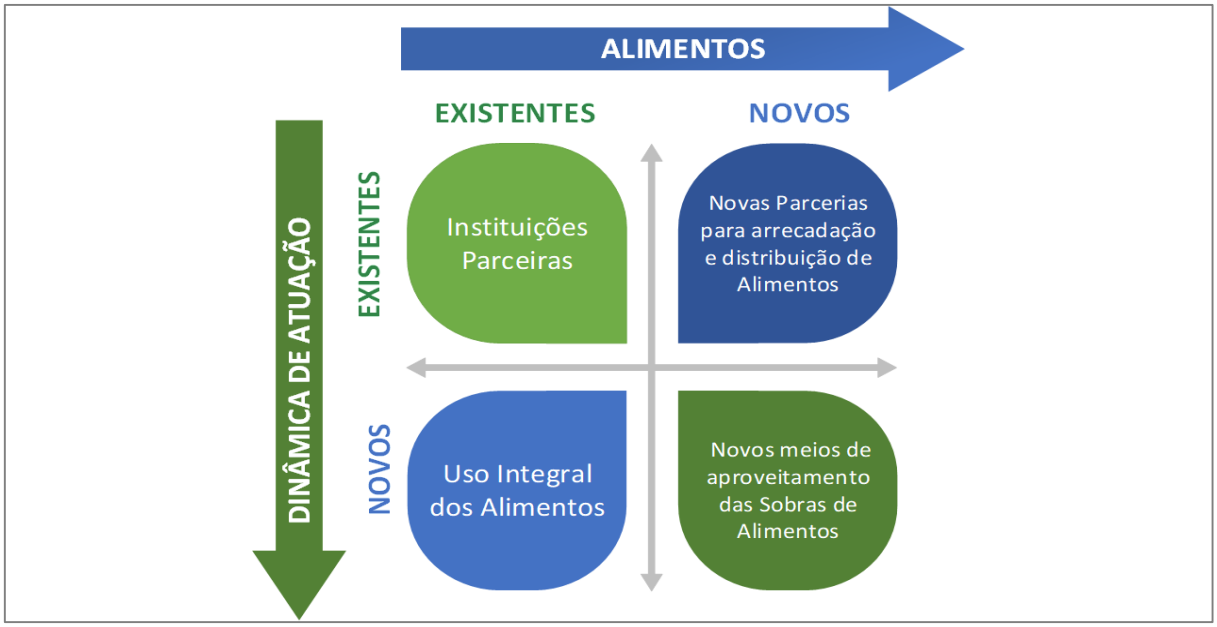
3.2.4.1 Análise Organizacional

Neste sentido, compreende-se que o Programa Mesa Brasil Sesc possui uma acentuada Função Social tanto na arrecadação quanto na distribuição de alimentos contribuindo positivamente para o estado de Roraima atuando no papel estratégico de materialização do Regime de Segurança Alimentar e Nutricional e assim contribuindo para uma agende de segurança alimentar em nível local.

Embora o Programa Mesa Brasil tenha como principal fundamento a garantia de acesso a uma alimentação saudável e nutritiva, é possível identificar algumas particularidades em âmbitos intra e extra organizacional, identificadas a partir de forças de convergência demandadas de sua estruturação e funcionamento que foram submetidas a uma análise pautada em uma abordagem administrativa.

Neste sentido, o perfil de atuação do Programa Brasil SESC em Roraima, pode ser representado a partir de uma Matriz Ansoff com relação à coleta e distribuição de alimentos em função da dinâmica de relação com instituições parceiras e uso racional dos alimentos para produção das refeições, uma vez que no âmbito dos alimentos estão situadas as instituições parcerias existentes e a busca por novas parcerias. Já no âmbito da atuação situa-se o uso eficiente dos alimentos, bem como a busca por novos métodos de utilização para os mesmos para produção de refeições.

Figura 20 - Matriz Ansoff da dinâmica de atuação do Programa Mesa Brasil SESC em Roraima



Fonte: Elaboração própria com base em Ansoff (1977) e Maximiano (2012)

3.2.4.1.1 Análise do Modelo de Gestão do Programa Mesa Brasil

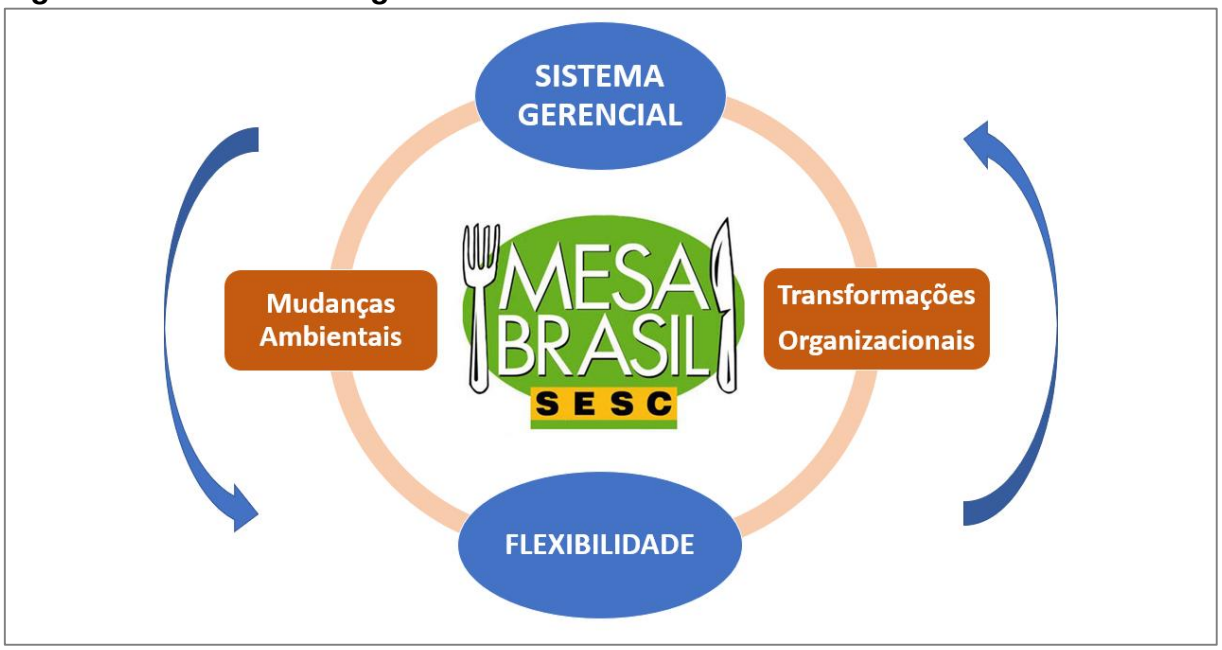
O Programa Mesa Brasil Sesc em sua evolução institucional entre 2003 e 2018 manteve o seu modelo de gestão estratégico-participativa, classificado como modelo parcialmente burocrático pautado em processos e etapas para execução das atividades, por conformar uma divisão racional de trabalho tanto participativo na busca por parcerias de instituições doadoras, quanto estratégico em relação ao processo de viabilização da distribuição dos alimentos (WEBBER, 1999) e (ANSOFF, 1977).

Neste sentido pode-se destacar o modelo de gestão definido pelo teórico organizacional britânico Gareth Morgan como co-gerencial, no qual fundamenta-se a necessidade de participação e união dos atores responsáveis pelas decisões em níveis estratégicos para o alcance positivo dos objetivos em função de interesses mútuos (tanto de gestores, quanto de colaboradores e clientes) Morgan (2006).

Quanto aos fundamentos pautados no modelo gestão definida como estratégica, identifica-se sua materialização nos resultados das investigações e comprovações do matemático Igor Ansoff (1918-2002), o qual, para consecução dos objetivos, concebeu a gestão estratégica como uma estrutura capaz de desenvolver aptidões para que as empresas tenham condições de antecipar as mudanças, internalizá-las, compreendê-las bem como prepara-las para uma rápida adequação a essas transformações (ANSOFF, 1977).

A despeito da gestão estratégica ser um tipo ideal, a sua materialização prática manifesta-se como modelo flexível em função das incertezas do ambiente externo e da necessidade de adaptação às condições específicas da realidade urbana e social de cada município e localidade atendida pelo programa em função da existência ou não de limitações infra estruturais em cada ambiente Maximiano (2000) e Ansoff (1991), sendo o Mesa Brasil SESC um organismo complexo composto por diversos atores, processos e atividades e instituições envolvidas.

Figura 21 - Perfil Estratégico de Gestão Adotado no Mesa Brasil em Roraima



Fonte: Elaboração própria com base em MAXIMIANO (2000) e ANSOFF (1991)

3.2.4.1.2 Perfil Organizacional do Programa Mesa Brasil

O arcabouço institucional de modelo de gestão e de funcionamento do Programa Brasil Sesc permite identificar um perfil *suis generis* combinatório da abordagem de Sistema Orgânico (em virtude da relação da satisfação das necessidades de seus clientes) e Cultura (pelo fato de sua aplicabilidade adequar-se à realidade do ambiente ao qual está inserido) segundo imagens organizacionais propostas por Morgan (2006).

A caracterização do Programa Mesa Brasil Sesc como um organismo que possui características *sui generis* e híbrida em função de sua imagem organizacional projetada, tanto, como um sistema orgânico, quanto um co-gerencial de Governo, respalda-se na caracterização das 5 dimensões organizacionais que conformam o seu funcionamento: estrutura, tarefas, pessoas, ambiente e tecnologia (CHIAVENATO, 2014; MAXIMIANO, 2012).

A análise organizacional do Programa Mesa Brasil SESC, identificado, ora, como um Sistema Orgânico, ora, como um Sistema Co-participativo de gestão, fundamenta a sua lógica de funcionamento em um sistema complexo formado por subsistemas (envolvendo instituições, processos, recursos humanos e regimentos) que possuem especificidades próprias e quando entram em interação dinâmica gerando respostas positivas e negativas.

Compreender cada uma das partes do sistema orgânico e complexo que conforma o perfil do Programa Mesa Brasil SESC em Roraima incorre na análise das dimensões *estrutura*, *tarefas*, *pessoas*, *ambiente* e *tecnologia* da teoria administrativa, uma vez que a partir de tais dimensões, as características de funcionamento, bem como as interações dinâmicas positivas e negativas do programa podem ser identificadas.

Quadro 9 - Dimensões organizacionais do Programa Mesa Brasil SESC

Estrutura	• Espaço físico presente nas dependências do SESC Roraima (contando com cozinha e espaço de alimentação), além de uma unidade móvel (SESC Móvel) para atendimento descentralizado tanto na capital, quanto nos demais municípios do interior do estado. • O Mesa Brasil SESC conta com um considerável número de parcerias que envolve: supermercados, indústrias de alimentos e bebidas, instituições educacionais, comércio hortifruti, produtores rurais, comércio de carnes, serviço público, comércio de pães e massas e instituições religiosas.
Tarefas	• Coleta de alimentos (nos turnos da manhã e da tarde) e distribuição seguindo rota estabelecida. • Visita pela equipe técnica, aos parceiros/doadores para fidelização e a novas empresas na busca de parcerias. • Visitas pela equipe técnica às instituições beneficiadas, para monitoramento. • Organização da rota e a distribuição de pequenas e grandes doações. • Lançamento de dados no software, organização de documentos e atendimento ao público. • Participação no Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional.

Pessoas	Composta por 41 pessoas entre profissionais e colaboradores que estão distribuídas da seguinte forma: • 01 Coordenador(a) do Núcleo de Saúde e Assistência (NSA); • 01 Assistente Administrativo; • 01 Assistente Social; • 01 Nutricionista; • 01 Motorista; • 01 Auxiliar de serviços Gerais; • 35 Voluntários
Ambiente	O sistema aberto do Programa Mesa Brasil é constituído tanto pelo ambiente interno (colaboradores, voluntários e unidade móvel), quanto pelo ambiente externo, (forças sociais: parceiros e comunidade em geral e; forças político-institucionais: parceiros, serviço público, fornecedores de alimentos e receptores de alimentos).
Tecnologia	É caracterizada pela presença computadores e notebooks com acesso à internet, um Sistema de Informação (SI) para controle de dados e gerenciamento das ações, bem como um caminhão (unidade móvel) que dispõe de espaço um pequeno espaço físico próprio para produção de refeições e distribuição de alimentos nos locais atendidos, bem como equipamentos, eletrodomésticos e materiais de cozinha.

Fonte: Elaboração própria. Baseada em: Chiavenato (2014), Maximiano (2012) e SESC (2019).

3.3.4.1.2.1 Dimensão estrutura

No que tange à dimensão estrutura, a análise organizacional do Mesa Brasil SESC em Roraima viabiliza a percepção de um espaço físico presente nas dependências do SESC Roraima, contando com cozinha e espaço de alimentação, além de uma unidade móvel (SESC Móvel) para atendimento descentralizado tanto na capital, quanto nos demais municípios do interior do estado de Roraima.

O Mesa Brasil SESC conta com um considerável número de parcerias que envolve: supermercados, indústrias de alimentos e bebidas, instituições educacionais,

comércio hortifruti, produtores rurais, comércio de carnes, serviço público, comércio de pães e massas e instituições religiosas.

Importa destacar que, mediante a concepção institucional do Mesa Brasil SESC Roraima, dado o crescimento das doações viabilizadas pelo Programa de Aquisição de Alimentos- PAA, via CONAB e a forte expectativa de inserção de novas parcerias por intermédio de novas empresas na rede de doadores/parceiros do Mesa Brasil, assim tais elementos endossam, portanto, “a necessidade de um espaço físico adequado (depósito) para recebimento, armazenamento temporário e posterior entrega dos produtos, às instituições cadastradas no Mesa Brasil Sesc” SESC (2018, p. 16).

3.3.4.1.2.2 Dimensão pessoas

O programa Mesa Brasil SESC pauta-se no exercício das atividades tanto com a participação de colaboradores estáveis, no caso dos funcionários do SESC Roraima, quanto em uma rede de colaboradores rotativos, como os caso dos voluntários que auxiliam o processo de recolhimento e distribuição.

A respeito da rede de colaboradores estáveis, observa-se a existência de um total de 06 (seis) funcionários no quadro de empregados do SESC Roraima destinados ao exercício das atividades ligadas ao Programa Mesa Brasil SESC no estado de Roraima.

Assim, o grupo de funcionários estáveis ligados ao Programa Mesa Brasil SESC em Roraima é composto por 1 (uma) Gerente de Programas Sociais, 1 (uma) Coordenadora Núcleo de Saúde e Assistência, 1 (uma) Assistente Administrativo, 1 (uma) Auxiliar de Serviços Gerais, 1 (uma) Assistente Social e 1 (um) Motorista.

A respeito da rede de voluntários existe uma grande rotatividade, tendo em vista que a rede é composta predominantemente por migrantes venezuelanos, os quais eventualmente são inseridos no processo de interiorização ou inserção no mercado de trabalho.

> Até o mês de julho/18 tínhamos 70 voluntários para realizarem a colheita, porém grande parte eram migrantes que estavam alojados nas instituições atendidas pelo Mesa Brasil e foram embora para outras regiões do País e alguns conseguiram se inserir no mercado de trabalho. Reabrimos novo cadastro, e hoje contamos com a colaboração de 35 voluntários Sesc (2018, p. 25).

Nesta perspectiva, é improvável o processo de planejamento de delineamento de ações que envolvam mais elevado grau de complexidade, tendo em vista que, em razão da alta rotatividade de pessoas voluntárias, acaba influenciando e, eventualmente, dificultando os processos operacionais que exigem maior know-how.

3.3.4.1.2.3 Dimensão tarefas

No que tange à dimensão tarefas, é possível observar um rol de atividades rotineiras desempenhadas pela rede de funcionários do SESC e voluntários do programa Mesa Brasil SESC em Roraima, as quais envolvem processos coleta, distribuição, assistência, controle, acompanhamento, entre outras.

Uma das tarefas elementares desempenhas pela esquipe de funcionários e voluntários relaciona-se à própria atividade fim do programa, ou seja, de coleta de alimentos, que ocorre rotineiramente nos turnos da manhã e da tarde, bem como da distribuição que ocorre segundo a rota estabelecida.

Outra atividade fundamental relaciona-se ao processo de visitas realizadas pela equipe técnica do Mesa Brasil SESC em Roraima, as quais possuem diferentes finalidades, tanto na perspectiva de parceiros quanto na perspectiva dos beneficiários do programa.

Nesta perspectiva, as visitas, no que tange aos parceiros, visa tanto acompanhamento aos parceiros/doadores para consolidação da fidelização quanto da visita a novas empresas, visando alcançar ampliação de parcerias. No que tange aos beneficiários, a equipe técnica realiza o processo de monitoramento nas instituições beneficiadas.

Outra atividade relevante refere-se à questão do planejamento e classificação. Nesse sentido cabe à equipe técnica prover a organização e planejamento da rota da ser percorrida no processo de coleta e distribuição e classificar as demandas em pequenas e grandes doações, visando a melhor distribuição dos produtos que foram recolhidos.

A equipe técnica realiza ainda a tabulação e lançamento das informações oriundas das coletas e distribuição software de registro e controle, visando alimentar o banco de dados existente, além de prover tanto organização de documentos quanto atendimento ao público. Cabe à equipe, ainda, assegurar efetiva participação no Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional.

Existem, ainda, as tarefas não rotineiras, ligadas a atividades extraordinárias promovidas ao longo do ano pela equipe técnica, os voluntários e parceiros do Mesa Brasil SESC em Roraima, pautadas nas mesmas prerrogativas de combate à fome e desperdício de alimentos. Assim, ao longo do ano de 2018 foram desenvolvidas três ações.

Duas ações desenvolvidas foram alusivas ao Dia Mundial da alimentação por meio das quais foram realizados atendimentos aos funcionários de uma rede de supermercado parceiro do programa Mesa Brasil SESC Roraima, com prestação de orientações a respeito de alimentação saudável.

Houve outra ação ligada ao núcleo de saúde, em alusão ao Dia Mundial da Saúde, por meio da qual foram realizados atendimentos a famílias venezuelanas. Houve ainda realização de palestra para os voluntários das instituições sociais, para que tenham o conhecimento a respeito do manuseio correto dos alimentos no momento das doações ou da colheita.

Foram realizadas, também no ano de 2018, outras duas campanhas específicas. A primeira ação foi relativa à arrecadação de vestuários destinados ao Projeto Geração solidária, desenvolvedor de um bazar itinerante nas comunidades. A segunda ação relacionou-se ao dia Nacional da coleta, por meio da qual foi estabelecida parceria com a Companhia das Obras do Brasil e todos produtos arrecadados nos supermercados são doados ao Mesa Brasil, que posteriormente monta as cestas básicas e distribui para as entidades sociais que disponibilizaram voluntários para esse dia.

Em razão de o Programa Mesa Brasil não ser apenas arrecadação e distribuição de alimentos, importa frisar que o programa desenvolve ações educativas das quais podem ser destacados o aproveitamento integral dos alimentos, alimentação saudável, manuseio e transporte de alimentos.

3.3.4.1.2.4 Dimensão Ambiente

Com relação ao ambiente interno do Programa Mesa Brasil SESC, é materializada sua composição a partir da presença de colaboradores (servidores vinculados ao SESC com atribuições específica para as atividades do programa) e voluntários (pessoas físicas que se dispõem a auxiliar na realização das atividades de distribuição de refeições e alimentos). E ainda a presença da unidade móvel (que se

destina a produção e refeições e apoio logístico ao programa), que circula por todo o Estado de Roraima, para cumprimento da agenda de segurança alimentar do Mesa Brasil.

Quanto ao ambiente externo, observa-se a presença de duas forças específicas a saber: as forças sociais: compostas pelos parceiros do programa (instituições que atuam diretamente na prestação de serviços no próprio SESC) e comunidade em geral (que recebe os alimentos para consumo) e; as forças político-institucionais: na figura de parceiros institucionais, tais quais: fornecedores de alimentos (supermercados, indústrias de alimentos e produtores rurais) e receptores de alimentos (organizações educacionais, instituições do serviço público e instituições religiosas).

3.3.4.1.2.5 Dimensão Tecnologia

Em se tratando da dimensão tecnológica, é identificada a presença computadores e notebooks com acesso à internet (que permitem a realização de atividades administrativas, operacionais, redação e envio de documentações e informações pertinentes) e um Sistema de Informação (SI) para controle de dados e gerenciamento das ações.

Ainda destaca-se o fato de o Programa Mesa Brasil SESC possuir de um caminhão exclusivo que funciona como unidade de atendimento móvel e descentralizado (tanto para os bairros da capital, quanto para as cidades do interior do Estado de Roraima), que dispõe de espaço físico próprio para produção de refeições e distribuição de alimentos nos locais onde ocorrem as ações do programa, bem como equipamentos, eletrodomésticos e materiais de cozinha.

3.4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

O terceiro capítulo da presente dissertação, intitulado “*Regime de Segurança Alimentar em Roraima*” promoveu a construção de uma análise empírica da Segurança Alimentar no estado de Roraima por intermédio de um estudo a respeito Programa Mesa Brasil SESC no município de Boa Vista (RR).

O objetivo do capítulo ora proposto delineou-se no processo de analisar empiricamente os impactos do Programa Mesa Brasil no município de Boa Vista (RR) no que tange à materialização de vetores de segurança alimentar e de desenvolvimento local no tecido urbano do município a partir de um estudo de caso *in loco*.

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) surgiu em um contexto de ação conjunta entre representantes comerciais e sindicais e, posteriormente, seu sistema próprio de desenvolvimento social, o Serviço Social do Comércio (SESC), ambos em 1945 nacionalmente e em 1988 em Roraima, contribuindo significativamente para o desenvolvimento do estado, especialmente na dimensão da Segurança Alimentar.

Foi possível observar que o regime de segurança alimentar em nível estadual encontra materialidade no Programa Mesa Brasil enquanto iniciativa do SESC em parceria com o Governo Federal por intermédio do Programa Fome Zero, visando assegurar acesso a uma alimentação saudável e de qualidade às famílias de baixa renda.

Os doadores podem ser indústrias de alimentos, centrais de distribuição, supermercados, armazéns, redes varejistas, associações de produtores rurais, postos de combustíveis, gráficas, empresas de embalagens, empresas de transporte etc., ao passo que os receptores são pessoas assistidas por entidades sociais em situação de vulnerabilidade social e nutricional, famílias e comunidades em situação de extrema pobreza e populações vítimas de enchentes e alagamentos, por intermédio de um trabalho de logística humanitária.

Os itens passíveis de doação podem ser destacados os *alimentos em geral* (águas, sucos, carnes e derivados, enlatados e conservas, frutas, legumes e verduras, frios e laticínios, grãos e cereais, pães e massas), *produtos em geral* (produtos de limpeza e higiene pessoal, utensílios culinários, roupas, brinquedos, descartáveis)

serviços (combustível, cessão de espaços, divulgação, embalagens, serviços gráficos, transporte, trabalho voluntário em atividades operacionais, entre outros).

O Programa Mesa Brasil possui uma acentuada Função Social tanto na arrecadação quanto na distribuição de alimentos, em uma dinâmica de relação com instituições parceiras, possuindo um modelo de gestão estratégico-participativa, definido como modelo parcialmente burocrático alicerçado em processos e etapas para execução das atividades, as quais se fundamentam em uma divisão racional de trabalho viabilizada pelas parcerias estabelecidas e estratégia de distribuição.

CAPÍTULO 4 – ESTUDO DE CASO DO PROGRAMA MESA BRASIL NO DESENVOLVIMENTO DA SEGURANÇA ALIMENTAR EM BOA VISTA

O presente capítulo aborda o Programa Mesa Brasil a partir de um estudo de caso focalizado nas ações do SESC de Boa Vista (RR), no qual foi realizado um mapeamento do sistema reticular de atores envolvidos no Programa, passando por uma caracterização *in loco* do mesmo, até se chegar a uma análise de percepção do programa por parte de uma amostra de atores diretamente envolvidos.

Em primeiro lugar, com base no recorte analítico de sistemas de fixos e fluxos, o Programa Mesa Brasil desenvolvido em Boa Vista foi analisado e caracterizado em seu funcionamento a partir do estudo do papel de cada um dos atores reticularmente envolvidos, sendo apresentados os polos de doadores e receptores de alimentos, bem como os módulos de voluntariado e intermediação por parte do SESC de Boa Vista.

Em segundo lugar, fundamentando-se em uma caracterização *in loco* do Programa Mesa Brasil, operacionalizado pelo SESC de Boa Vista (RR), foi possível identificar um dimensionamento quantitativo e qualitativo do Programa a partir de uma perspectiva que levou em consideração o recorte temporal do mesmo entre 2003 a 2018, embora com um foco para as ações desenvolvidas em 2018.

Em terceiro lugar, partindo da premissa de se analisar a percepção de doadores e receptores de alimentos, bem como voluntários e colaboradores internos do SESC, o Programa Mesa Brasil foi analisado em termos de funcionamento e impactos, o que trouxe como resultados da pesquisa a compreensão de uma convergência positiva sobre o Programa.

Com base na análise do desenvolvimento da segurança alimentar e nutricional promovido pelo Programa Mesa Brasil, o capítulo permitiu focalizar não apenas o papel do SESC no desenvolvimento local da segurança alimentar dos perímetros urbano e rural do município de Boa Vista, capital do estado de Roraima, mas também o papel de transbordamento de um padrão de desenvolvimento regional da segurança alimentar em determinados municípios do interior.

4.1. EVOLUÇÃO DAS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS SOBRE O PROGRAMA MESA BRASIL

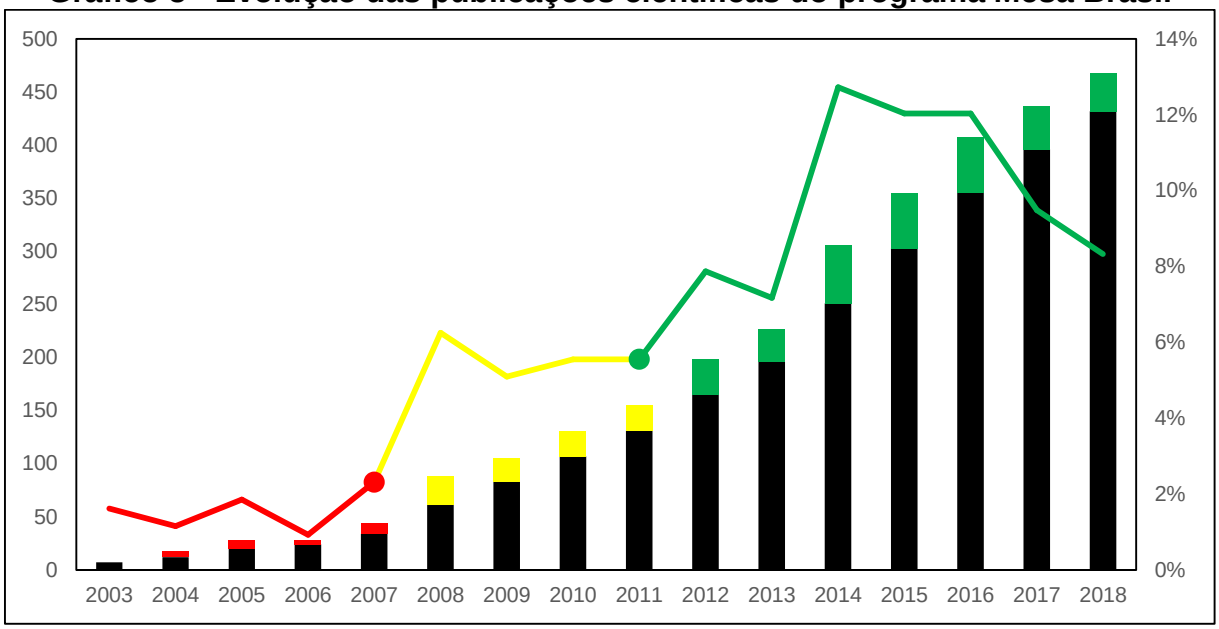
O papel ímpar que o Programa Mesa Brasil adquiriu na organicidade do Regime de Segurança Alimentar Nacional acabou se refletindo também na abertura de uma emergente linha de pesquisa científica no país, a qual resultou entre 2003 e 2018, no surgimento de 432 publicações acadêmicas (GOOGLE SCHOLAR, 2018), as quais exploraram diferentes facetas deste relevante Programa altamente capilarizado em municípios de todos os estados do território nacional.

O interesse acadêmico sobre o Programa Mesa Brasil é naturalmente oriundo dos seus impactos como política pública engendrada horizontalmente por uma rede de atores paraestatais intermediada pelo SESC, razão pela qual é possível observar que não é por acaso que o volume de publicações científicas aumentou com o tempo, uma vez que o Programa foi adquirindo escala e maturação em todo o país, e, por isso, acabou também se refletindo como objeto de estudo.

A evolução do Programa Mesa Brasil ao longo de seus 15 anos de existência entre 2003 e 2015 ao adquirir relevância dentro do Regime Nacional de Segurança Alimentar, engendrou fases reativas em termos de análise, com um início com escassas pesquisas até o ano de 2007, muitas delas vinculadas pelas próprias unidades do SESC, e desde então, com um crescimento significativo em termos de escala e escopo nas novas publicações científicas (gráfico 5).

O interesse científico pelo programa Mesa Brasil acontece em função do seu rápido crescimento e amplo efeito mobilizador no país para o desenvolvimento da segurança alimentar e nutricional com base em uma ação reticulada de polos de doação e recepção, e, de módulos de voluntariado e de intermediação (SESC), fundamentada nos princípios de cidadania, qualidade de vida, excelência de qualidade, responsabilidade social compartilhada, autonomia, transparência e credibilidade, e, integração (SESC, 2003).

Gráfico 5 - Evolução das publicações científicas do programa Mesa Brasil



Fonte: Elaboração própria. Base de dados: Google Scholar (2018).

A curva de expansão das publicações científicas sobre o Programa Mesa Brasil revelam a existência de 3 fases evolutivas, sendo a primeira entre os anos de 2003 e 2007 com um baixo número de 34 textos apenas, equivalente a 8% do volume total, passando por uma segunda fase de franca expansão entre 2008 e 2011 com 97 novos textos (22% do volume total), até se chegar na atual fase de intensificação do crescimento entre 2012 e 2018, com 301 textos, os quais equivalem a 70% da agregação total de publicações.

A trajetória evolutiva das publicações sobre o Mesa Brasil demonstra que houve uma sintonia entre o baixo volume de pesquisas frente à posição periférica que o Programa possuía no Regime Nacional de Segurança Alimentar durante o primeiro mandato do presidente Lula até atingir maior publicização científica diante do destaque, baixo custo e repercussão que adquiriu nacionalmente (SESC, 2010), em comparação com o Programa Fome Zero e o projeto Bolsa Família, pilastras centrais do Regime Nacional de Segurança Alimentar.

4.2 PROGRAMA MESA BRASIL EM BOA VISTA (RR) COMO UM SISTEMA DE FIXOS E FLUXOS

O espaço geográfico do desenvolvimento local (bairros de Boa Vista) e do desenvolvimento regional (municípios de Roraima) na temática da segurança

alimentar e nutricional pode ser compreendido como um sistema de fixos e fluxos quando levado em consideração o papel central que o Programa Mesa Brasil do Sesc Roraima possui no Regime Estadual de Segurança Alimentar.

O programa Mesa Brasil do SESC Roraima pode ser compreendido em sua dinâmica de funcionamento como um sistema em rede de fluxos e fixos (SANTOS, 2003; SENHORAS; CAVALCANTE, 2014), no qual é possível identificar, tanto, os polos de doação, recepção, voluntariado e intermediação como fixos, quanto, os fluxos de redistribuição de alimentos e de prestação de serviços de capacitação no processamento de alimentos.

Por um lado, os componentes do sistema de fixos são caracterizados pela presença de uma rede de atores com funções específicas e posições claras de interação na promoção do desenvolvimento da segurança alimentar e nutricional, sendo identificados pelas ações de doação (pessoas físicas e jurídicas), recepção (pessoas jurídicas), voluntariado (pessoas físicas) e intermediação (SESC).

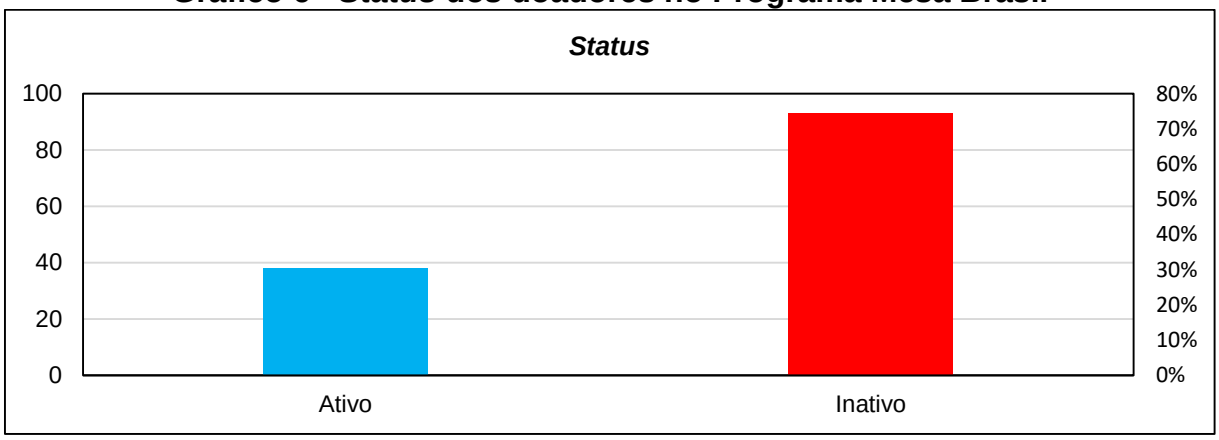
Por outro lado, os elementos do sistema de fluxos são identificados pelas ações dentro de uma rede de contatos interinstitucionais, sendo elas identificadas pelos fluxos de doação de alimentos e responsabilidade social (polos doadores), pelos fluxos de recebimento de alimentos e segurança alimentar e nutricional (polos receptores), bem como os fluxos de cidadania e responsabilidade social (*gatekeepers* de ação e intermediação: voluntários e SESC).

4.2.1 Caracterização do polo de doadores de alimentos

O polo de doação de alimentos do Programa Mesa Brasil em Boa Vista é conformado por uma rede de atores, pessoas físicas e jurídicas cadastradas pelo SESC, cujo perfil na pesquisa de campo foi possível identificar que é muitas vezes diferenciado em função não apenas do porte econômico, mas também da frequência de contribuição existente.

Com base na análise no banco de cadastros no Programa Mesa Brasil do SESC de Boa Vista, foi possível identificar um total de 131 doadores cadastrados no período entre 2003 e 2018, de modo que a grande maioria se encontrava com *status* inativo (93 doadores) em contraposição a apenas 38 instituições doadoras com status ativo nas doações no ano de 2018 (gráfico 6).

Gráfico 6 - *Status* dos doadores no Programa Mesa Brasil



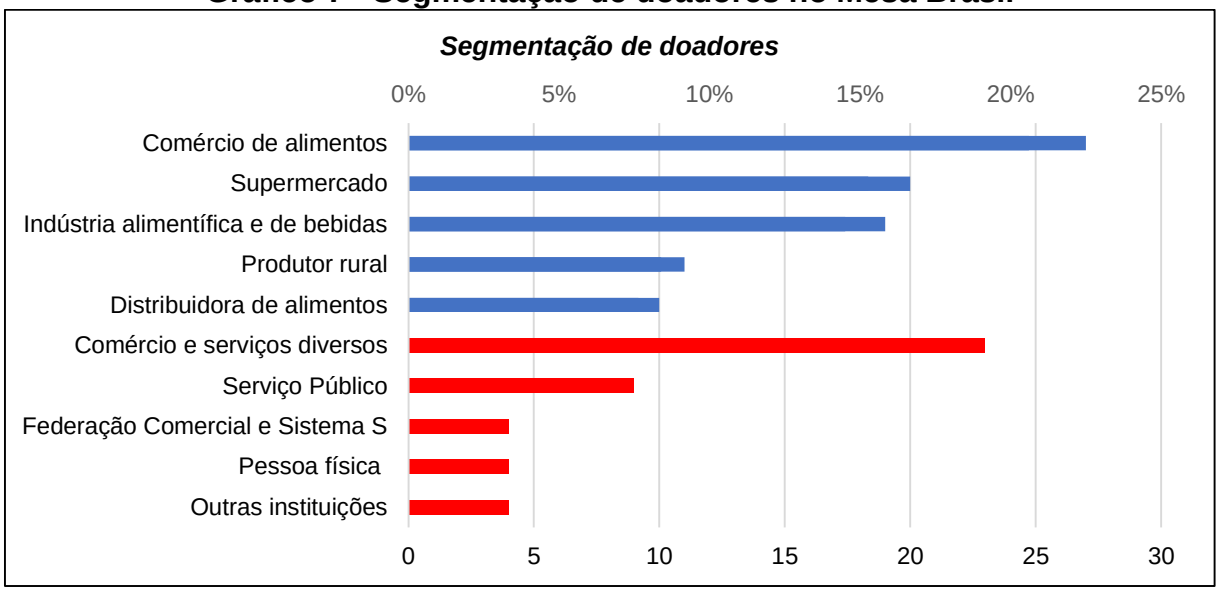
Fonte: Elaboração própria. Base de dados: Trabalho de Campo (PADILHA, 2019).

Com base nas informações levantadas na pesquisa de campo foi possível identificar que entre as principais causas de um expressivo volume de doadores inativos no banco de dados do Programa estão o perfil descontínuo ou esporádico de doações por determinadas pessoas físicas e jurídicas ao longo dos anos ou mesmo o eventual fechamento de atividades de algumas instituições.

Quando analisadas as características dos doadores cadastrados pelo Programa Mesa Brasil pelo SESC de Boa Vista (RR), foi possível enquadrá-los nesta pesquisa dentro de uma segmentação a título de ilustração das diferenças existentes, de modo que foi possível identificar 10 categorias (comércio de alimentos, supermercado, indústria alimentícia e de bebidas, produtor rural, distribuidora de alimentos, comércio e serviços diversos, Serviço Público, Federação Comercial e Sistema S, pessoa física, e, outras instituições).

Conforme observado no gráfico 7, há uma complexa rede de instituições doadoras cadastradas de diferentes portes econômicos, majoritariamente identificadas por pessoas jurídicas (127) em comparação a um número muito restrito de pessoas físicas (4), de modo que as empresas diretamente ligadas à produção, processamento ou distribuição de alimentos representam em número a concentração de doadores (49%).

Gráfico 7 - Segmentação de doadores no Mesa Brasil



Fonte: Elaboração própria. Base de dados: Trabalho de Campo (PADILHA, 2019).

De acordo com a visão classificatória do gráfico 7, identifica-se que a pluralidade de atores doadores para o Programa Mesa Brasil é representativa à medida que ilustra o envolvimento do setor produtivo de Boa Vista, o qual é caracterizado pela presença majoritária de micro e pequenas empresas, bem como é claramente dinamizado por uma economia do contracheque e de serviços (CHAVES, 2018).

Conforme avaliado nos dados recolhidos na pesquisa de campo no Programa Mesa Brasil do SESC de Boa Vista, a cada ano é possível identificar um ranking com os principais doadores, de modo que ao longo do tempo existe uma relativa volatilidade em relação à posição dos doadores, embora forte recorrência dos principais doadores.

A título de ilustração comparativa é possível identificar no ranking dos 10 maiores doadores de 2018 (tabela 1), uma recorrência típica do Programa Mesa Brasil ao longo de 15 anos que é a fortíssima presença de supermercados, hortifrútis e centrais de distribuição de alimentos (Feiras Públicas), bem como uma constante presença de micro e pequenas empresas.

Observa-se ademais, a presença de portes empresariais maiores entre os doadores recorrentes, tanto, de um grupo empresarial endógeno a Roraima, como o Supermercado Gavião, com 3 unidades em Boa Vista, quanto, de um grupo exógeno, como o Supermercado Atacadão, pertencente ao grupo francês Carrefour.

Quadro 10 - Ranking dos Top 10 Doadores de Alimentos (2018)

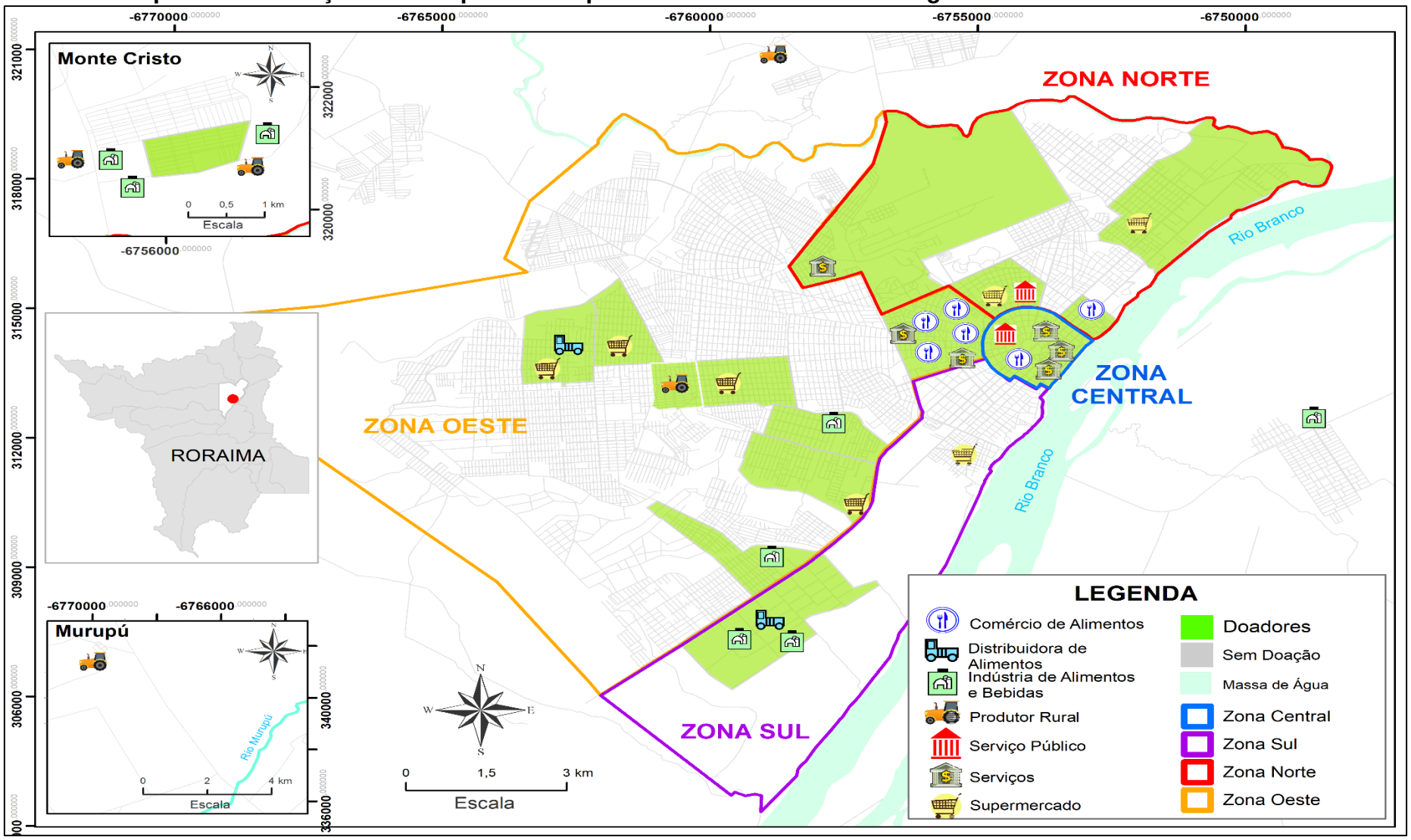
RAZÃO SOCIAL	ATIVIDADE	QUANTIDADE. DE DOAÇÕES	QUANTIDADE TOTAL (KG)
CONAB	Distribuidora de alimentos	202	528.278,45
Supermercado Atacadão	Supermercado	192	78.948,40
Supermercado Gavião	Supermercado	194	43.821,59
Pátio das Frutas Lourinho	Comércio de hortifrúti	173	33.326,54
SEAPA	Serviço Público	11	15.854,00
Adelir	Produtor Rural	6	5.196,00
Center Box	Supermercado	92	3.686,00
Comercial São Lucas	Supermercado	23	2.650,00
Kimura	Produtor Rural	9	2.103,00
Granja Monte Cristo	Indústria de Alimentos	30	2.021,20

Fonte: Elaboração própria. Base de dados: Pesquisa de Campo (PADILHA, 2019).

Significativas doações de produtores rurais individuais, comerciantes de hortifrúti das Feiras locais estão também recorrentemente presentes no Programa Mesa Brasil em Boa Vista, sendo muitas vezes associados a doações da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) ou da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA).

Quando analisada a distribuição socioespacial dos doadores ativos contribuintes no Programa Mesa Brasil em Boa Vista no ano de 2018 (gráfico 9 e mapa 1), observou-se uma transversal presença em todo território boa-vistense, tanto, no perímetro rural, quanto, no perímetro urbano, em todas as 5 zonas da cidade (Zona Central, Norte, Sul, Leste e Oeste).

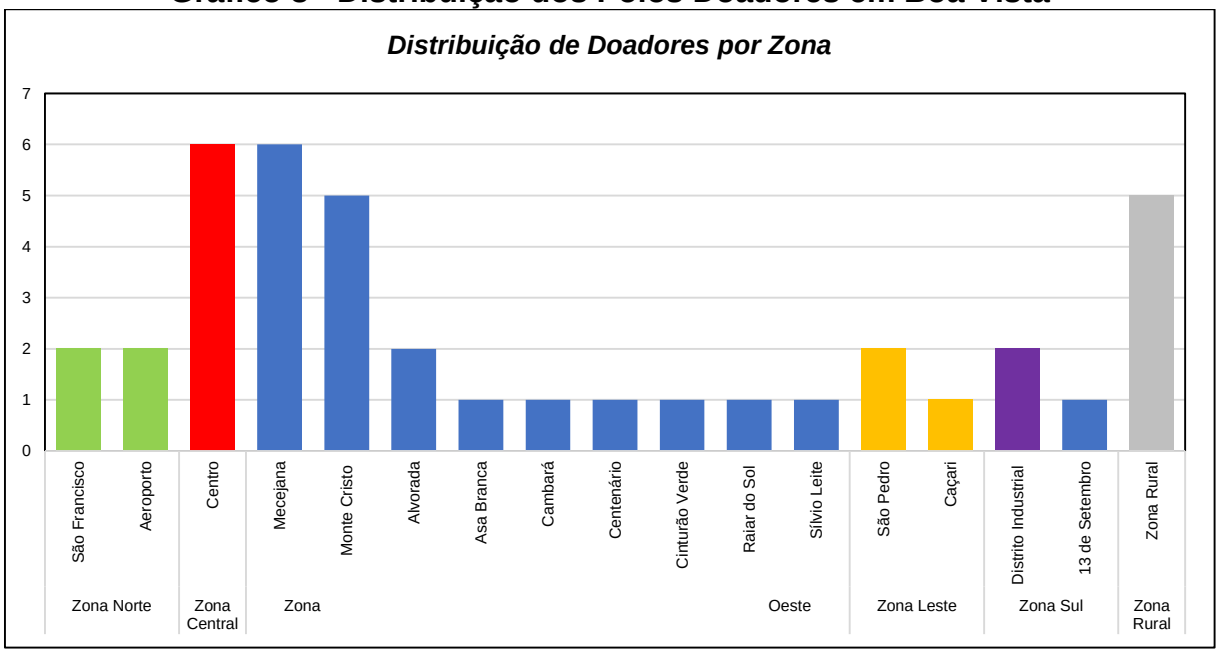
Mapa 1 - Distribuição socioespacial dos polos doadores ativos do Programa Mesa Brasil em Boa Vista



Fonte: Elaboração própria (PADILHA; SENHORAS; SILVA, 2019). Base de dados: Trabalho de Campo (PADILHA, 2019).

Nos polos fixos de doação em Boa Vista, o sistema de segurança alimentar e nutricional claramente tem forte dinâmica promovida pela Zona Rural e bairro Monte Cristo, onde estão produtores, e pela Zona Central com forte presença de supermercados e comércios de alimentos, e pela Zona Oeste, com destaque ao bairro Mecejana em função da principal distribuidora de alimentos do município, Feira do Produtor (gráfico 8).

Gráfico 8 - Distribuição dos Polos Doadores em Boa Vista

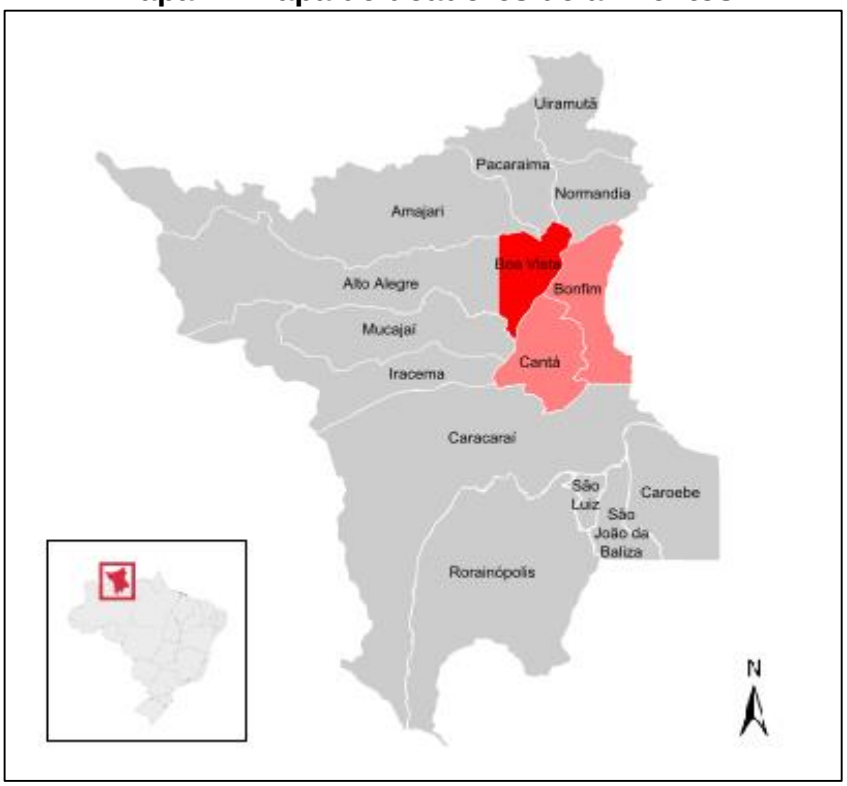


Fonte: Elaboração própria. Base de dados: Trabalho de Campo (PADILHA, 2019).

Além do sistema de doadores consolidado no município de Boa Vista, em todas as zonas do perímetro urbano, bem como do perímetro rural, especificamente nas regiões do Murupú e Bom Intento, o Programa Mesa Brasil da capital também conta com a presença de doadores oriundos de outros municípios do entorno próximo de Boa Vista, respectivamente das áreas rurais dos municípios de Bonfim e Cantá (Mapa 2).

Embora haja um restrito mapa de doadores oriundos de municípios do entorno próximo à Boa Vista, composto por apenas 2 produtores rurais, com safras diretamente ligadas à capital do estado de Roraima, apenas 1 produtor continua ativo, respectivamente do bairro Santa Cecília, no município do Cantá, o qual é um condomínio em perímetro rural contornando à área urbana de Boa Vista.

Mapa 2 - Mapa de doadores de alimentos



Fonte: Elaboração própria (PADILHA; SENHORAS; SANTOS, 2019).
Base de dados: Pesquisa de Campo (PADILHA; 2019).

5.2.2 Caracterização do polo de recepção de alimentos

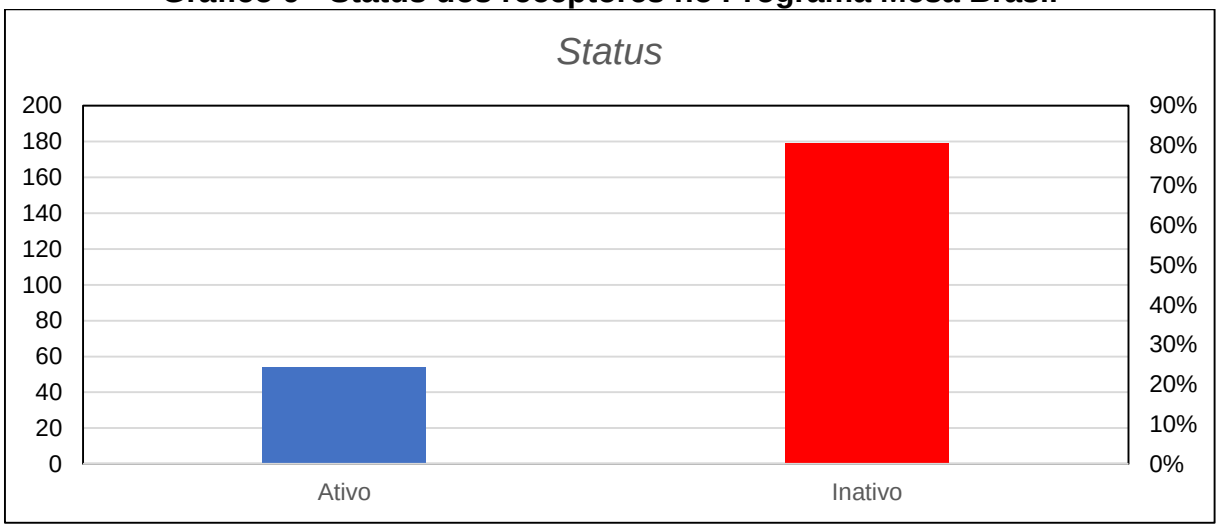
A consolidação de uma rede de receptores de alimentos é o foco central do Programa Mesa Brasil com o objetivo de promoção de segurança alimentar e nutricional para famílias carentes, razão pela qual o tamanho do banco de receptores do SESC de Boa Vista é bem significativo totalizando 233 instituições cadastradas.

Na composição deste banco de instituições receptoras de alimentos pelo SESC de Boa Vista, entre os anos de 2003 e 2018, observou-se um volume expressivo de 179 instituições potenciais para recepção de alimentos, embora não ativas, em contraposição há 54 instituições ativas no recebimento de alimentos no ano de 2018 (gráfico 4).

Conforme entrevista concedida pela gerente do Programa Mesa Brasil do SESC de Boa Vista, Lisiane Lauro Lazzarotto, as razões de uma lista de instituições receptoras inativas tão elevada acontece em função de um forte pente fino nos últimos anos que resultou no “descredenciamento daquelas instituições que não atendiam rigorosamente aos critérios que surgiram, definidos por um guia nacional do Programa

Mesa Brasil", justamente a fim de garantir maior lisura e amplas condições de garantia de segurança alimentar.

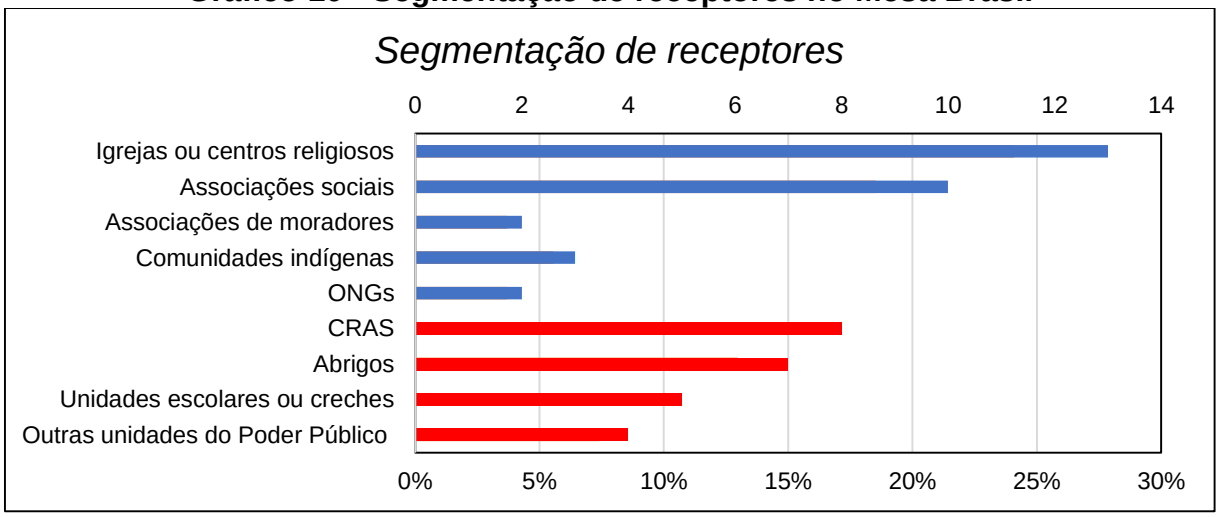
Gráfico 9 - Status dos receptores no Programa Mesa Brasil



Fonte: Elaboração própria. Base de dados: Trabalho de Campo (PADILHA, 2019).

O perfilamento do banco de receptores de alimentos do Programa Mesa Brasil do SESC de Boa Vista identificou uma segmentação de 9 categorias de instituições receptoras, sendo 5 delas de instituições privadas de interesse público, e, 4 instituições públicas (gráfico 10).

Gráfico 10 - Segmentação de receptores no Mesa Brasil



Fonte: Elaboração própria. Base de dados: Trabalho de Campo (PADILHA, 2019).

Por um lado, entre as instituições receptoras privadas de interesse público há uma clara concentração de Igrejas ou centros religiosa (24%) e associações sociais

(19%), as quais possuem forte capilaridade no território urbano de Boa Vista *vis-à-vis* a associações de moradores, Organizações Não Governamentais (ONGs), e, comunidades indígenas de todo o estado, as quais totalizam 14%.

Por outro lado, as instituições públicas representam um polo de destaque na recepção de alimentos também devido à capilaridade nos bairros mais carentes de Boa Vista, razão pela qual os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) representam 15% das instituições receptoras, os abrigos 13%, e, as unidades escolares e creches 9%.

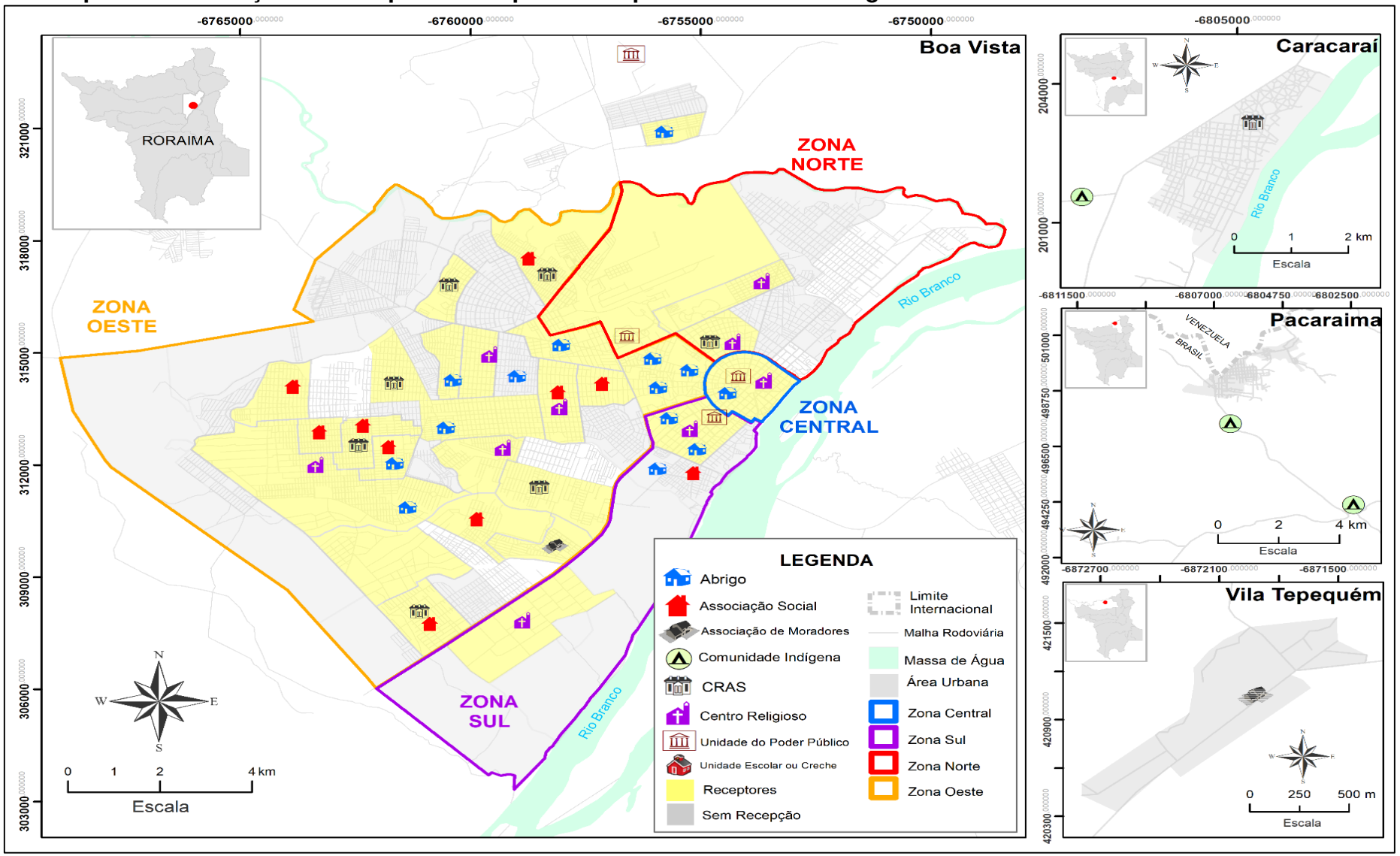
Ademais, existe uma presença em menor volume de outras instituições públicas totalizando 7%, tanto, do Poder Público Executivo, como a Defesa Civil (Corpo de Bombeiros), Secretarias de Educação e Saúde, Casa de Saúde Indígena e a Casa de Passagem, quanto, do Poder Judiciário, como a vara de execuções de penas e medidas alternativas.

Com base nos dados recolhidos na pesquisa de campo no SESC de Boa Vista, foi possível construir um mapeamento sobre a distribuição geoespacial dos polos receptores de alimentos do Programa Mesa Brasil, os quais estão presentes não apenas no perímetro urbano e rural de Boa Vista, mas inclui também receptores ativos nos municípios de Pacaraima, Amajari e Caracaraí (mapa 2).

Conforme é possível de se identificar no mapa de distribuição socioespacial de instituições receptoras de alimentos do Programa Mesa Brasil, a Zona Oeste é o principal polo de instituições de recepção de alimentos, totalizando 70% das instituições receptoras cadastradas pelo SESC, em função de apresentar o maior número de bairros e a maior densidade populacional de Boa Vista segundo o Censo de 2010, com 215.345 habitantes, correspondente a 80% da população total (SENHORAS, 2018).

Neste sentido existe uma correspondência funcional da concentração de instituições receptoras de alimentos do Programa Mesa Brasil na Zona Oeste, uma vez que esta área representa o maior inchaço populacional, oriundo do crescimento urbano de Boa Vista, a qual segundo os dados do Censo de 2010, apresenta piores indicadores socioeconômicos e portanto uma maior concentração de situações de vulnerabilidade em termos de bairros.

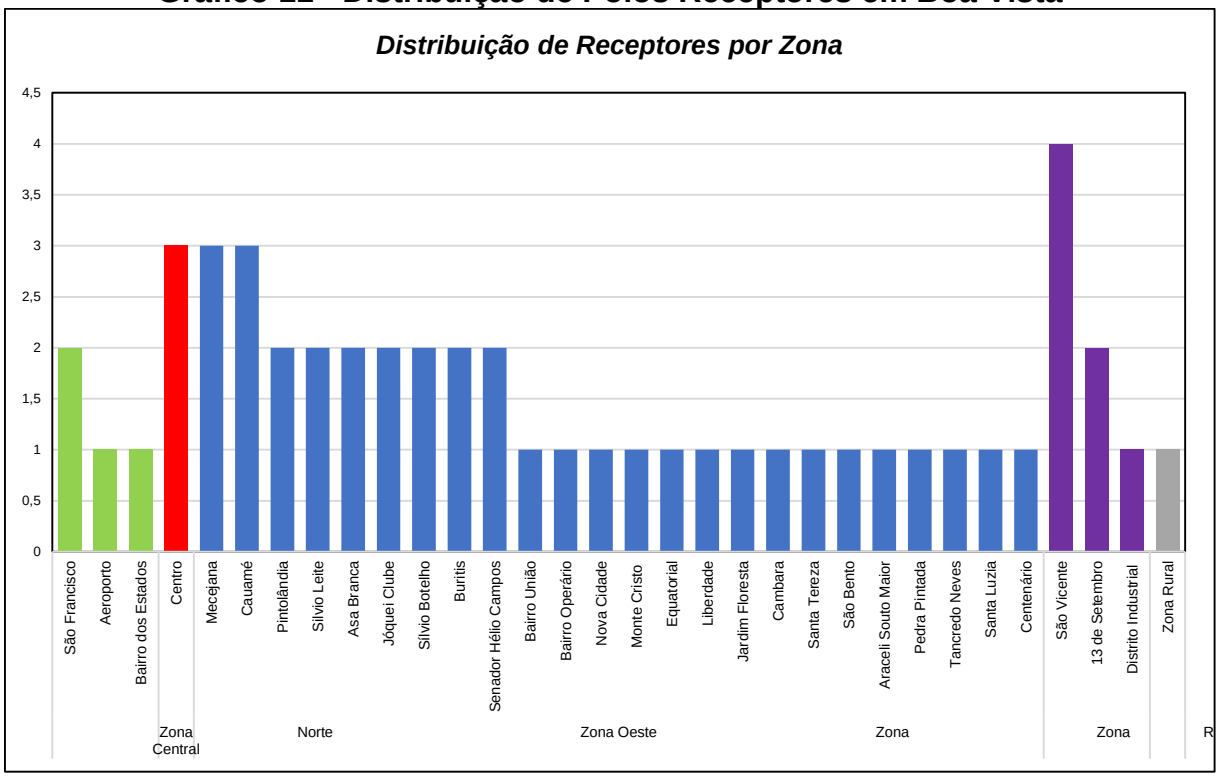
Mapa 3 - Distribuição socioespacial dos polos receptores ativos do Programa Mesa Brasil em Roraima e Boa Vista



Fonte: Elaboração própria (PADILHA; SENHORAS; SILVA, 2019). Base de dados: Trabalho de Campo (PADILHA, 2019).

Em Boa Vista, observa-se que o Programa Mesa Brasil possui capilaridade ativa no ano de 2018 em quase todo território municipal, desde 1 instituição em área rural até outras 53 instituições presentes em bairros da Zona Norte, Central, Oeste e Sul, excluída a Zona Leste, com maior renda, a qual não conta com nenhuma instituição receptora.

Gráfico 11 - Distribuição de Polos Receptores em Boa Vista



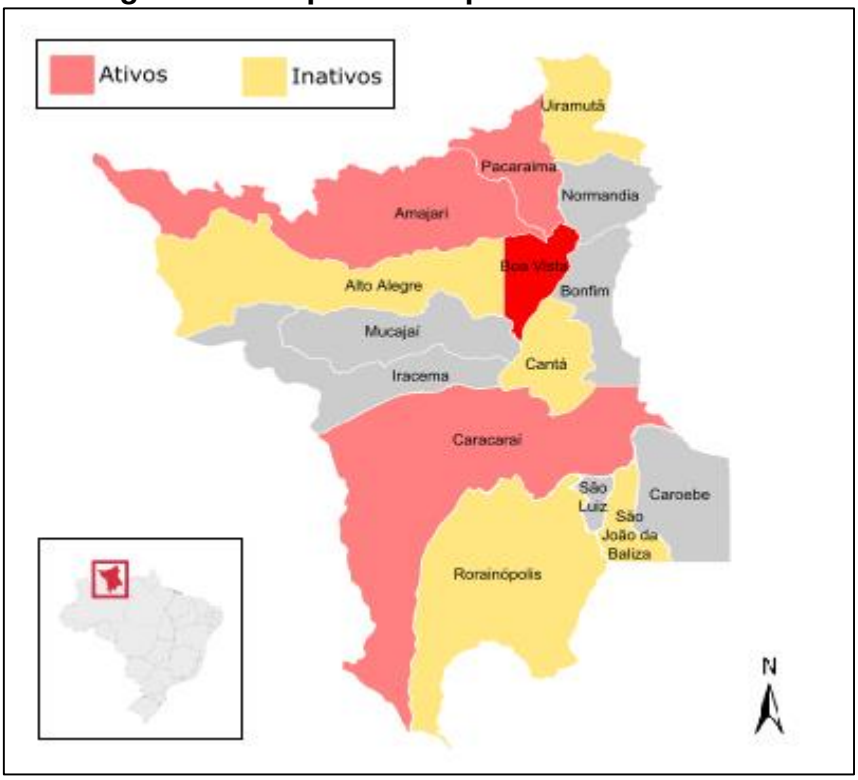
Fonte: Elaboração própria. Base de dados: Trabalho de Campo (PADILHA, 2019).

Conforme o gráfico 11**,** quando analisada a distribuição socioespacial das instituições receptoras fica identificado que a Zona Oeste é o principal polo fixo de recepção, contando com 70% das instituições receptores, seguida em ordem decrescente pelas seguintes áreas: Zona Sul (14%), Zona Norte (8%), Zona Central (6%) e Zona Rural (2%).

Enquanto que as Igrejas e Centros Religiosos estão presentes em todos as zonas, por sua vez, associações sociais, unidades escolares e creches, e Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) possuem alta capilaridade na maioria das zonas urbanas de Boa Vista em comparação aos abrigos que estão presentes exclusivamente Zona Sul e Oeste.

A distribuição socioespacial das instituições receptoras de alimentos do Mesa Brasil do Sesc Boa Vista demonstra a relevância que o programa adquiriu não apenas no desenvolvimento local da segurança alimentar e nutricional do município de Boa Vista, mas também no desenvolvimento regional da mesma nos municípios do interior do estado, os quais também são atingidos ou foram alvo em algum momento de existência do programa entre os anos de 2003 e 2018 (figura 22).

Figura 22 - Mapa de receptores de alimentos



Fonte: Elaboração própria. Base de dados: Pesquisa de Campo (PADILHA, 2019).

No banco de cadastro do Programa Mesa Brasil do SESC de Boa Vista foram identificadas instituições receptoras de alimentos com *status* ativo em três municípios do interior, Pacaraima, Amajari e Caracaraí, além da própria capital, Boa Vista, em um contexto de atendimento do programa em algum momento desde o ano de 2003 nos municípios de Rorainópolis, São João da Baliza, Cantá, Alto Alegre e Uiramutã.

Com base na figura 22 é possível identificar as repercussões em termos de difusão da segurança alimentar e nutricional por parte do Programa Mesa Brasil em um amplo território roraimense, uma vez que ele se mostrou presente entre 2003 e 2018 em 60% dos municípios do estado por meio de doações encaminhadas a instituições receptoras cadastradas no SESC.

Conforme entrevista concedida pela gerente do Programa Mesa Brasil do SESC de Boa Vista, Lisiane Lauro Lazzarotto, o status inativo de instituições oriundas de municípios do interior de Roraima se deve não necessariamente em função do não atendimento a novos critérios do Programa, mas antes está relacionado a problemas logísticos e de acesso em determinadas áreas.

> “As razões que explicam a inatividade de instituições receptoras nos municípios do interior são a dificuldade logística de distribuição dos alimentos para aqueles mais distantes em relação a Boa Vista [Rorainópolis e São João da Baliza] e em função das dificuldades de acesso a determinadas comunidades indígenas [Alto Alegre e Uiramutã]” (LAZZAROTTO *apud* PADILHA, 2019).

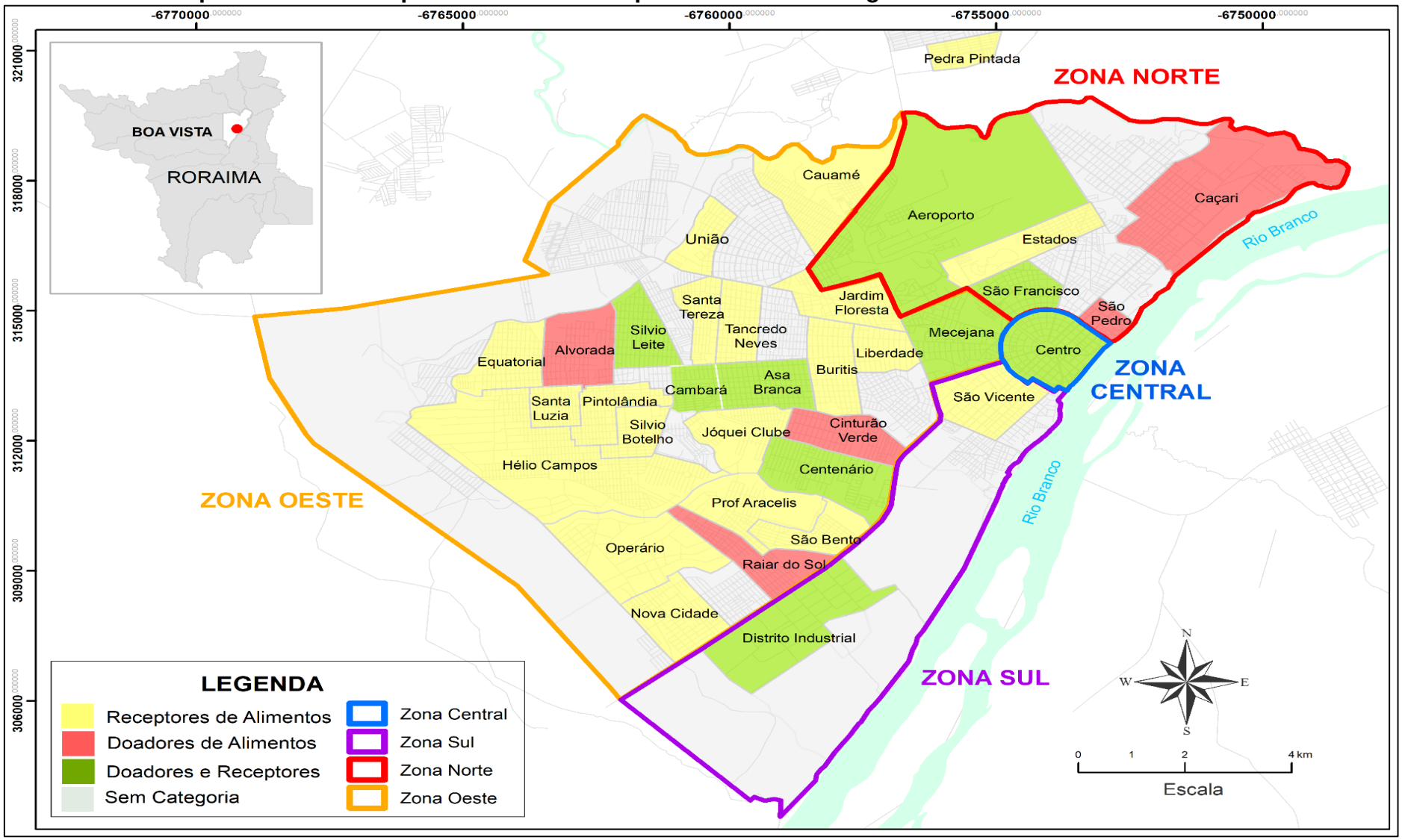
Por um lado, as repercussões em termos de segurança alimentar e nutricional do Programa Mesa Brasil do SESC de Boa Vista acontecem eventualmente e de modo não contínuo em determinados municípios do interior, haja vista a existência de problemas logísticos e de acesso, o que acaba sendo pontualmente trabalhado de modo suplementar por meio de ações e eventos específicos de natureza itinerante ao longo do ano, junto inclusive com outras instituições do sistema S.

Por outro lado, o desenvolvimento local da segurança alimentar na capital do estado, Boa Vista, torna-se notória à medida que existe uma consolidada rede de intercâmbios entre doadores e receptores de alimentos intermediada funcionalmente pelo SESC de Boa Vista e contando com a presença de voluntários que são majoritariamente oriundos das próprias instituições receptoras.

A despeito do SESC não contar com um banco de voluntários como tradicionalmente acontece no Programa Mesa Brasil em outros estados, as instituições receptoras e algumas instituições doadoras são muito ativas na rápida mobilização de voluntários para o desenvolvimento de processos de seleção, carregamento e distribuição dos alimentos doados, o que é funcional para as rotinas diárias de funcionamento do programa que claramente atinge 37 bairros de Boa Vista, de um total de 58 bairros.

Ao longo dos anos de 2003 a 2018, as repercussões do desenvolvimento regional da segurança alimentar e nutricional do programa Mesa Brasil do SESC de Boa Vista atingiram, portanto, 60% dos municípios de Roraima, enquanto que na capital do estado, o desenvolvimento local da segurança alimentar atingiu 64% dos bairros (mapa 3).

Mapa 4 - Sistema de polos doadores receptores ativos do Programa Mesa Brasil em Boa Vista



Fonte: Elaboração própria (PADILHA; SENHORAS; SILVA, 2019). Base de dados: Trabalho de Campo (PADILHA, 2019).

4.3 CARACTERIZAÇÃO *IN LOCO* DO PROGRAMA MESA BRASIL

O programa Mesa Brasil trata-se de uma iniciativa do Departamento Nacional do Serviço Social do Comércio (SESC) que foi estruturado e difundido simultaneamente no ano de 2003 em todos os estados brasileiros em um contexto de desenvolvimento do Regime Nacional de Segurança Alimentar com base no Projeto Fome Zero durante a gestão do governo Lula.

O desenvolvimento do programa Mesa Brasil pelo SESC de Boa Vista fundamentou-se em uma concepção de rede de solidariedade com base nas normas do Departamento Nacional do SESC em termos de redistribuição de alimentos excedentes, de combate ao desperdício e garantia da segurança alimentar e nutricional com base em uma culinária social.

Embora possuindo autonomia operacional, o Programa Mesa Brasil do SESC de Boa Vista adota um logo padrão (figura 23A) e segue diretrizes nacionais presentes nos manuais do Departamento Nacional do SESC, “Mesa Brasil: Rede Nacional de Programas contra a fome e o desperdício de alimento” (SESC, 2003) e “Guia do Programa Mesa Brasil SESC (SESC, 2017).

Figura 23 - Imagens do Programa Mesa Brasil, SESC de Boa Vista

Fonte: Organização própria (PADILHA, 2019). Base de dados: SESC-RR (2017; 2018).

As atividades de coordenação e intermediação entre doadores, receptores e voluntários desenvolvidas no Programa Mesa Brasil pelo SESC de Boa Vista conta com 5 colaboradores contínuos, 1 gerente, 2 assistentes administrativos, 1 auxiliar de serviços gerais, 1 motorista (figura 23B), além de outros colaboradores não contínuos, como nutricionista, culinarista, professores e palestrantes.

O sistema dinâmico de fixos de doação e recepção de alimentos é a parte essencial de materialização do Programa Mesa Brasil, sendo conformado por um amplo cadastro de instituições e pessoas físicas, as quais podem ser visualizadas na figura 23C em evento de socialização promovido pelo SESC em 2018.

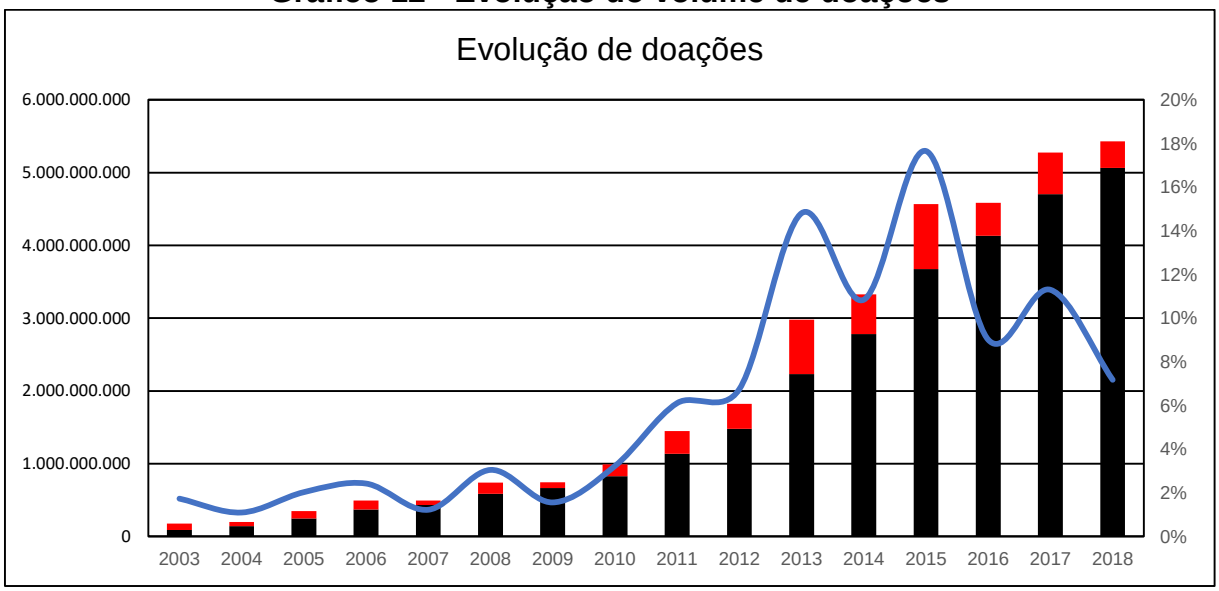
Como ator funcional no desenvolvimento do Mesa Brasil, balizado pelos princípios de cidadania e solidariedade, o voluntariado é uma parte essencial do programa que se materializa pela participação ativa de voluntários de determinados doadores, mas principalmente das instituições receptoras de alimentos, em atividades de seleção, carregamento e distribuição, haja vista que ainda não existe um banco de voluntários cadastrados (figura 23D).

Em função da rede conformada pelo sistema de doadores e receptores de alimentos e pelo sistema de intermediação (SESC) e de voluntariado (pessoas físicas), o objetivo primário no desenvolvimento da segurança alimentar e nutricional reside na redistribuição e aproveitamento integral de alimentos, sendo identificado em sua evolução pelo volume de doações arrecadadas ao longo do tempo, entre 2003 e 2018.

Sob o prisma quantitativo, o programa Mesa Brasil desenvolvido pelo SESC de Boa Vista possui indicadores brutos de evolução crescente no objetivo primário de arrecadação de alimentos (gráfico 12), não obstante a volatilidade da arrecadação seja uma característica estrutural em função problemas de safras ou de desaceleração econômica.

Conforme se pode observar no gráfico 12, o programa Mesa Brasil somente conseguiu desenvolver melhorias no padrão de segurança alimentar em Boa Vista e em alguns municípios do interior em função do volume de alimentos arrecadados ao longo do período de conformação do programa, entre 2003 e 2018, totalizando 5.066.898.038 Kg de alimentos doados que chegaram às mesas de famílias em condição de vulnerabilidade social.

Gráfico 12 - Evolução do volume de doações



Fonte: Elaboração própria. Base de dados: SESC-RR (2018).

Quando se leva em consideração o perfil de alimentos arrecadados pelo Programa Mesa Brasil do SESC de Boa Vista, observa-se, tanto, alimentos in natura excedentes ou industrializados com uso final direto (figura 24A), quanto, alimentos desperdiçados, que perderam valor comercial ou com algum grau de dano que potencialmente podem passar por seleção e aproveitamento integral nas práticas de culinária social (figura 24B).

Como programa multisetorial e multitemático, o Mesa Brasil não se materializa apenas pelas atividades de arrecadação e redistribuição de alimentos, mas antes, inclui uma série de atividades produtivas em conscientização e promoção da segurança alimentar em termos amplos, por meio de cursos de aproveitamento integral de alimentos (figura 24C) ou de palestras e eventos presenciais e itinerantes em Boa Vista e em municípios do interior de Roraima (figura 24D).

Por um lado, o Programa Mesa Brasil do SESC de Boa Vista tem recorrentemente se transformado em sua missão ao longo dos anos ao atuar com grupos de alta vulnerabilidade, como as comunidades indígenas, ainda com dificuldades de acesso, bem como, mais recentemente, com crianças venezuelanas em situação de desnutrição em abrigos coordenados pelo Exército na Operação Acolhida.

Por outro lado, o Mesa Brasil tem continuamente promovido cursos, palestras e orientações, tanto, junto a produtores rurais e comerciantes sobre armazenamento

e transporte dos produtos doados, quanto, ações de capacitação no processamento de alimentos com instituições receptoras dos alimentos.

Figura 24 - Imagens de alimentos e práticas

Fonte: Organização própria (PADILHA, 2019). Base de dados: SESC-RR (2015; 2017; 2018).

Dentro de uma perspectiva sistêmica de rede, o Programa Mesa Brasil é ativo em reuniões do Conselho Municipal e Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (SESC-RR, 2018) e em atividades e eventos itinerantes que o SESC juntamente com outras instituições do Sistema S promovem na capital, Boa Vista, e em municípios do interior.

Entre campanhas de arrecadação de alimentos, encontros, cursos, palestras e eventos itinerantes, cabe destacar as ações previamente identificadas de promoção de uma educação para a segurança alimentar e nutricional, bem como o pioneiro Concurso de Culinária Mesa Brasil 15 anos, realizado em 2018 com o objetivo de fortalecer uma concepção de culinária social, adaptada às especificidades regionais.

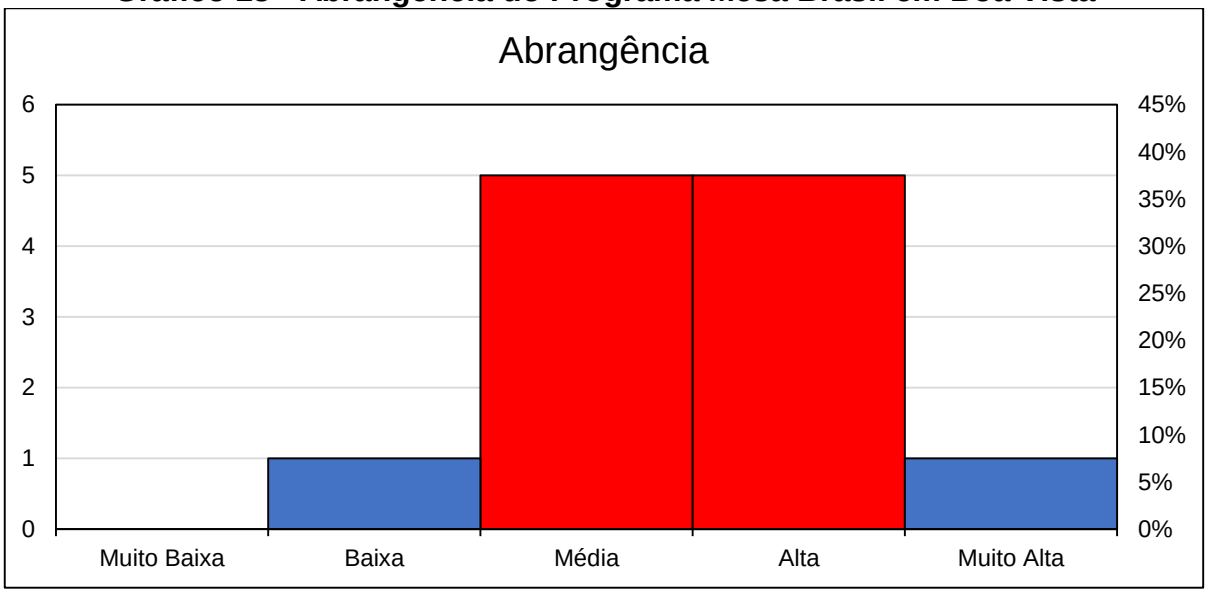
4.4 ANÁLISE DE PERCEPÇÃO PELOS ATORES ENVOLVIDOS NO PROGRAMA MESA BRASIL

A análise de percepção do Programa Mesa Brasil desenvolvido pelo SESC de Boa Vista é um instrumento relevante para fornecer informações objetivas dos atores diretamente envolvidos, razão pela qual na presente pesquisa se buscou trabalhar com uma amostra representativa de atores para aplicação de um questionário semi-estruturado, composto por 6 perguntas.

Tomando como referência o universo ativo de 38 doadores, 54 receptores e 5 colaboradores do SESC no ano de 2018, a presente pesquisa aplicou questionários para uma amostra representativa equivalente a 8% para doadores, 7,5% para receptores e 40% para colaboradores do SESC. Na ausência de um banco de dados de voluntários cadastrados, utilizou-se da aplicação de 3 questionários a voluntários previamente identificados pelo SESC como indicados de instituições receptoras e doadoras de alimentos.

Quando perguntados sobre a abrangência do Programa Mesa Brasil em Boa Vista, os respondentes apresentaram uma visão positiva no assunto (gráfico 13), de modo que houve uma ampla convergência entre a percepção de média difusão (42%) e alta difusão do Programa no território boa-vistense (42%), em contraposição a percepções minoritárias como baixa (8%) ou muito baixa abrangência (8%).

Gráfico 13 - Abrangência do Programa Mesa Brasil em Boa Vista

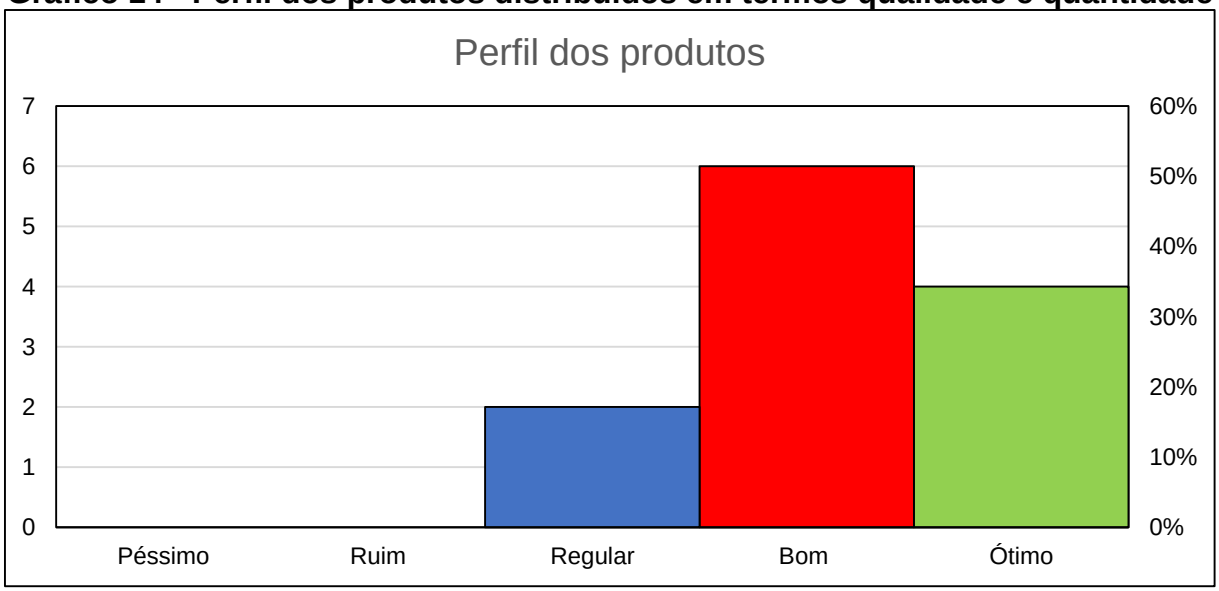


Fonte: Elaboração própria. Base de dados: Pesquisa de Campo (PADILHA; MENDES, 2019).

Enquanto os atores receptores de alimentos apresentam uma percepção que varia entre baixa e alta abrangência do Programa, com o ensejo do Mesa Brasil ser ampliado, por sua vez os voluntários, doadores e colaboradores internos do SESC apresentam uma percepção que varia entre média até muito alta abrangência.

Na pergunta, “Como você classifica o perfil dos produtos distribuídos em termos de qualidade e quantidade pelo Mesa Brasil em Boa Vista?”, os atores apresentaram uma visão positiva do Programa Mesa Brasil com graus de percepção diferenciada entre regular e ótimo, mas sem respostas negativas como péssimo ou ruim.

Gráfico 14 - Perfil dos produtos distribuídos em termos qualidade e quantidade



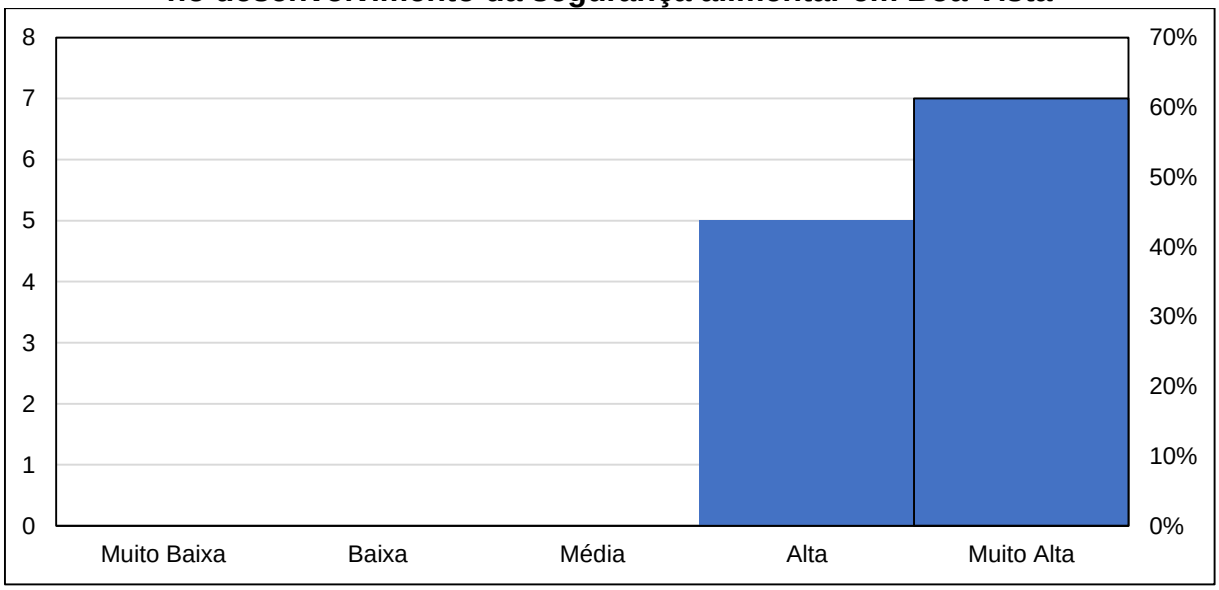
Fonte: Elaboração própria. Base de dados: Pesquisa de Campo (PADILHA; MENDES, 2019).

Com base nos dados do gráfico 14, observou-se que 50% dos questionados classificam os alimentos distribuídos como bons, 33% como ótimos, e, apenas 17% como regulares. Enquanto que colaboradores internos do SESC, doadores e voluntários apontaram uma percepção boa ou ótima, por sua vez os receptores apresentaram uma percepção que variou entre regular até ótima.

Os impactos do Programa Mesa Brasil no desenvolvimento da segurança alimentar e nutricional em Boa Vista foram avaliados claramente como positivos pelos atores envolvidos, uma vez que houve uma ampla convergência para uma percepção alta ou muito alta, sem qualquer resposta negativa ou intermediária, demonstrando assim que o Programa atinge aos objetivos almejados (gráfico 15).

Enquanto que 58% dos respondentes apontaram um altíssimo impacto do Mesa Brasil no desenvolvimento da segurança alimentar em Boa Vista, 42% identificaram um impacto alto. Cabe destacar que 75% dos receptores, foco principal do Programa, identificaram como altíssimo o Programa na garantia da segurança alimentar e nutricional.

Gráfico 15 - Impactos do Programa Mesa Brasil no desenvolvimento da segurança alimentar em Boa Vista

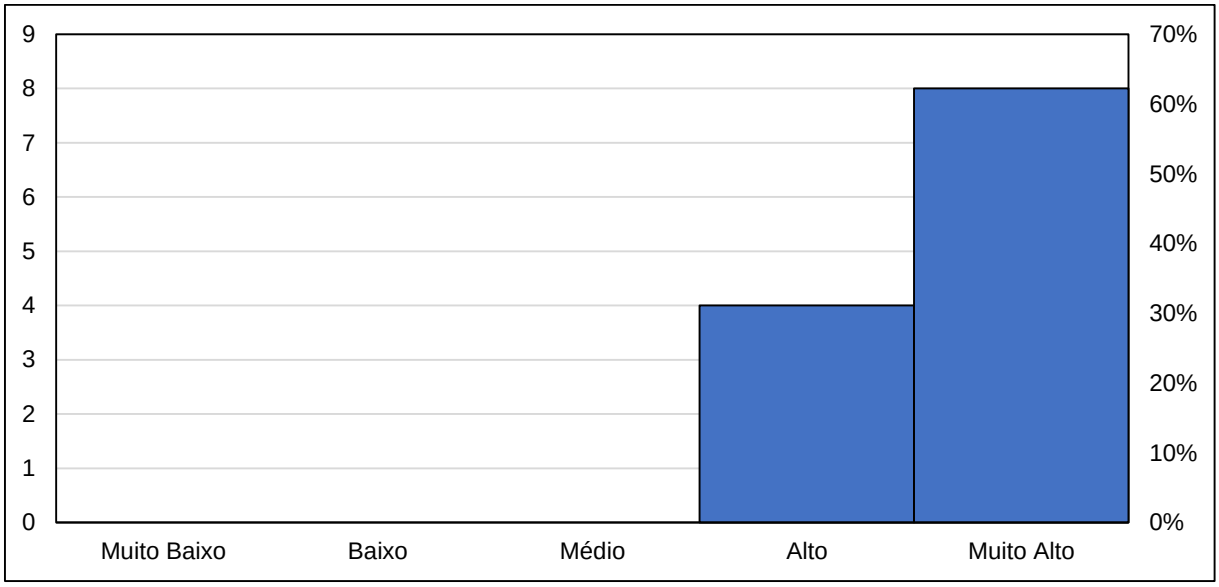


Fonte: Elaboração própria. Base de dados: Pesquisa de Campo (PADILHA; MENDES, 2019).

Na pergunta sobre os impactos institucionais de responsabilidade social do Programa Mesa Brasil desenvolvido pelo SESC de Boa Vista (gráfico 16), os respondentes apresentaram novamente uma visão extremamente positiva à medida que houve ampla convergência para uma percepção muito alta (67%) ou alta (33%) de fomento à responsabilidade social dos atores e instituições.

Atendendo a um dos princípios basilares do Programa desde o seu nascimento em 2003, a responsabilidade social, cabe destacar que entre os respondentes 100% dos colaboradores internos do SESC identificaram como altíssimos os impactos do Programa Mesa Brasil no desenvolvimento da responsabilidade social entre os próprios atores, enquanto entre doadores, voluntários e receptores a percepção consolidada foi cindida entre alta e muito alta.

Gráfico 16 - Impactos institucionais de responsabilidade social do Programa Mesa Brasil



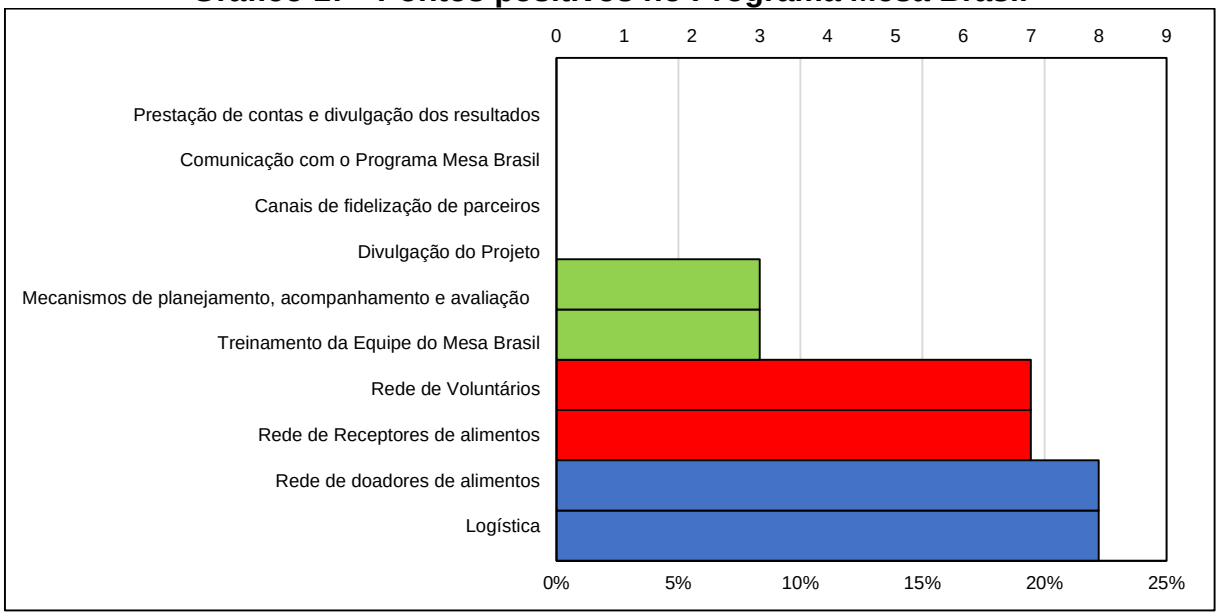
Fonte: Elaboração própria. Base de dados: Pesquisa de Campo (PADILHA; MENDES, 2019).

Quando questionados sobre os pontos positivos e negativos do Programa Mesa Brasil desenvolvido pelo SESC de Boa Vista, os respondentes puderam selecionar 3 categorias entre 10 opções pré-estabelecidas, sendo elas respectivamente identificadas em ordem:

a) Divulgação do Projeto,
b) Logística,
c) Rede de doadores de alimentos,
d) Rede de Receptores de alimentos,
e) Rede de Voluntários,
f) Canais de fidelização de parceiros,
g) Treinamento da Equipe do Mesa Brasil,
h) Comunicação com o Programa Mesa Brasil,
i) Prestação de contas e divulgação dos resultados do Mesa Brasil,
j) Mecanismos de planejamento, acompanhamento e avaliação do programa Mesa Brasil

Os pontos positivos do Programa foram identificados com base em apenas 6 variáveis, sendo amplamente convergentes na percepção dos respondentes para a própria rede de atores (doadores, receptores e voluntários) (62%), para a logística do Mesa Brasil (22%), e, finalmente para questões diretamente ligadas ao SESC, como treinamento da equipe do Mesa Brasil local e os mecanismos de planejamento, acompanhamento e avaliação do Programa (16%) (gráfico 17).

Gráfico 17 - Pontos positivos no Programa Mesa Brasil



Fonte: Elaboração própria. Base de dados: Pesquisa de Campo (PADILHA; MENDES, 2019).

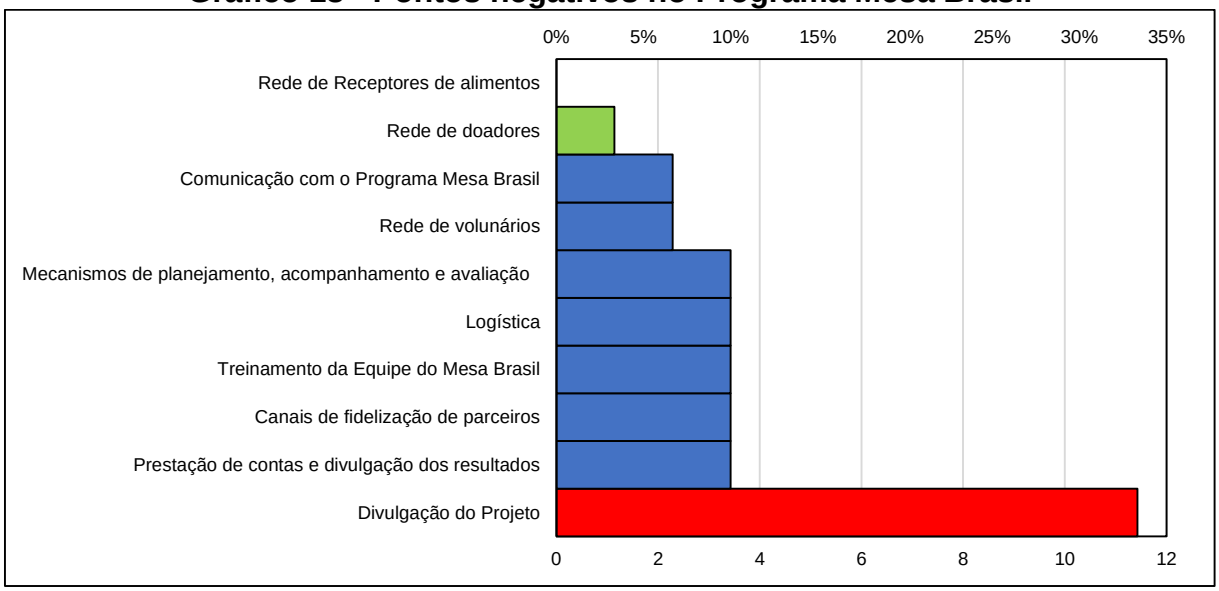
Entre os entrevistados houve a identificação de três receptores elogiando o Programa Mesa Brasil, de modo que um deles sugeriu a ampliação do mesmo, com “mais doadores para oferecerem maior variedade e quantidade de alimentos”, bem como “melhoria da frequência da distribuição dos alimentos, pois as pessoas ficam esperando”, de acordo com outro entrevistado

Entre os elogios de receptores, voluntários e colaboradores internos do SESC, o comentário de um dos doadores adquiriu destaque ao relatar o papel de promoção e estímulo do Mesa Brasil em ações de responsabilidade social, pois “como empresário acredito que o Programa me auxilia para contribuir de maneira positiva para nossa sociedade”.

Os pontos negativos em relação ao Programa Mesa Brasil, por sua vez foram identificados em ordem decrescente de percepção dos atores, de modo que foram relativamente pulverizados entre 9 critérios (gráfico 18), embora tenha acontecido uma ampla convergência para uma compreensão de problemas com a divulgação do projeto (33%).

Em uma das entrevistas com voluntário, foi registrada a “necessidade de se aumentar o número de colaboradores internos do SESC para o Mesa Brasil, justamente a fim de melhor distribuir as ações rotineiras e treinamentos, possibilitando assim ampliar o Programa”.

Gráfico 18 - Pontos negativos no Programa Mesa Brasil



Fonte: Elaboração própria. Base de dados: Pesquisa de Campo (PADILHA; MENDES, 2019).

Ficou também identificada a percepção de haver problemas de comunicação no Programa Mesa Brasil por parte de um dos doadores de alimentos entrevistados, pois há uma “baixa divulgação do Programa ao longo do tempo”, bem como lacunas na prestação de contas e divulgação dos resultados.

No âmbito interno do funcionamento do Programa Mesa Brasil pelo SESC de Boa Vista, houve a identificação por um colaborador interno entrevistado de falta de uma adequada estrutura de armazenamento dos produtos, com a sugestão de se melhorar os meios de divulgação do Programa a fim de se alavancar novas parcerias.

4.5 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

O presente capítulo, intitulado “*Estudo de Caso do Programa Mesa Brasil no Desenvolvimento da Segurança Alimentar em Boa Vista*” cuja construção teve como objetivo mapear e caracterizar o sistema reticular de atores envolvidos no Programa Mesa Brasil SESC em Boa Vista-RR.

Neste ínterim, o capítulo promoveu estudo de caso alicerçado nas ações do SESC de Boa Vista (RR), resultando na construção de um mapeamento do sistema reticular dos diferentes atores ligados ao Programa, originando tanto uma caracterização *in loco* quanto uma análise de percepção do programa por parte de uma amostra de atores diretamente envolvidos.

É possível compreender o programa Mesa Brasil do SESC Roraima como um sistema em rede de fluxos e fixos por intermédio do qual se assinala a dinâmica de fixos composta pelos polos de doação, recepção, voluntariado e intermediação e a dinâmica de fluxos composta pela redistribuição de alimentos e de prestação de serviços de capacitação no processamento de alimentos na modalidade de fluxos.

Observou um total de 10 categorias de doadores (comércio de alimentos, supermercado, indústria alimentícia e de bebidas, produtor rural, distribuidora de alimentos, comércio e serviços diversos, Serviço Público, Federação Comercial e Sistema S, pessoa física, e, outras instituições) tanto de origem endógeno a Roraima (Supermercado Gavião, com 3 unidades em Boa Vista) quanto exógena (Supermercado Atacadão, do grupo francês Carrefour), bem como oriundos das áreas rurais dos municípios de Bonfim e Cantá.

Entre as instituições receptoras privadas observa-se significativa ampla concentração de igrejas ou centros religiosos (24%) e associações sociais (19%), em contraposição a associações de moradores, Organizações Não Governamentais (ONGs), e, comunidades indígenas de todo o estado, as quais totalizam 14%.

Na participação das instituições públicas, em razão da capilaridade nos bairros mais carentes de Boa Vista, constatou-se que os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) representam 15% das instituições receptoras, os abrigos 13%, e, as unidades escolares e creches 9%.

Por fim, no que tange à socio-espacialização da rede de receptores foi possível observar que a Zona Oeste é o principal polo fixo de recepção, contando com 70% das instituições receptores, seguida em ordem decrescente pelas seguintes áreas: Zona Sul (14%), Zona Norte (8%), Zona Central (6%) e Zona Rural (2%).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na etapa final do presente estudo que combinou uma análise sistemática da literatura, revisão bibliográfica e revisão integrativa sobre Regime de Segurança Alimentar e um estudo de caso sobre o Programa Mesa Brasil SESC, serão apresentadas as sínteses dos principais debates abordados na dissertação, bem como os resultados e sugestões da pesquisa, para ao final serem apresentadas as conclusões.

As sínteses das abordagens realizadas em cada um dos quatro capítulos exploram os principais tópicos narrados e analisados na dissertação, com a descrição da pesquisa realizada em cada capítulo, desde procedimentos utilizados, resultados obtidos e considerações preliminares, identificando os principais resultados balizadores da validação do trabalho, no qual constata-se a importância dos Regimes de Segurança Alimentar em nível nacional e internacional, bem como do Programa Mesa Brasil SESC como materialização destes regimes em nível nacional e local.

Com relação aos resultados obtidos da pesquisa constata-se a realização de uma revisão de literatura e uma revisão integrativa sobre os estudos e publicações a respeito de Regime de Segurança Alimentar, na qual observa-se a existência de organismos como a FAO (em nível internacional) e o Programa Fome Zero (em nível nacional)

Em se tratando do nível local, foi realizado um estudo de caso sobre a realidade do Programa Mesa Brasil SESC em Roraima, destacando suas características quanto as dimensões organizacionais, estrutura de funcionamento, índices alcançados no desenvolvimento das ações e sua dinâmica de relação com os parceiros (doadores e receptores de alimentos), comunidade e voluntários do programa.

Ao final da investigação, por meio desta dissertação, são identificadas duas proposições normativas como sugestões para futuras agendas sociais, sendo inicialmente identificadas sugestões aos *policymakers*, as quais servirão de base para melhoria das políticas públicas existentes no combate à fome e a desnutrição, bem como serão apresentadas sugestões para futuras outras pesquisas que tomem como referência a dissertação, seja explorando as suas lacunas, ou abordando com mais ênfase, determinado eixo estudado.

1. SÍNTESES DAS DISCUSSÕES

O primeiro capítulo da presente dissertação, intitulado *“Campo de Estudos sobre Segurança Alimentar”*, desenvolveu uma análise sistemática relativa ao campo de estudos sobre Segurança Alimentar por intermédio tanto de uma caracterização da evolução das discussões como de mapeamento das principais publicações, identificadas como estado da arte tendo em vista a caracterização das dimensões fenomenológica, ontológica e epistemológica.

Primeiramente, quanto à análise epistemológica: do campo de estudos sobre segurança alimentar, observou-se que com relação às publicações científicas da fase 1 do ciclo de vida, identifica-se o estado da arte sobre segurança alimentar apresentado sob uma dinâmica predominantemente caracterizada pela publicação de artigos científicos das revistas: Ciência e Saúde Coletiva; Caderno de Saúde Pública; Estudos Avançados e revista química nova.

Já na fase 2 do ciclo de vida, considerando ainda a continuidade da realização de uma análise epistemológica, o estado da arte está materializado, tanto nas publicações de livros das editoras: Brasiliense, EPSJV, Artmed e Embrapa, quanto nas publicações de artigos das revistas científicas: Economia e Sociologia Rural, Ciência e saúde coletiva, Direitos difusos e Revista *Pan-Americana del Salud*.

Em um segundo momento, em se tratando da análise fenomenológica, constata-se a caracterização de dois padrões distintos durante o ciclo de vida (considerando o processo de evolução das publicações sobre segurança alimentar) das publicações sobre a temática em questão a saber: um padrão de gestação embrionária (na fase 1) e; um padrão de crescimento maturado (já na fase 2).

E ainda, quanto ao perfil da comunidade científica, e consequentemente dos grupos de pesquisas responsáveis pelas publicações sobre segurança alimentar, constata-se um predomínio de grupos existentes em IES púbicas federais, e em um segundo momento, constatou-se que estes grupos de pesquisa possuem foco nas ciências agrárias e da saúde, com um perfil de profissionais predominante formado por pesquisadores do sexo feminino em comparação ao sexo masculino.

E por fim, ainda nos estudos do capitulo 1, constata-se uma realidade de predomínio da existência dos grupos de pesquisa na região sudeste do Brasil, sendo destacado três estados em específico, os quais são respectivamente: São Paulo (com 79 grupos), Minas Gerais (com 60 grupos) e o Rio de Janeiro (com 56 grupos).

Por intermédio do segundo capítulo da dissertação, intitulado “*Regime Internacional e Nacional de Segurança Alimentar*”, foi possível construir uma análise teórico-normativa a respeito dos Regimes de Segurança Alimentar tanto sob a perspectiva internacional quanto sob a perspectiva nacional, no caso do Regime de Segurança Alimentar no Brasil.

O capítulo teve como objetivo analisar e caracterizar o Programa Mesa Brasil e seu desenvolvimento nacional pelo SESC, tomando base em uma revisão da literatura, de modo a identificar sua dinâmica de funcionamento e sua inserção no regime internacional e nacional de segurança alimentar.

A respeito da evolução do conceito de Segurança Alimentar e Nutricional que no período da Primeira Grande Guerra aplicava-se uma abordagem voltada à segurança nacional, na Segunda Guerra (conjuntura de surgimento da ONU e da FAO) o conceito pautava-se no antagonismo da perspectiva de Direito Humano e do papel do mercado como promotor do equilíbrio. Na conjuntura da Revolução Verde o conceito de Segurança Alimentar vinculava-se à insuficiência da disponibilidade de alimentos.

Ao longo da década de 1970 ocorre um enfoque do conceito direcionado à regularidade do abastecimento, ao passo que na década de 1980 o conceito voltou-se à questão da garantia de acesso físico e econômico a todas as populações. Somente na década de 1990 o conceito de Segurança Alimentar aprimora-se para sua consolidação enquanto Direito Humano. Assim, foram realizadas a Conferência Internacional de Nutrição e a Conferência Internacional de Direitos Humanos.

A respeito do Regime Internacional de Segurança Alimentar observa-se sua materialização por meio da atuação, funcionamento e estruturação da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), da Aliança Internacional Contra a Fome e a Desnutrição, bem como do Programa Mundial de Alimentos.

A FAO atua pautando-se no estabelecimento de políticas e ações voltadas a integração, participação e colaboração internacional para o desenvolvimento da agricultura, erradicação da fome e combate à desnutrição e a pobreza, além de prestar assistência aos países-membros na elaboração de estratégias para o desenvolvimento econômico, político e social sustentável.

O principal regime internacional de segurança alimentar configura-se na atuação da Aliança Internacional Contra a Fome e a Desnutrição, a qual busca tratar

dos meios para as organizações e os Estados aprimorarem suas ações destinadas à proteção e cumprimento de atividades no combate a fome.

Por fim, o Programa Mundial de Alimentos (PMA) configura-se como principal projeto da FAO na busca pela resolução eficaz do problema da fome, da pobreza e da desnutrição por meio da participação efetiva de mais de 102 países, atingindo um total de 30 que já deixaram de ser programas-piloto e passaram a atuar como programas estratégicos nacionais. Entre as metas estratégicas estão: Acabar com a fome, protegendo o acesso aos alimentos; melhorar a nutrição e alcançar a segurança alimentar.

Já na perspectiva do Regime Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil observa-se uma evolução histórica das ações de segurança alimentar marcado por uma periodização em 4 fases sequenciais, caracterizada pelos padrões de pioneirismo internacional, silêncio administrativo nacional, universalismo da segurança alimentar e focalização social.

Nesta perspectiva o programa Mesa Brasil emerge de uma conjuntura de ampliação das agendas de segurança alimentar, originando iniciativas governamentais ligadas ao Regime Internacional de Segurança Alimentar. Assim surge o Programa Fome Zero no Brasil.

Tendo em vista a materialização da proposta de Banco de Alimentos do Fome Zero, insere-se o Programa Mesa Brasil SESC, destinado ao combate ao desperdício e redução da insegurança alimentar, materializando-se na ação busca onde sobra e entrega onde falta, o que reflete uma convergência nas agendas tanto governamental quanto da inciativa privada.

A partir do terceiro capítulo da presente dissertação, intitulado “*Regime de Segurança Alimentar em Roraima*” foi possível observar que o regime de segurança alimentar em nível estadual materializa-se por intermédio do Programa Mesa Brasil que como uma iniciativa do SESC em parceria com o Governo Federal por intermédio do Programa Fome Zero atua em Roraima no intuito de assegurar acesso a uma alimentação saudável e de qualidade às famílias de baixa renda.

Observou-se que o Programa Mesa Brasil propõe-se a atuar na redução do desperdício e combate à insegurança alimentar, por intermédio da doação de alimentos, além de desenvolvimento de ações educativas e promoção de solidariedade social em todo o país, alicerçado na parceria, englobando diversos

segmentos da sociedade, a base de sustentação de todas suas ações, seja por meio do banco de alimentos ou da Colheita urbana.

Os doadores são de ações que reduzem o desperdício de alimentos no Brasil, os quais são indústrias de alimentos, centrais de distribuição, supermercados, armazéns, redes varejistas, associações de produtores rurais, postos de combustíveis, gráficas, empresas de embalagens, empresas de transporte etc.

Entre os itens passíveis de doação podem ser destacados os *alimentos em geral* (águas, sucos, carnes e derivados, enlatados e conservas, frutas, legumes e verduras, frios e laticínios, grãos e cereais, pães e massas), *produtos em geral* (produtos de limpeza e higiene pessoal, utensílios culinários, roupas, brinquedos, descartáveis) *serviços* (combustível, cessão de espaços, divulgação, embalagens, serviços gráficos, transporte, trabalho voluntário em atividades operacionais, administrativas e educativas).

Os receptores das doações são pessoas assistidas por entidades sociais em situação de vulnerabilidade social e nutricional, famílias e comunidades em situação de extrema pobreza não inseridas em programas de proteção social e que são atendidas pelo Mesa Brasil SESC por intermédio de uma entidade responsável pelo cadastro, monitoramento e distribuição dos alimentos, bem como populações vítimas de enchentes e alagamentos, por intermédio de um trabalho de logística humanitária.

Foi possível verificar que o Programa Mesa Brasil Sesc possui uma acentuada Função Social tanto com relação à arrecadação quanto no que tange à distribuição de alimentos, consolidando uma atuação estratégica de materialização do Regime de Segurança Alimentar e Nutricional e contribuindo, consequentemente, para uma agenda de segurança alimentar em nível local.

Por meio da análise organizacional foi possível constatar, com aplicação da matriz Ansoff, que a coleta e distribuição de alimentos se dá tanto em função da dinâmica de relação com instituições parceiras quanto do uso racional dos alimentos para produção das refeições, considerando que no âmbito dos alimentos situam-se as instituições parcerias existentes e a busca por novas parcerias ao passo que no âmbito da atuação situa-se o uso eficiente dos alimentos, além da busca por novos métodos de utilização para os mesmos para produção de refeições.

A análise do Modelo de Gestão do Programa Mesa Brasil SESC permitiu compreender que o programa possui um modelo de gestão estratégico-participativa, definido como modelo parcialmente burocrático alicerçado em processos e etapas

para execução das atividades, as quais se fundamentam em uma divisão racional de trabalho viabilizada pelas parcerias estabelecidas e estratégia de distribuição. A respeito do Perfil Organizacional do Programa Mesa Brasil, foi possível constatar as 5 dimensões organizacionais que conformam o seu funcionamento: estrutura, tarefas, pessoas, ambiente e tecnologia.

Na dimensão *estrutura* observou-se a existência de um espaço físico que dispõe de cozinha e espaço de alimentação, além de uma unidade móvel (SESC Móvel) que promove atendimento descentralizado tanto na capital, quanto nos demais municípios do interior do estado. O Mesa Brasil SESC conta também com um considerável número de parcerias que envolve supermercados, indústrias de alimentos e bebidas, instituições educacionais, comércio hortifruti, produtores rurais, comércio de carnes, serviço público, comércio de pães e massas e instituições religiosas.

A respeito da dimensão *tarefas* observou-se que a equipe técnica desempenha, entre outras tarefas, a coleta de alimentos (nos turnos da manhã e da tarde) e distribuição seguindo rota estabelecida, visita pela equipe técnica, aos parceiros/doadores para fidelização e a novas empresas na busca de parcerias, visitas às instituições beneficiadas, para monitoramento, organização da rota e a distribuição de pequenas e grandes doações, lançamento de dados no software, organização de documentos e atendimento ao público, além de participação no Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional.

A respeito da dimensão *pessoas* observa-se que estrutura de colaboradores internos e externos se compõe de 41 pessoas entre profissionais e colaboradores que estão distribuídas em Coordenação do Núcleo de Saúde e Assistência, Assistente Administrativo, Assistência Social, Nutricionista, Motorista, Auxiliar de serviços Gerais e Voluntários.

A respeito da dimensão *ambiente* identifica-se que o Programa Mesa Brasil é constituído tanto pelo ambiente interno (colaboradores, voluntários e unidade móvel), quanto pelo ambiente externo, (forças sociais: parceiros e comunidade em geral e; forças político-institucionais (parceiros, serviço público, fornecedores de alimentos e receptores de alimentos).

A dimensão *tecnologia* é caracterizada pela presença de computadores e notebooks com acesso à internet, um Sistema de Informação (SI) para controle de dados e gerenciamento das ações, bem como um caminhão (unidade móvel) que

dispõe de espaço um pequeno espaço físico próprio para produção de refeições e distribuição de alimentos nos locais atendidos, bem como equipamentos, eletrodomésticos e materiais de cozinha.

O quarto capítulo, intitulado “*Estudo de Caso do Programa Mesa Brasil no Desenvolvimento da Segurança Alimentar em Boa Vista*”, exprimiu o efeito mobilizador ocorrido no Brasil no que tange ao desenvolvimento da segurança alimentar e nutricional a partir tanto de uma ação reticulada de polos de doação e recepção quanto de módulos de voluntariado e de intermediação (SESC).

Observou-se que o programa Mesa Brasil do SESC Roraima pode ser compreendido em sua dinâmica de funcionamento como um sistema em rede de fluxos e fixos por meio da qual são assinalados os polos de doação, recepção, voluntariado e intermediação na perspectiva de fixos e de redistribuição de alimentos e de prestação de serviços de capacitação no processamento de alimentos na modalidade de fluxos.

Constatou-se, no estudo de caso, um perfil descontínuo ou esporádico de doações por parte de determinadas pessoas físicas e jurídicas ao longo dos anos bem como o eventual fechamento de atividades de algumas instituições.

Na composição polos de doação foi possível assinalar um total de 10 categorias, entre as quais de comércio de alimentos, supermercado, indústria alimentícia e de bebidas, produtor rural, distribuidora de alimentos, comércio e serviços diversos, Serviço Público, Federação Comercial e Sistema S, pessoa física, e, outras instituições.

Nestas mesmas perspectivas, tais polos foram identificados majoritariamente identificadas por pessoas jurídicas (127) em comparação a um número muito restrito de pessoas físicas (4), exprimindo também que as empresas são diretamente ligadas à produção, processamento ou distribuição de alimentos representam em número a concentração de doadores (49%).

Constatou-se uma presença majoritária de micro e pequenas empresas na dinâmica de doadores do Programa Mesa Brasil em Boa Vista, bem como a clara identificação de uma iniciativa dinamizado por uma economia do contracheque e de serviços, com fortíssima presença de supermercados, hortifrútis e centrais de distribuição de alimentos (Feiras Públicas), bem como uma constante presença de micro e pequenas empresas.

Entre os doadores recorrentes observa-se a existência por um lado de um grupo empresarial endógeno a Roraima (Supermercado Gavião, com 3 unidades em Boa Vista) e, por outro lado, de um grupo exógeno (Supermercado Atacadão, do grupo francês Carrefour).

Observou-se uma recorrentemente presença de produtores rurais individuais, comerciantes de hortifrúti das Feiras locais no Programa Mesa Brasil em Boa Vista, sendo muitas vezes associados a doações da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) ou da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA).

Na rede de doadores observou-se a participação de parceiros nos demais municípios do entorno próximo de Boa Vista, respectivamente das áreas rurais dos municípios de Bonfim e Cantá. Observou-se ainda um volume significativo de 179 instituições potenciais para recepção de alimentos, embora não ativas, em contraposição a 54 instituições ativas no recebimento de alimentos no ano de 2018.

Observou-se, por um lado, que entre as instituições receptoras privadas de interesse público existe ampla concentração de igrejas ou centros religiosos (24%) e associações sociais (19%), em contraposição a associações de moradores, Organizações Não Governamentais (ONGs), e, comunidades indígenas de todo o estado, as quais totalizam 14%.

Por outro lado, observa-se uma significativa participação das instituições públicas enquanto polo de destaque na recepção de alimentos sobretudo em razão da capilaridade nos bairros mais carentes de Boa Vista, razão pela qual os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) representam 15% das instituições receptoras, os abrigos 13%, e, as unidades escolares e creches 9%.

Por fim, quanto à socio-espacialização da rede de receptores foi possível observar que a Zona Oeste é o principal polo fixo de recepção, contando com 70% das instituições receptores, seguida em ordem decrescente pelas seguintes áreas: Zona Sul (14%), Zona Norte (8%), Zona Central (6%) e Zona Rural (2%).

2. RESULTADOS DA PESQUISA

A presente pesquisa sobre Segurança Alimentar e o Programa Mesa Brasil em Boa Vista-RR viabilizou a constatações de diversos resultados no âmbito do desenvolvimento regional local, considerando ser um estudo com caráter de ineditismo relativo à temática de enfoque nacional que se focalizada regionalmente.

O *primeiro resultado*, derivado do primeiro capítulo da dissertação, refere-se ao processo de consolidação das principais contribuições originais a respeito da difusão internacional dos desdobramentos do direito do consumidor sob uma ótica tanto espacial quanto histórico.

O *segundo resultado*, consistiu em fornecer à sociedade um amplo arcabouço de conhecimento relativo à evolução e normatização da Segurança Alimentar em perspectiva internacional, nacional e local.

O *terceiro resultado*, oriundo do segundo capítulo da investigação, consiste na construção de uma caracterização dos Regimes de Segurança Alimentar tanto no mundo quanto, evocando suas principais contribuições para institucionalização do combate à fome.

O *quarto resultado*, derivado do terceiro capítulo do estudo, relaciona-se à construção de um resgate histórico no que tange ao desenvolvimento da rede de Segurança Alimentar protagonizada pelo Mesa Brasil SESC, tanto nacionalmente quanto em perspectiva local, do programa em Roraima.

O *quinto resultado*, derivado do terceiro e quarto capítulos da dissertação, consiste na inédita contribuição deste estudo para as linhas de pesquisa do PPGDRA (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Amazônia) em Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional.

O *sexto resultado*, por fim, oriundo dos quatro capítulos da pesquisa, relaciona-se à eventual transformação de um, alguns ou todos os capítulos da dissertação em produções no formato de artigos a serem publicados em periódicos e eventualmente em livro.

3. SUGESTÕES DA PESQUISA

A partir das discussões desenvolvidas e resultados apresentados no decorrer desta dissertação, a presente pesquisa salienta uma agenda prospectiva de natureza sugestiva ou propositiva que objetiva oferecer subsídios funcionais, ou seja, pontos de ação tanto por parte dos *policymakers*, quanto por parte da comunidade acadêmica que ocasionalmente tome os resultados desta pesquisa como referência.

Neste sentido, a formulação de uma *agenda norteadora de políticas públicas* para o campo de Regime de Segurança Alimentar fundamenta-se na compreensão de que as Políticas Públicas são necessárias tanto para que as ações se tornem mais

efetivas e consequentemente divulgadas, quanto para que o cidadão tenha acesso a uma alimentação nutritiva e de qualidade.

A *primeira sugestão* de política pública refere-se à necessidade de meios de viabilização e estreitamento das parcerias entre o SESC e o governo do estado de Roraima como incentivo estratégico para ampliação do número de instituições doadoras de alimentos e consequente uma maior amplitude de alcance do programa para a distribuição de alimentos.

Soma-se a tais questões o fato de o Programa Mesa Brasil SESC não contar com alternativas de fontes de financiamento e consecução de recursos para realização de suas ações, acentuando-se as limitações e necessidades específicas com relação a infraestrutura, comunicação, transporte e apoio logístico.

Como *segunda sugestão* de pesquisa*,* propõe-se a promoção de mecanismos que auxiliem para uma maior divulgação das ações realizados pelo Programa em nível local, o que consequentemente contribui para um maior alcance na distribuição de alimentos, sobretudo nas redes sociais (espaço onde as interações e processos sociais, embora que virtuais, ocorrem com maior facilidade e naturalidade), além de desenvolvimento de ações de combate à fome e a desnutrição por parte dos *policymakers, e,* de ações que promovam de fato a Segurança Alimentar em nível local.

Em se tratando de uma *agenda norteadora de futuras pesquisas* relacionadas a temática de Segurança Alimentar, a presente dissertação aponta como *primeira sugestão* a construção de uma base de dados que demonstrem os efeitos e impactos do programa do programa Mesa Brasil sobre a realidade social do estado de Roraima, bem como os resultados alcançados no decorrer do seu tempo de existência.

Como *segunda sugestão* de pesquisa*,* propõe-se a investigação quali-quantitativa no que se refere ao índice de satisfação dos receptores de alimentos, na figura de usuários e cidadãos que fazem o consumo destas refeições, como instrumento de aferição do papel do programa Mesa Brasil SESC como materializados do Regime de Segurança Alimentar em Roraima.

Como *terceira sugestão* de pesquisa*,* aponta-se a investigação a respeito dos impactos financeiro, social e fiscal que as atividades presentes na agenda de Segurança Alimentar no estado de Roraima desenvolvidas pelo Programa Brasil SESC geram para as empresas e instituições que compõem o cenário das parcerias com o programa.

Em se tratando de uma *quarta sugestão* de pesquisa*,* elenca-se a possibilidade de realização de estudo comparativo do cenário das políticas públicas atualmente desenvolvidas no estado em âmbito social, com vistas ao incentivo de ampliação da agenda de Segurança Alimentar em Roraima a partir do estabelecimento de parcerias institucionais público-privadas.

Conclui-se com base nos resultados apresentados na pesquisa que o Programa Mesa Brasil possui relevância como fenômeno com ampla difusão nacional e como objeto científico, de modo que no município de Boa Vista (RR), os impactos do programa Mesa Brasil são perceptíveis sob o prisma territorial, tanto, no perímetro urbano, quanto territorial, com positiva repercussão na formação de uma articulada rede de atores focada na garantia e desenvolvimento da segurança alimentar e nutricional.

REFERÊNCIAS

ANSOFF, H. I. **A nova estratégia empresarial**. São Paulo. Atlas. 1991.

ANSOFF, H. I. **Estratégia Empresarial**. 1. ed. São Paulo: Mcgraw-Hill do Brasil, 1977. 203 p.

BALBINOT, A. A. *et al.* "Integração lavoura-pecuária: intensificação de uso de áreas agrícolas". **Revista Ciência Rural**, vol. 39, n. 6, 2009.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social. **O estado da segurança alimentar e nutricional no Brasil:** um retrato multidimensional. Brasilia-DF: MDS, 2014.

BRASIL. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea). II **Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.** Brasília-DF, 17-20 março, 2004.

BRASIL, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Ministério das Relações Exteriores. **A segurança alimentar e nutricional e o direito humano à alimentação no Brasil.** Brasília: SEDH/MRE/Ipea; 2002.

BURITY, Valéria et al. **Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional.** Brasília: Abrandh, 2010.

CARNEIRO, F. F. *et al.* **Dossiê ABRASCO**: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Rio de Janeiro: EPSJV, 2015.

CHAVES, A. "Com menor PIB do país, Roraima segue com alta concentração da economia na capital, aponta IBGE". **Portal G1 Roraima** [17/12/2018]. Disponível em: <www.globo.com/rr>. Acesso em:10/03/2019.

CHIAVENATO, I. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. São Paulo: Editora Manole, 2014.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO (CNC). **História**. [*S. l.*], 17 mar. 2018. Disponível em: http://cnc.org.br/cnc/sobre-cnc/historia. Acesso em: 5 jan. 2019.

COTTA, R. M. M.; MACHADO, J. C. "Programa Bolsa Família e segurança alimentar e nutricional no Brasil: revisão crítica da literatura". **Revista Panamericana de Salud Publica**, vol. 33, n. 1, 2013.

COUTINHO, J. G.; GENTIL, P. C.; TORAL, N. "A desnutrição e obesidade no Brasil: o enfrentamento com base na agenda única da nutrição". **Caderno de Saúde Pública**, n. 24, 2008.

DAMODARA, S.; PARKIN, K. **Química de alimentos de Fennema**. 4ª edição. Porto Alegre: Artmed, 2018.

DIAS FILHO, M. B. **Diagnóstico das Pastagens no Brasil**. Belém: Embrapa, 2014.

DIAS, A. A. S.; OLIVEIRA, M. A. “Educação ambiental: a agricultura como modo de sustentabilidade para a pequena propriedade rural”. **Revista de Direitos Difusos**, vol. 68, julho-dezembro, 2017.

EHLERS, E. **O que é agricultura sustentável**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2017.

FAO. About FAO: what we do. **fao.org**, 25 out. 2018. Disponivel em: <http://www.fao.org/about/what-we-do/pt/>. Acesso em: 10 dez. 2018.

FECOMÉRCIO RORAIMA. **Quem somos?** [*S. l.*], 7 jun. 2018. Disponível em: https://bit.ly/2IYhj4l. Acesso em: 5 jan. 2019.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). **I Conferência nacional das classes produtoras**. Rio de Janeiro-RJ, 4 jun. 2009. Disponível em: <https://bit.ly/2CdqtE8>. Acesso em: 20 dez. 2018.

GOOGLE SCHOLAR. **Consulta sobre Segurança Alimentar e Programa Mesa Brasil na Plataforma Google Scholar**. Boa Vista: UFRR, 2019.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. “Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil”. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, vol. 52, 2014.

KEOHANE, R. O. **The theory of hegemonic stability and changes in international economic regimes, 1967-1977**. Center for International and Strategic Affairs, University of California, 1980.

KEPPLE, A. W.; SENEGALL-CORRÊA, A. M. “Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional”. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, vol. 16, n. 1, 2011.

KEPPLE, Anne Walleser; SEGALL-CORRÊA, Ana Maria. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, p. 187-199, 2011.

KRASNER, S. D. Causas estruturais e consequências dos regimes internacionais: regimes como variáveis intervenientes. **Revista de Sociologia e Política**, v. 20, n. 42, 2012.

LEVY, R. B. *et al*. “Consumo e comportamento alimentar entre adolescentes brasileiros: Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), 2009”. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, vol. 15, 2010.

MAXIMIANO, A. C. A. **Teoria Geral da Administração: Da Revolução Urbana à Revolução Digital**. São Paulo: Editora Atlas, 2000.

MAXIMIANO, A. C. A. **Teoria Geral da Administração**: da revolução humana a revolução digital. 7ª Edição. São Paulo: Atlas, 2012.

MENEZES, F.; JANUZZI, P. Com o aumento da extrema pobreza, Brasil retrocede dez anos em dois. **Teoria e Debate**, 2018.

MORGAN, Gareth. **Imagens da organização**: edição executiva - tradução Geni G. Goldschmidt. - 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

NORTH, D. “The new institutional economics and third world development”. *In*: HARRIS, J. *et al*. (eds.). **The new institutional economics and third world development**. London: Routledge, 1995.

OLIVEIRA, A. C. *et al.* “Fontes vegetais naturais de antioxidantes”. **Revista Química Nova**, vol. 32, n. 3, 2009.

PADILHA, D. S. **Pesquisa de campo e banco de dados sobre Programa Mesa Brasil em Roraima** (DVD-ROM). Boa Vista: UFRR, 2019.

PADILHA, D. S.; MENDES, F. L. **Pesquisa de campo sobre o Programa Mesa Brasil (SESC Roraima) com aplicação de entrevistas, questionários e registros fotográficos** (DVD-ROM). Boa Vista: UFRR, 2019.

PADILHA, D. S.; SENHORAS, E. M. **Mapas sobre Programa Mesa Brasil no estado de Roraima** (DVD-ROM). Boa Vista: UFRR, 2019.

PADILHA, D. S.; SENHORAS, E. M.; SILVA, A. P. S. **Mapas sobre Programa Mesa Brasil no município de Boa Vista** (DVD-ROM). Boa Vista: UFRR, 2019.

PAIXÃO, S. U. A.; MOURAO, G. M. N.; SENHORAS, E. M. **Bonfim:** um olhar geográfico. 1. ed. Boa Vista: Editora da Universidade Federal de Roraima, 2013. v. 500. 260p.

PEIXINHO, A. M. L. “A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional”. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, vol. 18, n. 4, 2013.

PUCHALA, D. J.; HOPKINS, R. F. International regimes: lessons from inductive analysis. **International organization**, v. 36, n. 2, p. 245-275, 1982.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: Técnica, Razão e Emoção. 3ª Edição. São Paulo: EdUSP, 2003.

SARAIVA, E. B. *et al.* “Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar”. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, vol. 18, n. 4, 2013.

SCHNEIDER, S. “Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate”. **Revista de Economia Política**, vol. 30, n. 3, 2010.

SENAC. Departamento Nacional. **O Senac**. Rio de Janeiro-RJ, 15 jun. 2017. Disponível em: http://www.senac.br/. Acesso em: 29 dez. 2018.

SENHORAS, C. A. B. M. **Lei Maria da Penha e sua aplicabilidade na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Boa Vista (RR)** (Dissertação de Mestrado). Boa Vista: UFRR, 2018.

SENHORAS, C. A. B. M.; SENHORAS, E. M. **Campo de estudos sobre a Lei Maria da Penha**. Boa Vista: EdUFRR, 2018.

SENHORAS, E. M. "A Episteme da Geografia das Relações Internacionais". **Revista Intellector**, vol. 11, n. 22, 2015.

SENHORAS, E. M.; CAVALCANTE, J. S. "Turismo e os padrões de desenvolvimento endógeno e exógeno". **Revista Turismo y Desarrollo**, n. 17, Deciembre, 2014.

SESC – Serviço Social do Comércio. **Anais Seminário Nacional Mesa Brasil SESC**: Segurança alimentar e nutricional. Desafios e estratégias. 1ª edição. Rio de Janeiro: SESC, 2010.

SESC – Serviço Social do Comércio. **Mesa Brasil**: Rede Nacional de Programas contra a fome e o desperdício de alimentos. Rio de Janeiro: SESC, 2003.

SESC. Departamento Nacional. **Carta da paz social**. Rio de Janeiro-RJ, 10 fev. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/2vF1SqN>. Acesso em: 27 dez. 2018

SESC. Departamento Nacional. **Histórico do Programa Mesa Brasil Sesc.** Rio de Janeiro-RJ, 30 ago. 2016. Disponível em: <http://www.sesc.com.br/mesabrasil/historico.html>. Acesso em: 15 dez. 2018.

SESC. Departamento Nacional. **O Sesc**, 29 jan. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2SRPfiE>. Acesso em: 4 jan. 2019.

SESC. Departamento Regional de Roraima. **Institucional do SESC**. [*S. l.*], 5 dez. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2Ute9qG>. Acesso em: 27 dez. 2018.

SESC. Departamento Regional de Roraima. **Quadro de distribuição de recursos humanos do SESC-RR.** 15 jan. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2Hjas3M>. Acesso em 20 jan. 2019.

SESC-RR - Serviço Social do Comércio. Departamento Regional em Roraima. **Relatório Anual 2015: Programa Mesa Brasil SESC**. Boa Vista: SESC-RR, 2015.

SESC-RR - Serviço Social do Comércio. Departamento Regional em Roraima. **Relatório Anual 2017: Programa Mesa Brasil SESC**. Boa Vista: SESC-RR, 2017.

SESC-RR - Serviço Social do Comércio. Departamento Regional em Roraima. **Relatório Anual 2018: Programa Mesa Brasil SESC**. Boa Vista: SESC-RR, 2018.

SILVA, J. G.; GROSSI, M. E. D.; FRANÇA, C. G. **Fome Zero:** A experiência brasileira. Brasília: MDA, 2010.

SPOSATI, A. “Modelo Brasileiro de Proteção Social não Contributiva: concepções fundantes”. *In*: **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília: MDS/Unesco, 2009.

STEIN, Arthur A. Coordination and collaboration: regimes in an anarchic world. **International organization**, v. 36, n. 2, p. 299-324, 1982.

STRANGE, S. Cave! hic dragones: a critique of regime analysis. **International organization**, v. 36, n. 2, p. 479-496, 1982.

SUAREZ, P. A. Z. *et al.* “Biocombustíveis a partir de óleos e gorduras: desafios tecnológicos para viabilizá-los”. **Revista Química Nova**, vol. 32, n. 3, 2009.

TUNDISI, J. G. “Recursos hídricos no futuro: problemas e soluções”. **Revista Estudos Avançados**, vol. 22, n. 63, 2008.

VANDEPLAS, Y.; HUYS, G.; DAUBE, G. “Probiotics: an update”. **Jornal de Pediatria**, vol. 91, n. 1, 2015.

WALTZ, K. N. Theory of international politics. Reading, MA: Addison-Wesley. **Chapter**, v. 4, n. 5, p. 6, 1979.

WEBER, M. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Editora da UNB, 1999.

WFP. World Food Programme. **wfp.org**, 15 fev. 2018. Disponível em: <https://www1.wfp.org/>. Acesso em 10 nov. 2018.

YAMAMOTO, O. H.; OLIVEIRA, I. F. “Política Social e Psicologia: Uma Trajetória de 25 Anos”. **Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa**, vol. 26, 2010.

YOUNG, Oran R. Regime dynamics: the rise and fall of international regimes. **International organization**, v. 36, n. 2, p. 277-297, 1982.